

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JESSICA MARIA MARQUES RABELLO

RAINHA DO BRASIL: O MITO DE NOSSA SENHORA APARECIDA E A  
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CATÓLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Guilherme Carloni

NITERÓI,  
2019.

JESSICA MARIA MARQUES RABELLO

**RAINHA DO BRASIL: O MITO DE NOSSA SENHORA APARECIDA E A  
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CATÓLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Cultural. Área de concentração: História Contemporânea II

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Guilherme Carloni

NITERÓI,

2019.

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R114r Rabello, Jessica Maria Marques  
RAINHA DO BRASIL: O MITO DE NOSSA SENHROA APARECIDA E A  
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CATÓLICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA /  
Jessica Maria Marques Rabello ; Karla Guilherme Carloni,  
orientadora. Niterói, 2019.  
133 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.15145975783>

1. Catolicismo. 2. Religiosidade. 3. Nossa Senhora  
Aparecida. 4. Identidade. 5. Produção intelectual. I.  
Carloni, Karla Guilherme, orientadora. II. Universidade  
Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

Aos devotos de Nossa Senhora Aparecida  
e aos que sonham em compreender a sua  
origem.

## AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas me ajudaram durante essa caminhada, a algumas devo um agradecimento especial.

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter chegado até o final desse ciclo e por todas as bênçãos recebidas ao longo dessa pesquisa. Agradeço também a Nossa Senhora Aparecida por ter intercedido por mim durante todo o processo de elaboração dessa dissertação.

Agradeço à professora Karla Guilherme Carloni por todo o conhecimento compartilhado comigo, pelas aulas que tanto me fizeram crescer e amadurecer intelectualmente e por me orientar durante o processo de pesquisa dessa dissertação, me instigando a melhorar e superar os meus limites.

Agradeço ao meu esposo, Lucas Pinheiro Saurin, por ser meu companheiro durante essa jornada, estando sempre ao meu lado. Obrigado por discutir comigo sobre o tema, sempre acreditar na minha pesquisa, pela compreensão com meus momentos de estudo e por sempre me incentivar a seguir os meus sonhos.

Agradeço aos meus pais, Wagner e Gizele, por sempre estarem ao meu lado, me apoiando. Devo a conclusão de mais essa etapa ao trabalho e dedicação de vocês. Também agradeço ao meu irmão, João Pedro, pelas conversas e por me ajudar a procurar os livros necessários para estudar esse tema.

Aos meus companheiros dessa jornada, João Marcos Mesquita, Pedro Henrique Oliveira, Mariana Beltrami, Gustavo Casellas, Amanda Vannucci e Luana Bonacchi, pelas discussões, ajudas e trocas ao longo desses dois anos. O companheirismo de vocês me ajudou a chegar ao fim dessa jornada. Obrigado por terem estado ao meu lado.

Agradeço aos professores Paulo Terra e Surama Conde de Sá Pinto por me acompanharem nessa trajetória, participando da banca de qualificação e da defesa da dissertação.

Agradeço a todas as pessoas que cruzaram comigo ao longo desses 2 anos e que me auxiliaram na pesquisa nos arquivos, pela internet e com dicas de livros. Obrigado pela generosidade de cada um de vocês.

Agradeço também a todos que de alguma forma me ajudaram durante essa caminhada, com suas orações ou conselhos. Muito obrigado!

## ORAÇÃO DE NOSSA SENHORA APARECIDA

*Ó Maria Santíssima, que em vossa querida imagem de Aparecida espalhais inúmeros benefícios sobre todo o Brasil, eu embora indigno de pertencer ao número dos vossos filhos e filhas, mas cheio do desejo de participar dos benefícios de vossa misericórdia, prostrado a vossos pés, consagro-vos meu entendimento, para que sempre pense no amor que mereceis. Consagro-vos minha língua, para que sempre vos louve e propague a vossa devoção. Consagro-vos meu coração, para que, depois de Deus, vos ame sobre todas as coisas. Recebei-me, ó Rainha incomparável, no ditoso número de vossos filhos e filhas. Acolhei-me debaixo de vossa proteção. Socorrei-me em todas as minhas necessidades espirituais e temporais e, sobretudo, na hora da minha morte. Abençoai-me, ó Mãe Celestial, e com vossa poderosa intercessão fortalecei-me em minha fraqueza, a fim de que, servindo-vos fielmente nesta vida, possa louvar-vos, amar-vos e dar-vos graça no céu, por toda a eternidade. Amém.*

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar o processo que levou a imagem de Nossa Senhora Aparecida a ser declarada como Rainha do Brasil em 8 de Setembro de 1904, mostrando como se deu a invenção de uma nova tradição e de uma nova identidade católica em torno desse símbolo, alinhada com o debate de símbolos nacionais. Tem como recorte espacial e temporal a cidade do Rio de Janeiro, a antiga capital federal (1900-1904). As fontes utilizadas para a pesquisa e suas localizações são os seguintes: cartas pastorais no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro; manuais de devoção e jornal “Santuário D’Aparecida” no Centro de Documentação e Memória do Santuário Aparecida; e os periódicos “O Apostolo” e “Jornal do Brasil”, que estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

**Palavra chave: Nossa Senhora Aparecida. Primeira República. Igreja Católica. Mito.**

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the process that led to the image of Our Lady Aparecida to be declared Queen of Brazil on September 8, 1904, showing how the invention of a new tradition and a new Catholic identity was created around this symbol, aligned with the debate of national symbols. It has as its spatial and temporal clipping the city of Rio de Janeiro, the old federal capital (1900-1904). The sources used for the research and their locations are the following: pastoral letters in the Archive of the Curia of Rio de Janeiro; manuals of devotion and "Santuário D'Aparecida" newspaper at the Documentation and Memory Center of the Aparecida Sanctuary; and the periodicals "O Apostolo" and "Jornal do Brasil", which are available in the Digital Library of the National Library.

**Keyword: Our Lady of Aparecida. First Republic. Catholic church. Myth.**

## SUMÁRIO

Índice de fontes visuais.....	p.11
Índice de tabelas.....	p.11
Introdução.....	p.12
1º Cap.: A Igreja Católica e a República Brasileira.....	p.20
1.1. O advento da República Brasileira para a Igreja Católica.....	p.21
1.2. Identidade: projetos para forjar a nação brasileira – intelectuais e a Igreja Católica.....	p.26
1.3. A modernização da Igreja Católica no Brasil.....	p.30
1.4. A modernidade, os intelectuais e a atuação de Julio Maria.....	p.35
1.5. Nossa Senhora Aparecida: o nascimento de um símbolo.....	p.47
2º Cap.: Uma Rainha para uma República: A Coroação De Nossa Senhora Aparecida Como Rainha Do Brasil.....	p.56
2.1. Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro e os devotos de Aparecida .....	p.57
2.2. As peregrinações.....	p.67
2.3. As Cartas Pastorais.....	p.76
2.4. Uma coroa, uma Maria e muitas Nossas Senhoras.....	p.80
2.5. A Cerimônia de Coroação.....	p.85
3º Cap.: Rainha do Brasil: A Construção e bricolagem da identidade brasileira pela imagem de Nossa Senhora Aparecida.....	p.96
3.1. Os manuais dos devotos: instruções para os fiéis.....	p.97
3.2. Discursos, poesias e canções: construindo a simbologia de Nossa Senhora Aparecida.....	p.107
3.3. Aparecida e seus múltiplos significados.....	p.117
Considerações finais.....	p.125
Fontes e Bibliografia.....	p.128

## ÍNDICE DE FONTES VISUAIS

Imagem 01 – “Imagem de N.S. da Conceição Aparecida”, Jornal do Brasil, 08 de Setembro de 1904, p. 3. ....	p.91
Imagem 02 - Manual do devoto de 1904 .....	p.103
Imagem 03 - <i>Santuário d’Aparecida</i> , 08 de setembro de 1904, ano IV, nº 42, p. 1 .....	p. 104
Imagem 04 - Manual do devoto de 1928.....	p.106
Imagem 05 - Manual do devoto de 1928.....	p.106

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 - Quantidade de matéria publicadas sobre Aparecida na Secção Religiosa por ano entre 1900 e 1904.....	p.61
Tabela 02 - Quantidade de cartas pastorais publicadas por ano e seus principais temas.....	p. 77

## INTRODUÇÃO

Oração Jubilar: 300 Anos de Bênçãos  
Senhora Aparecida, Mãe Padroeira,  
em vossa singela imagem, há 300 anos aparecestes nas redes  
dos três benditos pescadores no Rio Paraíba do Sul.  
**Como sinal vindo do céu, em vossa cor,  
vós nos dizeis que para o Pai não existem escravos,  
apenas filhos muito amados.**  
Diante de vós, embaixadora de Deus,  
**rompem-se as correntes da escravidão!**  
Assim, daquelas redes, passastes para o coração  
e a vida de milhões de outros filhos e filhas vossos.  
Para todos tendes sido bênção:  
peixes em abundância, famílias recuperadas, saúde alcançada,  
corações reconciliados, vida cristã reassumida.  
Nós vos agradecemos tanto carinho, tanto cuidado!  
Hoje, em vosso Santuário e em vossa visita peregrina,  
nós vos acolhemos como mãe, e de vossas mãos  
recebemos o fruto de vossa missão entre nós:  
o vosso Filho Jesus, nosso Salvador.  
**Recordai-nos o poder, a força das mãos postas em prece!**  
Ensinai-nos a viver vosso jubileu com gratidão e fidelidade!  
Fazei de nós vossos filhos e filhas,  
irmãos e irmãs de nosso Irmão Primogênito, Jesus Cristo,  
Amém!<sup>1</sup>

“Rainha do Brasil. Mãe dos Brasileiros. Padroeira da Nação”. Ensinou aos brasileiros a “força da oração de mãos postas”. Milhares de preces e orações de devotos. Milhares de milagres relatados. Romperam-se barreiras, governos e cores quebrando a corrente da escravidão. 300 anos sendo brasileira. 300 anos arrastando corações de todas as formas possíveis, em romarias e peregrinações para o Santuário. 300 anos de história. Em 17 de outubro de 2017 comemorou-se no país inteiro, mas de forma especial no interior de São Paulo, os 300 anos d’aquela pequenina imagem que apareceu no Rio Paraíba do Sul e com o tempo passou a interlocutora da Igreja com o povo brasileiro.

Ao longo do ano de 2017 foram organizadas inúmeras atividades pelos redentoristas, congregação que administra o santuário desde 1898, e pelos bispos do país para celebrar e fazer memória da aparição de Maria. Para a comemoração dos 300 anos, foi iniciada alguns anos antes a campanha dos devotos que tinha como objetivo arrecadar dinheiro para finalizar as obras da igreja a tempo da comemoração e para a construção de um complexo de turismo religioso que envolve um passeio de bondinho, uma torre com vista em 360º graus da cidade de Aparecida, um cinema, o Museu de Cera e a ampliação da área de atendimento aos peregrinos.

---

<sup>1</sup> Portal A12, Oração Jubilar – 300 anos de bênçãos. Disponível em: <https://www.a12.com/santuاريو/campanha->

Além disso, uma nova coroa e um novo manto foram confeccionados para adornar a imagem nas cerimônias religiosas. Muito mais que novas construções e novas campanhas, por meio dessas atividades, tanto culturais como de arrecadação de fundos, buscou-se aproximar mais uma vez os devotos da Igreja Católica por meio do mito religioso de Aparecida. Em um momento que a diversidade religiosa e de práticas tornou-se comum e parte do cotidiano dos brasileiros, percebemos, de forma sutil e elaborada, como Aparecida foi colocada no centro das manifestações religiosas para reaproximar devotos da Igreja.

A oração jubilar nos recorda de um dos milagres dedicados à Virgem, valoriza a sua cor escura e negra, nos mostra como para Aparecida não existe diferença entre os brasileiros, chegando a romper as correntes de um escravo, e que como é importante rezar de forma ordenada. Essa oração distribuída por todo país e rezada ao longo de todo 2017 em todas as celebrações que ocorreram no Santuário nos mostra que além de fazer memória da história de N. S. A., tem por objetivo mostrar que, mesmo com o passar dos anos, com a diversidade religiosa atual, todos recorreriam a Aparecida, em outras palavras, à Igreja Católica.

Mais uma vez, por meio de uma comemoração, a Igreja Católica buscou mostrar sua unidade no país, com a Santa Sé e a força desse símbolo dentro da sociedade brasileira. Mais uma vez, Aparecida foi invocada como a representante do país, um dos símbolos que caracterizaria o ser brasileiro e que está enraizado no imaginário social. Apesar da diversidade religiosa é difícil encontrar alguém que não saiba quem é N. S. A. ou algum fragmento de sua história.

Por isso, inspirada na preparação da festa dos 300 anos da aparição, essa pesquisa de mestrado pretendeu entender como e a partir de qual momento Nossa Senhora Aparecida começou a fazer parte do imaginário social brasileiro, sendo retratada como Rainha do Brasil e Mãe dos brasileiros. O objetivo principal é compreender a coroação de N.S.A como Rainha do Brasil em 1904 na cidade de Aparecida a partir da análise do debate e do processo político-religioso que correu na capital do país, a cidade do Rio de Janeiro.

A proclamação da República, em 1889, e a instituição do Estado Laico trouxeram dois grandes desafios para a Igreja Católica na virada do século XIX para o século XX: redefinir o seu papel dentro da sociedade brasileira e controlar o catolicismo popular. Ao iniciar uma nova tradição devocional por meio de Nossa Senhora Aparecida, foi apresentada uma nova faceta do catolicismo que valorizou uma devoção local ao mesmo tempo que buscou normatizá-la segundo o pensamento ultramontano.

Essa pesquisa se dedica a compreender os diversos elementos que possibilitaram que um símbolo católico passasse a representar a nação brasileira mesmo com a declaração do

Estado Laico. Apresento o contexto político que envolveu a disputa por novos símbolos nacionais republicanos; a participação da Igreja Católica nos debates com os intelectuais sobre a viabilidade do país e na elaboração de uma versão da história do Brasil a partir da perspectiva religiosa; os atores políticos e eclesiásticos que ajudaram a ampliar a devoção à santa; a coroação e sua repercussão nos periódicos cariocas; e a construção do mito pela Igreja Católica da Virgem Aparecida no imaginário social.

Essa pesquisa tem como hipótese central a seguinte interpretação: frente às perdas no campo político e religioso com o advento da República e do Estado Laico, a Igreja Católica procurou incutir no imaginário social a consagração do mito de Nossa Senhora Aparecida como um dos símbolos da nação brasileira.

O recorte cronológico da pesquisa se dá entre os anos de 1900 e 1904. Essa temporalidade se justifica, pois em 1900 temos a primeira peregrinação oficial da Arquidiocese do Rio de Janeiro ao santuário em Aparecida. A mesma foi acompanhada pelo Cardeal Joaquim Arcoverde e iniciou as manifestações religiosas oficiais à santa e a organização da cerimônia de coroação em de 1904. Além disso, o projeto de identidade nacional defendido pela Igreja Católica foi desenvolvido a longo prazo, utilizando diversas estratégias ao longo desse período.

Como recorte espacial a pesquisa ficou circunscrita à cidade do Rio de Janeiro, por ser a capital do país naquele período e por grande parte do movimento em torno da Virgem foi realizado por Dom Joaquim Arcoverde. Percebemos uma atenção especial da Santa Sé com essa cidade elevando-a a arquidiocese e a sede da nunciatura apostólica pouco tempo depois da proclamação da República.

Ao longo da investigação foram utilizados como referenciais teóricos e metodológicos os autores como Bronislaw Baczo<sup>2</sup>, para pensar sobre a construção do imaginário Social; Eric Hobsbawn<sup>3</sup>, para analisar o início de uma nova tradição pela Igreja Católica no Brasil e a construção de uma identidade católica; Pierre Sanchis<sup>4</sup>, para examinar os significados das romarias e das peregrinações; Tânia Regina de Luca, para refletir sobre a participação do periódico estruturação da devoção mariana. Já para pensar sobre a construção do mito de

---

<sup>2</sup> BACZO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, vol.5. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

<sup>3</sup> HOBBSAWN, Eric. *Introdução: A invenção das Tradições*. IN: HOBBSAWN, Eric, RANGER, Terence. (org.) "A Invenção das Tradições". 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

<sup>4</sup> SANCHIS, PIERRE. *Peregrinação e Romaria: um lugar para o turismo religioso*. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, RS, ano 8, n. 8, outubro de 2006,

Aparecida utilizamos Mircea Eliade<sup>5</sup>; e para compreender os múltiplos significados de Nossa Senhora Aparecida recorremos ao conceito de hibridismo cultural de Néstor Canclini<sup>6</sup>.

A decisão de analisar o fenômeno que foi a construção do mito de N. S. Aparecida a partir da perspectiva de Néstor Canclini e do conceito de hibridismo surgiu ao compreender que, muito mais que um símbolo pronto, Aparecida obteve parte de seu sucesso por ser uma bricolagem das cores, dos valores e das culturas do povo brasileiro, o que fez surgir um produto híbrido e que pretende representar toda a sociedade. Mas que, ao mesmo tempo, recebe diferentes significados dependendo do grupo social e religioso que se apropria do mito.

As fontes utilizadas na pesquisa provêm de três arquivos: Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Memória do Santuário – S.P. e Hemeroteca Digital do Arquivo Nacional. As fontes coletadas no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro foram as cartas pastorais publicadas entre 1900 e 1904, no total de 18 sendo apenas três que possuíam relação com o tema, direta ou indiretamente, e todas publicadas pelo Arcebispo Cardeal Arcoverde. As cartas pastorais são instrumentos de comunicação dos bispos com o clero e o povo. Através delas eram manifestadas decisões da Santa Sé ou dos clérigos no Brasil, comunicavam instruções aos padres e aos fiéis e realizavam convites.

Por meio das cartas pastorais procurei compreender as instruções que eram dadas ao clero pelos bispos, bem como as orientações do que fazer ou não fazer com os fiéis, que assuntos não deveriam ser falados na Igreja e a promoção da devoção de Nossa Senhora Aparecida.

No Centro de Documentação e Memória do Santuário, situado em Aparecida, São Paulo, coletamos 28 edições do periódico *SANTUARIO D'APPARECIDA* entre os anos 1903 e 1904, a poliantéia (livro da coroação de 1904) e dois manuais do devoto dos anos de 1904 e 1928. A poliantéia foi elaborada como o livro que conta a história da coroação de Nossa Senhora Aparecida, relatando como foi a preparação, as cerimônias e festividades e quais grupos estavam presentes. Essa obra registra também todos os discursos realizados na cerimônia de coroação e as peregrinações que estiveram presentes. O manual do devoto é um livreto de oração pessoal que foi entregue a cada um que esteve presente na coroação e contava com a história de Aparecida e dos milagres dedicados a ela.

Da Hemeroteca digital do Arquivo Nacional utilizamos 06 edições, entre os anos 1900 e 1901, do periódico *O Apostolo* publicado 3 vezes na semana, jornal da Arquidiocese do Rio

---

<sup>5</sup> ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. SP: Perspectiva, 1972.

<sup>6</sup> CANCLINE, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4ª ed. 6.reimp. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013.

de Janeiro que publicou notícias sobre o santuário e as cartas pastorais. O periódico desaparece em 1901 e não conseguimos encontrar o motivo do seu fim.

O outro periódico que pesquisamos foi o *Jornal do Brasil*, que tinha publicação diária, entre os anos de 1900 e 1904, analisando 36 edições. A escolha pelo JB se deu por ser o jornal com o maior número de referências em relação a Nossa Senhora Aparecida no Rio de Janeiro e também por possuir uma coluna dedicada à promoção do catolicismo, chamada *Secção Religiosa*. Utilizamos também a revista do JB chamada *Revista da Semana* que era publicada uma vez por semana, aos domingos, analisando 06 edições entre os anos 1900 e 1904.

Nos três periódicos, para fazer uma varredura sobre as matérias que tiveram como tema Nossa Senhora Aparecida, utilizamos os seguintes termos: N.S.A.; Aparecida; Virgem Aparecida; Nossa Senhora Aparecida; Imaculada Conceição; Rainha do Brasil; e Padroeira do Brasil. Encontramos citações à santa utilizando todos esses termos.

Três livros foram utilizados como fonte e analisados ao longo da pesquisa. O primeiro foi *A Igreja e a República* publicado em 1900, escrito pelo Padre Júlio Maria. Utilizamos essa obra para entender qual foi a atuação da Igreja Católica no debate com os intelectuais do período e a sua compreensão do que é ser brasileiro. Os outros dois livros são o *Poesias à Nossa Senhora Aparecida* e o *Páginas Literárias sobre Nossa Senhora 'Aparecida'*<sup>7</sup>. Essas duas obras estão no mesmo tomo do livro *Florilégio de Aparecida* e são um compilado de poesias, músicas e textos sobre a santa. Grande parte dos textos possui o nome do autor, a data e de onde foram retirados. Utilizamos essas fontes para entender como o simbolismo de Nossa Senhora Aparecida foi construído e quais principais elementos do imaginário social foram destacados por esses autores.

Quase todas as fontes utilizadas são documentos oficiais da Igreja Católica. Procuramos críticas a esse movimento do episcopado brasileiro em outros periódicos, mas não conseguimos encontrar. Também procuramos as cartas originais dos devotos a Nossa Senhora Aparecida que figuravam recortadas ou reescritas nos periódicos e nos manuais dos devotos, mas o arquivo do santuário não guarda mais esse registro devido ao volume de cartas que chega todo mês.

A metodologia da pesquisa foi realizada através da coleta e comparação entre as fontes e do cruzamento de informações apresentadas, principalmente, entre os documentos oficiais da Igreja Católica, as cartas pastorais, e os periódicos *Jornal do Brasil* e *O Apostolo*. Trabalhamos com a análise qualitativa com as cartas pastorais, procurando compreender

---

<sup>7</sup> MACHADO, Cônego João Correa. *Florilégio de Aparecida. Livro II – Poesias à Nossa Senhora Aparecida*. Campinas, SP: Edição do Autor, vl. 2, 1983.

como a Igreja articulava-se a fim de romanizar a religião e estabelecer um contato com os populares. Utilizamos essa forma de análise para os textos literários, buscando extrair os elementos utilizados para construir a simbologia de N.S.A.. Para trabalhar com as demais fontes, estabelecemos a análise quantitativa para encontrar as contradições nos diversos relatos do mesmo fato. Compreendemos essa falta de fontes deixa algumas limitações, mas conseguimos perceber na comparação desses documentos algumas brechas, apagamento da participação de alguns grupos e conseguimos compreender quais eram os objetivos dessa construção simbólica.

Por meio dessa documentação, proponho uma nova via de compreensão da atuação da Igreja Católica no período pós-proclamação da República. Mostrando como ocorreram perdas e ganhos para a instituição que permaneceu amparada pela forte relação com a população que foi sendo construída através de uma “nova tradição”, apresentada pelo episcopado, que visava a unir e romanizar as devoções brasileiras. Ao mesmo tempo utilizou das devoção populares para afirmar sua presença em todas as camadas da sociedade, tendo como símbolo dessa modernização uma imagem escura e negra que refletiva a cor de grande parte da população que era colocada a margem da sociedade.

No primeiro capítulo apresento as disputas entre a Igreja Católica e o Estado no início da República, expondo o debate historiográfico a respeito das perdas e ganhos da instituição. Em seguida, comento sobre o processo de modernização e de ordenamento que o clero brasileiro e as devoção passaram, no final do século XIX e início do século XX, por influência da corrente de pensamento ultramontano e por direcionamento da Santa Sé.

Posteriormente, comento sobre os projetos de nação brasileira e o debate intelectual sobre o que é ser brasileiro e a viabilidade do país, mostrando a inserção da Igreja Católica na disputa através do diálogo estabelecido com esse grupo por meio do sacerdote Julio Maria. Indico como os questionamentos e reflexões da geração intelectual de 1870 também estavam presentes no discurso da Igreja. Por fim, apresento a origem do mito de Nossa Senhora Aparecida e como se deu a construção da sua narrativa a fim de construir um novo símbolo para a tradição católica brasileira.

Ao longo do segundo capítulo explico as transformações que ocorreram na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro com influência da Santa Sé, a chegada do Arcebispo Joaquim Arcoverde e o seu trabalho para expandir a devoção de Nossa Senhora Aparecida no estado. Em seguida, comento sobre o advento das peregrinações oficiais e seus objetivos, a origem desse termo e a diferença estabelecida com as romarias, mostrando que a

invenção dessa tradição estava atrelada à devoção popular e foi utilizada como justificativa para a coroação de N.S.A.

Junto a isso, apresento as cartas pastorais, documentos escritos pelos bispos a fim de dar orientações ao clero e aos devotos e que tiveram grande influência nesse período, sendo responsáveis pela divulgação da coroação e das peregrinações. Mais que breves orientações, as cartas tiveram com objetivo apresentar a política da Igreja Católica naquele período, cerceando e proibindo o debate político dentro do espaço religioso.

Destaco, igualmente, a importância do periódico *Jornal do Brasil* como propagador do catolicismo nesse período. Encontramos em inúmeras edições, menções à coroação de Nossa Senhora Aparecida, divulgação das peregrinações e a cobertura de todo o evento da coroação. Além disso, o identifico como um divulgador da renovação pela qual a Igreja Católica estava passando naquele momento. Sucessivamente, analiso os simbolismos religiosos que envolveram a data da coroação e a coroa utilizada pela imagem sacra, destacando a sua relação de ruptura e continuidade com o passado e com a imagem da princesa Isabel de Bragança. Por fim, comento sobre o significado político que teve a cerimônia, bem como esse ato público de fé repercutiu na relação entre Estado e Igreja.

No terceiro capítulo analiso até onde o desejo e o discurso de uma República moderna e laica prevalece entre a elite brasileira. Apresento como os manuais dos devotos auxiliaram na construção do símbolo de Nossa Senhora Aparecida, bem como descreviam a história da coroação e como retratavam imgeticamente N. S. A. Em seguida, destaco como foi composta a identidade católica a partir de textos de literatura e de poesias mostrando os principais elementos e características da Virgem e dos devotos que essas composições valorizavam.

Por fim, exponho como a construção do mito de Nossa Senhora Aparecida ganha múltiplos significados a partir do ângulo de observação da análise histórica, como um caleidoscópio. Analisando a figura de Aparecida a partir do conceito de bricolagem de Néstor Canclini, compreendendo N.S.A. como um produto híbrido de uma sociedade que tenta conciliar modernidade e tradição. A imagem de Aparecida conjugou elementos de uma sociedade com o passado colonial escravocrata com um presente no qual uma elite branca e católica que ocupava os espaços de poder, os espaços intelectuais de debate e, por fim, uma população mestiça e negra caracterizada pelo sincretismo religioso. Aparecida e a Pátria se fundem, representando a mãe de todos os brasileiros, mostrando um discurso em defesa da união dos seus filhos, independentemente da raça e de posição social.

Desejo com essa pesquisa mostrar como a Igreja Católica, dialogando com as questões daquele período, apresentou a sua perspectiva do que era ser brasileiro e de viabilidade do

país. Utilizando-se dessa bagagem a instituição construiu uma nova roupagem para o catolicismo no advento da República buscando a modernização por meio do reforço da tradição. Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi símbolo desse novo momento da Igreja Católica por ser uma devoção brasileira e essa devoção estar centralizada nas regiões mais importantes do país. Símbolo que foi bem recebido pelas diversas camadas da sociedade por congregar em si as diversas marcas de uma população mestiça e marcada pela diversidade religiosa. Tornando-se mãe de todos os brasileiros e não apenas dos católicos.

## 1º CAPÍTULO: A IGREJA CATÓLICA E A REPÚBLICA BRASILEIRA.

A República, no caso do Brasil, foi um período de reinvenção dos velhos hábitos, de personagens e das antigas tradições, principalmente para a Igreja Católica, que passou por um processo de separação do Estado. Uma nova tradição foi iniciada pela Igreja, reação à nova situação na tentativa de estruturar e ordenar de maneira imutável alguns aspectos da vida social, estabelecendo um elo de continuidade com o passado. Reiterando valores, práticas e o ordenamento do comportamento através de novos simbolismos.<sup>8</sup>

Neste capítulo, o objetivo é mostrar como, antes da consagração de um símbolo religioso como nacional, existiu uma discussão intelectual e política sobre o que é o Brasil, no qual a elite eclesiástica estava presente. Por meio de um processo de reestruturação, a Igreja Católica buscou aumentar a capilaridade de seu discurso e influência em todas as camadas da sociedade, inclusive no meio intelectual.

Interessada em demarcar sua importância dentro da sociedade brasileira, uma nova tradição foi construída a fim de demonstrar a importância do catolicismo no processo civilizatório brasileiro. Para compreender como houve a elaboração desse discurso, analisamos a obra do Padre Julio Maria – livro “A Igreja e a República” – que circulou e debateu com os intelectuais desse período. Através do sacerdote, podemos perceber a inserção do catolicismo no campo intelectual e como a forma de pensar o Brasil dessa geração também influenciou o discurso religioso e a forma de pensar a participação do catolicismo da história do Brasil, especialmente na formulação dos símbolos nacionais. Apresentaremos a sua participação nos debates intelectuais e políticos sobre projetos de nação, viabilidade do país e identidade nacional.

Ao seguir o mesmo exercício reflexivo desses intelectuais - ir ao passado para esclarecer as questões do presente e pensar a viabilidade do futuro do país - a Igreja Católica resgata a devoção mariana a Nossa Senhora Aparecida, bem como reconstruiu sua narrativa, colocando-a como representante do brasileiros e símbolo que marca a invenção da tradição da Igreja Católica. Uma imagem que possuía no seu mito criador as características de ruptura e continuidade necessárias para estabelecer um elo com o passado do catolicismo no Brasil.

Em vista disso, neste capítulo apresento as disputas entre Igreja Católica e Estado no início da República, mostrando o debate historiográfico sobre as perdas e ganhos da

---

<sup>8</sup> HOBBSBAWN, Eric. *Introdução: A invenção das Tradições*. IN: HOBBSBAWN, Eric, RANGER, Terence. (org.) “A Invenção das Tradições”. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 8.

instituição. Em seguida, comento sobre o processo de modernização e de ordenamento que o clero brasileiro e as devoção passaram, no final do século XIX e início do século XX, por influência da corrente de pensamento ultramontana e por direcionamento da Santa Sé. Posteriormente, comento sobre os projetos de nação brasileira e o debate intelectual sobre o que é ser brasileiro e a viabilidade do país, mostrando o diálogo do sacerdote Julio Maria com essa geração. Por fim, apresento a origem do Mito de Nossa Senhora Aparecida e como se deu a construção da sua narrativa a fim de construir um novo símbolo para a tradição católica brasileira.

### **1.1. O advento da República Brasileira para a Igreja Católica**

O Padroado era uma carga pesada que estava atada à nossa religião, que fê-la definhar entre nós não somente à míngua de proteção do Estado, como à força de perseguição, e perseguição terrível, que se acobertava com o manto da proteção, e que tendo em suas mãos todos os domínios, deles se servia somente para entorpecer a marcha da religião.<sup>9</sup>

Dom Luís Antônio dos Santos, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, 21 de Janeiro de 1890.

Desde meados do século XIX, uma parte dos membros eclesiásticos da Igreja Católica estava insatisfeita com o padroado pelas diversas limitações que essa legislação a impunha. O regime do padroado foi mantido pela constituição de 1824, considerado como um direito do Imperador, por sua origem portuguesa, permanecendo até a proclamação da república. Durante o Império, a administração da Igreja por parte do Governo tornou-se mais rígida e passou a ser de competência do Monarca alguns deveres dos Bispos. Por exemplo: cabia ao imperador criar dioceses, decidir sobre a ordenação do clero e a investidura dos bispos, nomear os párocos, construir igrejas e capelas e, ainda, criar e gerir associações e irmandades. A atividade pastoral dos bispos estava reduzida a realizar missões e cuidar da formação e obediência do clero.<sup>10</sup>

Sérgio Mouro de Lobo e José Maria Gouvêa de Almeida mostram como a administração da Igreja Católica no Brasil acabava sendo de responsabilidade dos leigos devido à regência do padroado. Era de responsabilidade das instituições governamentais decidir, além dos pontos já citados, sobre as ordenações, as criações de dioceses e a fundação

---

<sup>9</sup> VIERA, Dilermano Ramos. *História do Catolicismo no Brasil (1889-1945): volume II*. São Paulo: Editora Aparecida. 2016, p. 10.

<sup>10</sup> HAUCK, João Fagundes. [et. al.]. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, século XIX*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Editoras Vozes, 2008, p. 80-81.

de seminários.<sup>11</sup> Durante todo o período imperial, a Igreja permaneceu com apenas uma arquidiocese e onze dioceses<sup>12</sup>, divisão que não alcançava todas as regiões do país e dificultava a expansão do catolicismo, bem como a atuação do clero e dos missionários em comunidades mais distantes das capitais. Dessa forma, a grande extensão territorial e as poucas dioceses geravam obstáculos no alcance de todo território brasileiro, assim como a unificação do discurso religioso e das práticas religiosas.<sup>13</sup>

Em meados do século XIX, podemos perceber uma aproximação da Igreja Católica no Brasil com a Santa Sé<sup>14</sup>, através do envio de seminaristas para estudar em Roma e da chegada de algumas congregações para auxiliarem na formação do clero. O estreitamento das relações com o papado desencadeou um processo de conscientização do clero brasileiro sobre a universalidade da Igreja e da importância desse vínculo para gerar unidade. Segundo João Fagundes Hauck, houve um estímulo do pontífice romano, Papa Pio IX, para uma maior centralização dos bispos ao seu redor a fim de fortalecer a Igreja e de universalizar as tradições católicas.<sup>15</sup>

O período monárquico foi marcado por altos e baixos na relação Igreja e Estado. Ser a religião oficial do país e ser financiada pelo governo eram benefícios importantes para a expansão do catolicismo e para a evangelização. Entretanto, as normas estabelecidas pelo regime do padroado causavam atritos por não darem liberdade à Igreja para utilizar os recursos como desejasse e por permitirem que ela fosse conduzida por leigos ligados às ideias liberais.

A necessidade de aprovação do Imperador para seguir em frente com as modificações aumentou os atritos já existentes entre a Igreja Católica e a Monarquia. A situação de dependência do Estado fez com que vários bispos se esforçassem para ter uma autonomia espiritual. É o que afirma o Bispo Dom Macedo Costa, em 1863:

---

<sup>11</sup> ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. MOURO, Sérgio Lobo de. *A Igreja na Primeira República*. In: BORIS, Fausto. (org.). "História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano". 7ª ed. São Paulo: BERTRAND BRASIL, 2004, Tomo III, vol. 2, p. 329-330.

<sup>12</sup> Desde o final do Império Romano, a Igreja Católica utilizou a divisão das províncias administrativas em dioceses, que passaram a ser jurisdição de um bispo. Com o crescimento da Igreja e também a expansão territorial as dioceses foram se dividindo e formando novas dioceses. Entre elas, aquelas com maior antiguidade e preeminência são chamadas de arquidiocese, em que o bispo que a comanda recebe o título de arcebispo e conta com a ajuda de bispos auxiliares para administrar aquela região.

<sup>13</sup> HAUCK, João Fagundes, op. cit., p. 80-81.

<sup>14</sup> Santa Sé ou Sé Apostólica é como se chama a sede da Igreja Católica, Estado da Cidade do Vaticano, fazendo referência a soberania espiritual do Papado.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 182-183.

O Governo infere-se em tudo, e quer decidir sobre tudo... E assim vão os avisos, os decretos, as consultas dos magistrados seculares substituindo pouco a pouco os cânones da Igreja.<sup>16</sup>

Desgostosos com o padroado, alguns bispos apoiaram o estabelecimento da República com a esperança que isto traria mais liberdade para a Igreja Católica no Brasil. Tal apoio também era de interesse da Santa Sé, que poderia, então, realizar mais intervenções diretas nas dioceses sem precisar da aprovação do governo brasileiro. Segundo Dilermando Viera, o Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, D. Luís Antônio dos Santos, declarou o seu apoio ao novo regime e criticou o padroado em uma carta ao General Deodoro da Fonseca.<sup>17</sup>

O Arcebispo da Bahia, com seu clero, saúdam na pessoa do General Deodoro o novo regime estabelecido e imploram a bênção do céu sobre os esforços dos filhos de Santa Cruz pela prosperidade e felicidade da mesma.<sup>18</sup>

A instituição de um novo regime político foi para o episcopado brasileiro uma moeda de duas faces: libertou-a a Igreja do regime do padroado, mas, separou-a do Estado, colocando a Igreja Católica à margem dos assuntos políticos. O Papa Leão XIII (1878-1903) promoveu uma reconciliação com o mundo moderno e com o governo brasileiro, consagrada na promulgação da encíclica *Rerum Novarum*, a qual propõe uma aproximação entre fé e razão. Durante o seu papado, a Santa Sé reconheceu o novo regime político brasileiro em 1890.<sup>19</sup>

Além da separação entre Estado e Igreja, alguns pontos decretados na nova Constituição brasileira de 1891 não foram bem recebidos pelo episcopado brasileiro, gerando uma reação por parte da Igreja Católica, como: a liberdade de crença e culto, a precedência do casamento civil em relação ao religioso, o ensino leigo nas escolas públicas e a legislação dos bens de mão morta (permissão da alienação de conventos e terras pertencentes a ordens religiosas sem autorização dos bispos).<sup>20</sup>

Com a Constituição de 1891, a Igreja perdeu uma série de privilégios garantidos pelo regime do padroado, mas recuperou sua liberdade de ação dentro do território brasileiro. Uma

---

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 160-161.

<sup>17</sup> VIERA, Dilermano Ramos, op. cit., p. 10.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Apud OLIVEIRA, Lucia Lippi, op. cit., p.163.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 24.

evidência é o crescimento da quantidade de dioceses nos primeiros anos da República. O Brasil passou a ter 13 arquidioceses, 39 dioceses, 20 prelazias e 3 prefeituras apostólicas.<sup>21</sup>

Dentre os principais autores que trabalham com esse tema, podemos perceber duas interpretações. A primeira defende que a Igreja Católica se beneficiou com a República e a segunda, que a instituição foi prejudicada nesse processo. O historiador Sérgio Buarque de Hollanda comenta em “Raízes do Brasil” como a monarquia foi considerada pelo clero “uma proteção que nos abafava” e, em compensação, a República foi recebida pela Igreja com aplausos, mesmo não apoiando a sua separação. O historiador destaca que o clero nem sempre foi bem recebido pela sociedade devido a sua falta de virtudes, considerando que faltavam bons padres no Brasil e que isso se deu pela falta de instrução e disciplina.<sup>22</sup>

Aproximando-se da primeira linha de pensamento, a historiadora Juliana Souza, a separação entre Igreja e Estado colocava a Igreja Católica diante de uma questão: qual era o lugar da instituição na sociedade e no novo regime político? Mesmo não incorporando todos os interesses da Igreja Católica e havendo descontentamentos por parte dos clérigos, a Constituição de 1891 foi menos contrária aos valores do catolicismo do que o projeto anterior.<sup>23</sup>

Sérgio Mouro de Lobo e José Maria Gouvêa de Almeida compreendem que o novo regime trouxe diversos benefícios para a Igreja Católica, tendo sido o maior deles a liberdade de ação sem interferência estatal. Semelhante ao pensamento de Juliana Souza, defendem que a Igreja continuou a ser uma instituição necessária para o estabelecimento da República brasileira, um “(...) valioso instrumento na manutenção da ordem, que sacraliza e abençoa aos olhos do povo”.<sup>24</sup>

Partindo de outro ponto de vista, José Oscar Beozzo argumenta que a separação entre Estado e Igreja promoveu uma perda de espaço: “a Igreja não é mais vista como uma fonte possível de legitimação do poder do Estado, mas como força política contrária aos interesses

---

<sup>21</sup>VIERA, Dilermano Ramos, op. cit., p. 87.

<sup>22</sup>HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 1º ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936, p. 82-83.

<sup>23</sup>SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *A identidade Posta no Altar: devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida e Questão Nacional*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, 1996, p. 122-123.

<sup>24</sup>ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. MOURO, Sérgio Lobo de. *A Igreja na Primeira República*. In: BORIS, Fausto. (org.). “História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano”. 7ª ed. São Paulo: BERTRAND BRASIL, 2004, Tomo III, vol. 2, p. 329-330.

do Estado”<sup>25</sup>. Para o historiador, a Igreja Católica passou a realizar alianças dentro da sociedade, visto que a aliança da Igreja com o povo deveria substituir a aliança dela com o Estado.<sup>26</sup>

José Murilo de Carvalho complementa a interpretação de Beozzo ao mostrar que a separação entre Estado e Igreja, ao ser efetivada pela República, gerou repulsa na população - causa, segundo o autor, de revoltas religiosas como a de Canudos<sup>27</sup>. Para o historiador, a separação gerou uma necessidade na Igreja Católica de se reinventar para não perder espaço dentro da sociedade brasileira, investindo na disputa pelos símbolos nacionais e utilizando o seu imaginário como uma arma antirrepublicana.

Entretanto, até que ponto a Igreja Católica foi desprestigiada ou beneficiada na Primeira República? Podemos pensar em uma terceira via de interpretação desse caso. Como mostram os autores supracitados a separação entre Igreja e Estado era uma linha tênue, por mais que houvesse um decreto na Constituição Federal declarando o afastamento. Entre os documentos pesquisados podemos perceber uma boa receptividade por parte do alto clero da proclamação da República. O novo regime era visto como um momento de renovação das relações com o Estado e uma possibilidade de crescimento do catolicismo pelo país.

A perda do espaço político oficial não significou um afastamento da esfera política, principalmente se pensarmos na rede de sociabilidade do alto clero. Dilermano Vieira<sup>28</sup> mostra em sua pesquisa como bispos e políticos eram correspondentes e como comentavam e discutiam sobre a situação do Estado e da Igreja em suas cartas, inclusive realizando pedidos uns aos outros. Dessa forma, podemos perceber a capilaridade das relações dos homens da Igreja e a sua influência política.

Entretanto, a saída do organismo estatal ocasionou a perda de recursos financeiros, gastos que precisariam ser supridos apenas com o que era oferecido pelos fiéis da Igreja. As cartas pastorais, escritas pelos bispos entre 1900 e 1904<sup>29</sup>, demonstram um apoio ao novo

---

<sup>25</sup> BEOZZO, José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a Redemocratização*. In: BORIS, Fausto. (org.). “História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano”. São Paulo: DIFEL, 1984, Tomo III, vol. 4, p. 276.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 278.

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990, p. 93.

<sup>28</sup> VIERA, Dilermano Ramos. op. cit., p. 88-89.

<sup>29</sup> ARCOVERDE, Cardeal Joaquim. *Carta Pastoral Coletiva*. Rio de Janeiro, 1903. Arquivo da Cúria da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro; Inventário da Série; documento 064.

regime político e, ao mesmo tempo, indicam uma preocupação com os fiéis católicos, ao pedirem que o clero manifestasse em seus discursos a importância da fidelidade a Igreja.

Nessa terceira interpretação, compreendemos que a Igreja Católica foi prejudicada inicialmente, sendo seu desafio na Primeira República reestruturar-se internamente para suprir suas necessidades financeiras e criar um novo alicerce que demonstrasse a sua força política. A liberdade administrativa e religiosa adquirida com o fim do padroado, possibilitou um estreitamento de laços com o clero e os fiéis, chegando a expandir a quantidade de dioceses pelo país, uma estratégia de demarcar espaço dentro do território brasileiro.

Para manter-se dentro do espaço de decisões do país, a Igreja Católica utilizou-se do imaginário social e religioso para fortalecer sua relação com a população, frente às diversas perdas na esfera política. Uma nova tradição devocional surge, constituindo elos com o passado, mas, ao mesmo tempo, mostrando uma nova perspectiva da religiosidade brasileira. De cor negra e fazendo referência à padroeira portuguesa, a devoção e a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida foram transformadas em símbolos nacionais que ultrapassam as barreiras religiosas, um projeto de identidade e representatividade que repercute até os dias atuais.

## **1.2. Identidade: projetos para forjar a nação brasileira – intelectuais e a Igreja Católica**

(...) o nacionalismo não é somente um movimento político e social, mas utiliza também uma linguagem e símbolos religiosos.<sup>30</sup>

---

ARCOVERDE, Cardeal Joaquim. *Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil da Província Eclesiástica Meridional do Brasil comunicando ao clero e aos fiéis o resultado das conferências dos mesmos no Santuário de Aparecida*. Rio de Janeiro, 1904. Arquivo da Cúria da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro; Inventário da Série; documento 067.

ARCOVERDE, Cardeal Joaquim. *Alocução aos Romeiros da Arquidiocese em 11 de Setembro de 1904, no Santuário de Aparecida*. Rio de Janeiro, 1905. Arquivo da Cúria da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro; Inventário da Série; documento 076.

<sup>30</sup> HAUPT, Heinz Gerhard. *Religião e Nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas*. Estudos Avançados 22, nº62, 2008, p. 78.

O início de um novo regime gerou uma intensa disputa de símbolos que teriam o papel de legitimar a República perante a população. As ideias de progresso, do liberalismo e do cientificismo fascinavam políticos e intelectuais, que buscaram, através de novos símbolos, representar a “verdadeira essência do brasileiro” e os “heróis da nação”. Através da construção de uma memória nacional é que temos um diálogo com as interpretações idealizadas do passado. Por meio desse processo é que se tentou forjar um sentimento de pertencimento à nação, interligando as camadas sociais e as instituições que formam o país.<sup>31</sup>

A instauração da República no Brasil gerou a necessidade de novos símbolos que representassem o momento vivido pelos brasileiros, proporcionando a legitimação do novo regime pela população. A disputa pelo imaginário social esteve associada com a disputa pelo modelo republicano a ser adotado pelo país. Liberalismo à americana, jacobinismo à francesa e positivismo eram as três correntes que influenciaram o imaginário social e buscaram a sua legitimação através dele.<sup>32</sup>

Os grupos políticos, que disputavam pelo modelo de governo, também visavam a alcançar a modernidade e progresso que eram difundidos pelas nações europeias. Por isso, excluía elementos que consideravam ultrapassados ou que seriam diretamente ligados ao antigo regime político. Procuravam no imaginário social brasileiro símbolos que pudessem representar o “novo Brasil” que surgia com a República. A Igreja Católica foi colocada à margem dessas propostas por ser considerada arcaica e obsoleta por esses grupos políticos e pela corrente de pensamento que estava vigente neste momento, especialmente o cientificismo e o positivismo

O liberalismo à americana, modelo de República que foi efetivamente implementado, era defendido, em grande parte, pelos proprietários rurais, principalmente de São Paulo, que fundaram o Partido Republicano. O ideal de república era norte-americano, por restringir a participação popular no governo e por considerar o público como soma dos interesses particulares. O darwinismo social foi absorvido por esse grupo, que se preocupava com a ordem social e política, uma preocupação própria da classe de antigos senhores de escravos. Somado a isso, defendiam o federalismo, que dava autonomia para os estados.

O liberalismo, conforme a análise de José Murilo de Carvalho, gerou um liberalismo da desigualdade, visto que a associação do presidencialismo com o darwinismo deu instrumentos ideológicos para a instituição de um regime autoritário. Entretanto, ele acabou sendo o escolhido pela Assembleia Constituinte de 1891. Defendendo fundamentalmente a

---

<sup>31</sup> SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. op. cit., p. 52.

<sup>32</sup> CARVALHO, José Murilo de, op. cit., p 24 – 28.

liberdade de culto, de imprensa, de participação no poder político, de iniciativa econômica para o indivíduo, entre outras, e reivindicou a não interferência do Estado e a garantia dos direitos individuais, civis e políticos.<sup>33</sup>

Alguns grupos das camadas médias da população urbana, defendiam o jacobinismo à francesa como modelo de República para o Brasil. A Monarquia era avaliada por eles como um regime que limitava as oportunidades de trabalho e que centralizava muito o poder nas mãos da elite. A versão brasileira do jacobinismo projetava na Monarquia Imperial os mesmos vícios do Antigo Regime francês, vendo o Império como retrógrado e dominado pela corrupção. Para eles, o liberalismo não iria controlar os recursos do poder econômico, colocando o país em desvantagem no sistema de competição livre. Os integrantes desse partido eram atraídos pelos ideais de liberdade, igualdade e participação política, apesar de não visualizarem a sua operacionalização e possuírem uma ideia abstrata de povo.<sup>34</sup>

Segundo Michelle Perrot, a atividade política da mulher na Europa fora muito criticada pela opinião pública, principalmente por bispos católicos e protestantes. Mesma havendo uma luta das mulheres por um espaço na política e nas revoluções, a presença feminina foi limitada a atuação nos hospitais e nos refeitórios.<sup>35</sup> A falta de relatos com a participação de mulheres em guerras tornava difícil a penetração de alegoria feminina semelhante a da *Marianne*.

A terceira opção de modelo republicano era a versão positivista que condenava a Monarquia defendendo o progresso. Visavam à separação entre Igreja e Estado e eram atraídos pela ideia de uma ditadura republicana, com um poder Executivo forte e intervencionista. Propunham uma política social realizada pelo Estado e a incorporação do proletariado na sociedade, essas ideias agradavam professores, estudantes e militares, que eram os principais defensores desse modelo. Essa versão republicana positivista era muito apreciada pelos proprietários rurais do Rio Grande do Sul e militares, mesmo os positivistas, considerando que um governo militar seria um retrocesso. Porém, como eles tinham formação técnica, eram atraídos pela ênfase dada à ciência e ao desenvolvimento industrial do pensamento positivismo.<sup>36</sup>

Esses grupos partilhavam o desejo por uma República brasileira e de separação entre Igreja e Estado. Influenciados pelas diversas correntes de pensamento que surgiram ao longo

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 24-25.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>35</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou o silêncio da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 311-314.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 27-28.

do século XIX, passaram a cada vez mais criticar a presença do clero na discussão de questões políticas, desejando restringir sua atuação ao âmbito social.

A batalha entre o representantes das diferentes ideologias não foi somente no campo político, mas, também, nas tentativas de formulação de símbolos integrantes do imaginário social brasileiro. Imaginário que é constituído pela memória coletiva, que guarda costumes, tradições, modelos de indivíduos e valores religiosos, dentre outros.

A elaboração de um imaginário social é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as inspirações, os medos e as esperanças de um povo.<sup>37</sup>

É no imaginário social que os grupos humanos constituem sua identidade e diretrizes, forjam heróis e inimigos e organizam sua história (passado, presente e futuro)<sup>38</sup>. A imaginação social é um aspecto da vida social, da atividade de seus agentes sociais, tendo suas formas de se manifestar, reproduzir e renovar, dependendo do momento histórico. Por imaginário social, compreendemos a participação da atividade imaginativa individual em um fenômeno coletivo.<sup>39</sup>

Os símbolos e os mitos tem um papel importante dentro do imaginário social, pois são os responsáveis por expressar ideologias de uma forma menos codificada, tornando-os elementos importantes na projeção de interesses. Como resume Bronislaw Baczo, o “imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva”<sup>40</sup>. A manipulação do imaginário social, principalmente em momentos de mudança de um regime político, é de grande relevância tanto para legitimar a nova gestão, como para redefinir as identidades coletivas. Como disse Mirabeau, “não basta conhecer a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo.”<sup>41</sup>

Os universos simbólicos têm a capacidade de ordenar e dar sentido aos acontecimentos históricos, estabelecendo uma rede de referências harmonizadora das projeções coletivas e a memória a ser partilhada.<sup>42</sup>

Os símbolos apresentados pelos grupos supracitados tentaram construir versões do passado brasileiro partindo da perspectiva ideológica referente a cada um. As três linhas de

---

<sup>37</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>38</sup> idem.

<sup>39</sup> BACZO, Bronislaw. Op. cit., p. 309.

<sup>40</sup> idem.

<sup>41</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 11.

<sup>42</sup> SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Op. cit., p. 52.

pensamento desenvolveram propostas de representação da República, de símbolos nacionais e perspectivas diferentes da história nacional, como afirma Carvalho:

A aceitação ou rejeição dos símbolos propostos poderá revelar as raízes republicanas preexistentes no imaginário popular e a capacidade dos manipuladores de símbolos de refazer esse imaginário de acordo com os novos valores.<sup>43</sup>

A representação da República foi pensada de diversas formas por esses movimentos. Os republicanos de orientação francesa inspiraram-se na representação republicana e nos símbolos franceses, importando a alegoria feminina da *Marianne* (personificação da República). Entretanto, essa representação teve pouca ressonância dentro da sociedade. Os positivistas acreditavam na figura feminina como representação ideal da humanidade, defendendo que a alegoria da República deveria ser a virgem-mãe. Contudo, apresentaram figuras partindo de modelos europeus que não encontram raízes no imaginário social brasileiro.

Outro modelo foi proposto, o qual, além de realizar relações com o passado brasileiro, fazia parte das devoções populares. Buscando fixar-se no imaginário social, a Igreja Católica organizou e difundiu a devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida nesse período. Uma figura feminina, que havia aparecido em terras brasileiras e realizava milagres, especialmente para os mais necessitados. Um símbolo que possuía raízes no imaginário popular, devido à colonização portuguesa e que proporcionaria uma mãe para uma nova nação.

Não podemos deixar de perceber as semelhanças entre a imagem feminina defendida pelo positivismo e pela Igreja Católica, o ideal de virgem-mãe que deveria representar a nova república. Isso nos mostra a circulação de pensamentos e a presença do catolicismo nos círculos sociais em que eram debatidas essas ideias.

Ao longo dos primeiros anos da República a Igreja Católica passou por uma reestruturação e apresentou Aparecida como representante dessa nova fase republicana, na qual buscava reafirmar-se, junto com essa devoção, uma nova tradição surgiu no catolicismo, deixando grandes marcas na sociedade brasileira.

### **1.3. A modernização da Igreja Católica no Brasil**

A Igreja do Brasil ganhou imenso, ganhou imenso, ganhou a liberdade que não tinha.<sup>44</sup>

Dom Antônio Macedo Costa, bispo do Pará.

---

<sup>43</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 13.

<sup>44</sup> VIERA, Dilermano. Op. cit., p. 10.

Os ganhos da Igreja Católica com a República geraram a necessidade de vencer dois grandes desafios que vieram com esse novo regime político: definir seu papel para a sociedade e controlar o catolicismo popular. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes e Marieta de Moraes, a Primeira República é o momento chave para entender a história do catolicismo no Brasil como também para perceber as marcas que ele deixou na sociedade. Mas como se deu a continuidade da influência do catolicismo mesmo com a separação do Estado? A reestruturação realizada pela Igreja Católica nesse período teve como principal objetivo estreitar laços com os fiéis católicos bem como continuar presente nos debates políticos em vigência.<sup>45</sup>

Como argumenta Edgar da Silva Gomes, tanto a Igreja Católica quanto o Estado disputaram para organizar a sociedade, não defendiam alterações profundas no quadro social mas tinham como alvo a política de manutenção da ordem. A reação inicial foi a proliferação de dioceses e paróquias por todos os estados, buscando construir uma rede e englobar todas as regiões do país ao catolicismo.<sup>46</sup>

O processo de construção institucional da Igreja Católica brasileira ao longo da República velha (1890 – 1930), se prende de um lado às novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira (...) O movimento de reação eclesial desembocou numa série de iniciativas que, [em] longo prazo, significou o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo da concorrência ideológica cultural e religiosa.<sup>47</sup>

Neste contexto de disputas simbólicas, pensando mais especificadamente os debates a respeito da religiosidade brasileira na época, de acordo com Maria Isaura de Queiroz, os intelectuais brasileiros e o clero consideravam a variedade de celebrações religiosas como prova do desenvolvimento lento do país em todas as áreas. Consideravam que as sociedades civilizadas não possuíam cultos bárbaros e rituais arcaicos – sinais da cultura heterogênia do Brasil. A hegemonia cultural seria um dos pressupostos para formar uma base para o sentimento de identidade nacional.<sup>48</sup>

Entretanto, desde o final do Império, o pensamento católico passava por uma renovação, principalmente após o Concílio Vaticano I (1870), que divergia do liberalismo e

---

<sup>45</sup> GOMES, Edgar da Silva. *A Reaproximação Estado-Igreja no Brasil durante a República Velha (1889-1930)*. Revista de Cultura Teológica – v. 16 – N.62 – JAN/MAR, 2008, p. 95-96.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 104-105.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>48</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Identidade nacional, religião e expressões culturais*. In: SACHS, Viola (org.). “Brasil & EUA: Religião e Identidade Nacional”. Editora: Graal, 1988, p. 68.

do cientificismo presente entre as elites brasileira no final do Império. Ao rejeitar os princípios do capitalismo e do liberalismo, o compêndio de *Syllabus* condenava qualquer espaço liberal, como também o catolicismo liberal que defendia uma “Igreja livre no Estado livre”. Essa expressão doutrinária esteve presente durante todo o papado de Pio IX.<sup>49</sup>

Após o Concílio Vaticano I, essa linha de pensamento chamada ultramontano teve receptividade em diversos países, sendo um deles o Brasil. Ocorreram atritos entre o Estado e a Igreja pelas reformas propostas por esse compêndio, visto que o “o ultramontanismo obrigava a uma redefinição de princípios e empreendia uma luta nos jornais, no Parlamento e nas faculdades contra liberais e cientificistas”<sup>50</sup>. Segundo João Camilo de Oliveira Tôrres, essa reforma foi empreendida contra as crises que a Igreja Católica vinha sofrendo com o espírito da modernidade, que colocava seus ensinamentos em dúvida<sup>51</sup>. A romanização foi uma reação da Igreja a Modernidade Ocidental representada pela sociedade capitalista urbano industrial e o discurso liberal.

Essa linha de pensamento esteve presente principalmente entre os bispos que lutavam por uma maior liberdade da Igreja Católica dentro do Império, contra as imposições do regime do padroado, podemos destacar a atuação de Dom Macedo Costa e Dom Vital. Ao mesmo tempo, o ultramontanismo gerou uma série de reformas na Igreja Católica no Brasil, modificando a formação do clero, enviando padres para estudarem em Roma, uma aproximação da Santa Sé visando à unidade da Igreja Católica Ocidental, afim de melhorarem as pregações oferecida a população e gerar uma unidade do discurso católico no país.<sup>52</sup>

Com a proclamação da República brasileira e o fim do padroado, a Igreja Católica no Brasil continuou marcada por essa linha de pensamento e pelas novas diretrizes da Santa Sé, mas também teve grande influência da encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII o que permitiu encontrar formas de permear e dialogar com a realidade presente nesse contexto político. A fim de enfrentar a modernidade científica e de demonstrar sua importância dentro da política e da sociedade brasileira, o episcopado iniciou a construção de uma opinião pública favorável.

O púlpito<sup>53</sup>, que tinha o grande papel de difundir ideias no cenário carioca já não era o bastante, era necessário o trabalho de uma imprensa católica, como afirmava os membros da própria Igreja “o púlpito por si só será insuficiente ao passo que o púlpito é fido e só buscado

---

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi, op. cit., p.159-160.

<sup>50</sup> Ibidem, p.160-161.

<sup>51</sup> TÔRRES, João Camilo de Oliveira. *História das ideias religiosas no Brasil*. Editora Grijalbo: São Paulo, 1968, p.109.

<sup>52</sup> VIERA, Dilermano,. Op. cit., p.105-111.

<sup>53</sup> Local onde é realizada a leitura do Evangelho e as pregações pelos padres.

por quem se inclina para a religião, a imprensa corre atrás, vai buscar até os indiferentes onde quer que estejam, em casa, na rua, no campo e em toda parte”.<sup>54</sup>

No processo de unificação da Igreja Católica no Brasil, a Igreja Católica se manifestou oficialmente pela primeira vez no novo regime político em 17 de Março de 1890, através da Carta Pastoral Coletiva. A carta foi destinada ao clero e aos fiéis da Igreja sendo escrita pelo Arcebispo Metropolitano Primaz e pelos demais bispos brasileiros. As cartas pastorais são o principal meio de comunicação do episcopado com a população, buscando orientá-los e divulgando seus preceitos. No Rio de Janeiro, a carta foi divulgada pelo jornal católico *O Apostolo*.

A Carta Pastoral Coletiva, inicialmente, apresenta os interesses políticos e sociais, mostrando como os padres devem proceder pastoralmente para seguirem a proposta dos bispos.<sup>55</sup> Além disso, o objetivo dos bispos com esse pronunciamento foi manifestar apoio ao novo regime, expressando a necessidade de união entre ambas às partes, mas relembra aos fiéis que devem continuar a ter obediência às leis da Igreja.

Mas a independencia não quer dizer separação.” (...)

Os cidadãos que constituem a sociedade civil são, com effeito, identicamente os fieis que fazem parte da sociedade religiosa; por outra os membros do Estado são ao mesmo tempo os membros da Egreja. (...)

Ora tendo cada uma destas sociedades um poder supremo, um governo, instituições, leis, magistrados para a consecução de seu fim peculiar, e exercendo cada uma a sua acção dentro da epha circumscripta pela sua natureza própria, segue-se que os membros de que ellas se compõem recebem o impulso de uma dupla virtude operativa, são regidos por um duplo principio ordenador, em uma palavra, estão sujeitos a uma dupla jurisdição. Cidadãos devem obediencia ás leis do Estado; fieis, devem obediencia ás leis da Egreja.<sup>56</sup>

Mesmo defendendo a união entre Estado e Igreja, isso não apoia a uma relação análoga ao padroado. A Carta Pastoral Coletiva, como afirma Juliana Souza, “clamava a união dos esforços (entre Estado e a Igreja) para trabalharem juntos pela ‘reconstrução da pátria’”<sup>57</sup>. Para a Igreja, isso significava agir com liberdade dentro da sua esfera e não interferir nas decisões tomadas pelo Estado.

---

<sup>54</sup> NEVES, Flávio Rodrigues. *A voz e a pena a serviço da Igreja: a imprensa católica e a ampliação da esfera publica no Rio de Janeiro no final do século XIX*. Trabalho apresentado no GT de História de Mídia, integrante do 9º Encontro de História da Mídia, 2013, p. 8.

<sup>55</sup> SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Op. cit., p.124-125.

<sup>56</sup> Jornal *O Apostolo*, edição 00043, p. 1, 13 de Abril de 1890. Disponível em: Biblioteca Nacional, acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>57</sup> SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Op. cit., p. 124-125.

Ademais, a Carta Pastoral Coletiva, realiza críticas à liberdade de todos os cultos, se colocando a única Igreja verdadeira do Brasil, por estar presente desde o descobrimento dessas terras pelos portugueses. Apresenta os deveres dos católicos, que devem se utilizar dessa liberdade para propagar a fé católica, e reafirma a hierarquia da Igreja, mostrando sua importância para a perpetuação do catolicismo no país. Esse parecer contrário à diversidade de cultos é concebível dentro da concepção de identidade nacional comentada por Maria Isaura de Queiroz, que propõem o nascimento do caráter nacional a partir do que é comum a todos.

Desta forma, tanto os padres como os intelectuais compreendiam que para adquirir uma identidade nacional era necessário eliminar as diferenças culturais internas da sociedade. O sentimento de identidade nacional emanaria dos indivíduos com características culturais comuns, sendo a fragmentação um obstáculo para a constituição dessa identificação entre os brasileiros.<sup>58</sup>

Nesse processo de organização e de reformas frente aos obstáculos impostos pelo no regime, a Igreja Católica utilizou-se do imaginário social para fortalecer sua relação com a população. Partindo da religiosidade popular, constituiu Maria, na figura de Nossa Senhora Aparecida, um símbolo representante das mudanças que estavam acontecendo no catolicismo brasileiro mas que também estabeleceu relações com o passado. Um elemento da cultura religiosa que entrelaçou a necessidade de modernização com o que interessava do passado da Igreja Católica no Brasil sendo capaz de constituir uma nova imagem para a instituição.

A devoção a Nossa Senhora Aparecida foi estruturada dentro do discurso oficial da Igreja neste momento. A escolha foi baseada no fato de ser um elemento que já permeava a religiosidade popular, existindo documentação de peregrinações desde 1860 para Guaratinguetá do Norte. A ampliação da devoção a Nossa Senhora Aparecida, além dos fatores supracitados, é uma reação às propostas nacionalistas que visaram secularizar o Estado Brasileiro.<sup>59</sup>

Da mesma forma os intelectuais católicos – padres e leigos – pensaram sobre a origem do brasileiro, pensaram sobre a viabilidade do país, realizando o mesmo movimento de reflexão para pensar as características da nação colocando a importância da Igreja Católica ao longo da história brasileira e considerando-a como um atributo natural de todo brasileiro. Dentre eles, destacamos a atuação do padre Júlio Maria, que no final do século XIX e início

---

<sup>58</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit., p. 69.

<sup>59</sup> PETERS, José Leandro. Nossa. Senhora Aparecida do discurso da Igreja Católica no Brasil (1854-1904). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012, p. 71.

do século XX teve grande expressão na imprensa, nas universidades, em áreas públicas e nas paróquias devia a cursos e palestras que ministrava.

#### **1.4. A modernidade, os intelectuais e a atuação de Julio Maria**

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade.<sup>60</sup>

“A consciência da modernidade, segundo Le Goff, nasce precisamente do sentimento de ruptura com o passado”. Ou como também apresenta Mônica Velloso, o sentido de moderno e de modernidade pode significar o processo de tornar-se. Tornar-se novo ou subverter o velho. A modernidade brasileira, como afirma Velloso, é constantemente associada a Semana de Arte Moderna de 1922. Entretanto o marco dessa modernidade pode ser transferido para a geração de 1870.<sup>61</sup>

Pensando o modernismo como continuidade e pluralidade podemos perceber como os sinais do modernismo estavam presentes desde o final da Guerra do Paraguai, que segundo Mônica Velloso foi um divisor de águas entre o tempo antigo e o tempo novo para a intelectualidade brasileira. A temática que mais envolveu a geração de 1870 foi a compreensão “da identidade múltipla da nacionalidade” nas diversas manifestações culturais populares através das figuras dos mestiços, índios, africanos e europeus.<sup>62</sup>

Para essa geração, só alcançariam a modernidade quando entendessem o que era ser brasileiro, compreensão que devia ser mediada pelo saber científico e que resgatava a diversidade cultural. Dentre os intelectuais dessa fase podemos destacar, Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Graça Aranha e Euclides da Cunha.<sup>63</sup> A busca pela modernidade estava presente em todos os ambientes em que circulavam esses intelectuais, sendo o Instituto Histórico e Geográfico um dos pontos de encontro e debate dessa geração.

---

<sup>60</sup> ASSIS, Machado de. 1873.

<sup>61</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. “O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente”. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 353.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 354.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 355.

Em outra perspectiva, Angela Alonso<sup>64</sup> compreende que as manifestações intelectuais da geração de 1870 seria uma forma de atuação política. Segundo a autora, o que unia essa geração tão distinta e que possibilita chamá-la de geração era o olhar crítico em relação a sociedade imperial e a posição de marginalizados que ocupavam frente ao núcleo de poder.

Diante desestruturação política do Império e de sua dificuldade em lidar com os desafios da modernidade, jovens que ambicionavam uma carreira política ou projeção intelectual usavam como chave de interpretação o que consideravam inovador das ideias que chegavam do continente europeu. Essa forma de apropriação, foi compreendida por Alonso como reunião de recursos políticos e intelectuais que serviram como instrumentos de compreensão da realidade e uma forma de intervenção.<sup>65</sup>

A mobilização intelectual da geração de 1870 pode ser entendida como um produto da efervescência política e social que marcou esse período. Sendo a ideia principal de Angela Alonso que os intelectuais elaboravam e articulavam seus pensamentos em relação ao contexto histórico de crise que vivenciavam e aproveitavam o espaço público que estava se formando nos centros urbanos para a circulação de ideias. Eram homens que buscavam legitimação para suas ideias, a autora destaca a atuação de Joaquim Nabuco, André Rebouças, Quintino Bocaiúva e Miguel Lemos.<sup>66</sup>

Diferente de Mônica Veloso, Angela Alonso compreende que não basta classificar esses autores pelo impacto de suas obras ou por sua linhagem intelectual e nem pela sua origem social. Para Alonso existia um campo intelectual autônomo, com diferentes perspectivas mas que tinham em comum críticas pela sociedade imperial e o desejo de alcançar a modernidade brasileira.

Nesse contexto de efervescência de ideias, críticas as políticas imperiais e de circulação de ideias, encontramos a atuação de Julio Maria, um padre redentorista, que nos mostra como a Igreja Católica estava inserida no campo intelectual e que produziu um discurso em sintonia com os questionamentos desse período. Através de seus escritos, podemos perceber que ele fazia parte dessa geração, na qual a marca era olhar para o passado para responder as questões do presente e que impossibilitavam, momentaneamente, o alcance da modernidade pelo país.

---

<sup>64</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>65</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 161.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 75.

Nascido em Angra dos Reis, em 20 de Agosto de 1850, Júlio Cesar Morais Carneiro, estudou Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1874 e colou grau como doutor em 1875. Participou do partido liberal e depois passou para o partido Conservador. Não conseguindo se eleger como deputado provincial abandonou a vida política e publicou em 1883 alguns artigos que foram reunidos em um folheto chamado “Questões Políticas, no qual faz críticas severas ao clima político que prevaleceu no final do Segundo Reinado.”<sup>67</sup>

Em 1884, converteu-se ao catolicismo e como o próprio descreveu sua conversão foi “um golpe vertiginoso e louco”. Cinco anos depois, sua segunda esposa faleceu e com isso ele retirou-se para o seminário de Mariana para preparar-se para o sacerdócio. Foi ordenado, em 29 de Novembro de 1891, por Dom Silvério Gomes Pimenta, quando passou a adotar o nome de Júlio Maria, pelo qual ficou conhecido.<sup>68</sup>

O historiador João Camilo de Oliveira Torres o descreve como um “homem de boas letras e bem servido de dotes oratórios (...), possuindo grande capacidade de trabalho e energia entrou em campo ‘contra’ os inimigos da Igreja no Brasil, principalmente os positivistas e os remanescentes do regalismo”<sup>69</sup>. Já tendo passado pelos grandes autores da época, como Darwin, Augusto Comte e Buchner e desencantado com eles, após sua conversão, dedicou-se a leitura de autores católicos tradicionais. Teria encontrado resposta para seus anseios com a leitura das encíclicas do Papa Leão XIII, percebendo nelas, segundo Anna Maria Moog Rodrigues, um novo caminho para a Igreja.<sup>70</sup>

O padre dedicou seu ministério sacerdotal a pregação, a realizar inúmeras palestras nas cidades dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Na capital federal, em 1897, iniciou um ciclo de conferências sobre a Assunção<sup>71</sup>. Julio Maria também participou ativamente da imprensa escrevendo para a *Imprensa Acadêmica* e para o *Jornal Commercial*<sup>72</sup>. Encontramos referência ao padre na

---

<sup>67</sup> MARIA, Júlio, pseud.. de Júlio Cesar de Morais Carneiro, padre, 1850-1916. *A Igreja e a República*. Pref. De Anna Maria Moog Rodrigues. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p. 4.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>69</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *Júlio Maria*. In : \_\_\_\_\_. História das ideias religiosas no Brasil : a Igreja e a sociedade brasileira. São Paulo: Griialbo, 1968. p. 177.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>71</sup> Ciclo de palestras dado por Julio Maria com temas marianos.

<sup>72</sup> BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 5. p. 247.

imprensa do Rio de Janeiro comentando sobre suas conferências, convidando pessoas para suas pregações e para as missas que celebrava nas paróquias cariocas.<sup>73</sup>

Para o Júlio Maria, a partir do papado de Leão XIII, o clero teria assumido uma nova missão, deixando de ser um instrumento do reinado e passando a ser uma força social. Assim, o padre assumiu um compromisso com a população, tendo como forma de ensino suas pregações<sup>74</sup>. Segundo André Silvério da Cruz, podemos considerar o padre Júlio Maria tenha sido moderno por perceber a necessidade de a Igreja Católica estar ao lado do povo e abrir mão de alianças com as classes políticas. Ele denunciou constantemente a ignorância do catolicismo brasileiro, especialmente do clero. Em relação à política, defendeu a democracia e o sistema republicano, pois via as perspectivas de liberdade que esse regime político podia proporcionar a Igreja.<sup>75</sup>

A figura de Júlio Maria neste período é muito interessante, pois ele apresentou e defendeu uma nova identidade para a Igreja Católica no Brasil, que deveria estar mais próxima da sociedade e fazer dela o seu alicerce. Dessa forma, ao pensar sobre a realidade brasileira e advogar em favor da República, dialogou com diversos intelectuais que atuaram e escrevem nesse mesmo decênio. Esse círculo de sociabilidade aumentou com a sua entrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 08 de Dezembro de 1898, mesmo ano em que assumiu a direção do jornal católico carioca *O Apostolo*. Em 1905, foi o primeiro brasileiro a entrar para a congregação dos redentoristas.<sup>76</sup>

Podemos perceber como a trajetória de sua vida era semelhante a descrita por Angela Alonso em relação aos intelectuais da geração de 1870. Júlio Maria tentou realizar uma carreira política mas sendo mal sucedido ingressou na vida religiosa e por meio dela realizou a promoção de suas ideias através de conferências e matérias jornalísticas até alcançar um espaço de sociabilidade intelectual, o Instituto Histórico e Geográfico, que o permitiu dialogar diretamente com outras correntes de pensamento.

Falecendo em 22 de Março de 1916, padre Júlio Maria deixou como legado de suas ideias alguns livros escritos, dentre os quais destacamos a obra *A Igreja e a República*,

---

<sup>73</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de Agosto de 1899, edição 00225, p.6. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_01/11487](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/11487). Acesso: 15 de Janeiro de 2018.

*Jornal do Brasil*, 17 de Agosto de 1899, edição 00229, p.2.. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_01/11503](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/11503). Acesso: 15 de Janeiro de 2018.

*Jornal do Brasil*, 14 de Setembro de 1889, edição 002567, p1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_01/11630](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/11630). Acesso: 15 de Janeiro de 2018.

<sup>74</sup> MARIA, Júlio, op. cit., p. 5.

<sup>75</sup> CRUZ, André Silvério. O pensamento católico à Procura de Lugar na Primeira República. Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, s/d, p. 6.

<sup>76</sup> VIERA, Dilermano Ramos, op. cit., p. 109.

publicado em 1900. Através de uma exposição de caráter histórico, o padre realizou uma reconstituição da história do Brasil partindo da colonização para mostrar como o catolicismo era um dos fundamentos do povo brasileiro. O autor inicia o livro descrevendo o período colonial, depois realiza comentários sobre o Império e por fim, termina comentando sobre o advento da República.

O objetivo da obra, além de dar ênfase à questão social e ao trabalho realizado pela Igreja, era de apresentar a religião católica como formadora da sociedade brasileira. A fim de fundamentar sua ideia, buscou demonstrar a responsabilidade dos clérigos para com a população, como também analisou, em cada período histórico, como os missionários e as ordens religiosas teriam tido um papel fundamental para a constituição da nação.

O livro é dividido em três capítulos e conclusão. O primeiro é uma longa reflexão sobre o cristianismo e a descoberta das terras brasileiras, mostrando como ocorreu a evangelização nos primeiros anos, o trabalho apostólico dos jesuítas e como o catolicismo que estava fixado no seio da população. No segundo, o autor trata do período monárquico, comentando sobre como a mentalidade regalista enfraqueceu as ordens religiosas e desprestigiou o clero, dedicando-se a explicar sobre a “Questão dos Bispos”. Em seguida, na terceira parte, o autor dedica-se a analisar o período republicano, mostrando como a separação entre a Igreja e o Estado foi benéfico para o catolicismo, iniciando uma nova e intensa afirmação da fé, e aponta alguns excessos do novo regime político.

Anna Maria M. Rodrigues nos atenta para o fato de o livro ter sido escrito enquanto o padre era missionário apostólico em um ambiente dominado por ideias positivistas e naturalistas, pensamentos avessos ao da Igreja Católica considerada retrograda e atrasada culturalmente pelas novas ideias. A reflexão do padre, neste sentido, foi uma exposição da sua filosofia da história, a qual caracteriza como “(...) uma ciência que, ligando o presente ao passado com o efeito à causa e os meios ao fim, transporta para a ordem eterna do universo as leis que regem o mundo moral”<sup>77</sup>

*A Igreja e a República* foi reeditado em 1981, numa parceria da Universidade de Brasília com a Câmara dos Deputados, integrando a coleção Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Foi prefaciado por Anna Maria Moog Rodrigues, que considera o livro uma obra clássica na historiografia da nação por ser uma defesa ao regime democrático.<sup>78</sup>

Ao longo da leitura, identificamos a construção de uma narrativa compromissada em mostrar como a identidade brasileira estaria atrelada ao catolicismo, que seria um dos

---

<sup>77</sup> MARIA, Júlio, op. cit, p. 2.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 5 - 6.

principais aspectos formadores da sociedade. Esse movimento de ir ao passado em busca de respostas das questões do presente foi muito característico dos intelectuais contemporâneos ao Padre Júlio Maria, que, inclusive, estabeleceu diálogos com literatos de grande porte, como Capistrano de Abreu e Silvio Romero.<sup>79</sup>

A seguir, apresentaremos uma breve análise dos três capítulos do livro comentando a forma com que o padre e a Igreja compreendiam a história do país e a sua atuação ao longo dos anos.

Tendo resumido o período colonial, quanto a religião, nesta palavra – *esplendor*; e o período do Império nesta outra – *decadência*, a qualificação é menos fácil relativamente ao período republicano, no qual, de um lado se nos depara o grandioso fato da liberdade da Igreja brasileira, cujas algemas foram despedaçadas pelo decreto que extinguiu o padroado; de outro, a Constituição e as leis promulgadas sem nenhuma influência, em disposições, do elemento religioso. É claro para os católicos obedientes aos ensinamentos do sumo pontífice, e que não preferem à política divina de Leão XIII os misérrimos interesses partidários, tão irreconciliáveis, entre nós com a verdadeira doutrina católica, a situação se define com clareza; e o dever dos católicos, principalmente do clero, não é duvidoso: reduz-se a pôr em prática o programa de Leão XIII, para todas as situações idênticas à nossa, resumiu numa frase – *aceitar o direito constituído e combater a legislação*. O dever do clero e dos católicos não pode deixar de ser este.<sup>80</sup> [grifos do autor]

Esplendor, decadência e combate são as três palavras utilizadas pelo padre Júlio Maria para definir, respectivamente, os períodos colonial, monárquico e a republicano. Três regimes que marcam a narrativa do autor em relação à história brasileira. O catolicismo é apresentado como o principal elemento formador da nação, especialmente pelo extenso trabalho dos missionários e dos bispos, fator que teria deixado uma marca no seio da sociedade.

O primeiro capítulo, “No Período Colonial”, é o maior em quantidade de páginas e, conseqüentemente, o narrado com maiores detalhes pelo autor. Júlio Maria argumenta sobre como o princípio da nação seria a catequese realizada pelos jesuítas e a abertura dos indígenas para acolherem a religião. Segundo o autor, os missionários teriam lançado as bases da sociedade ao apresentarem a fé para os nativos, sendo essa a verdadeira alma de uma nação.

O autor comenta sobre a importância da história da “origem do país”. Segundo o clérigo o laço religioso seria eixo central, síntese da vida e história de cada povo, sendo a função dessa obra documentar como a fé católica que fundou o Brasil. Esse movimento de escrita da história é para o autor um momento pessoal de relata de suas crenças, a fim de combater aqueles que teriam preconceitos contra o catolicismo, que seriam, conforme o autor,

---

<sup>79</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 114.

dirigentes, homens das letras, estadistas, políticos, parlamentares e educadores. Desta forma, estaria reivindicando a autoria a verdadeira narrativa histórica do país.<sup>81</sup>

Após esse comentário, o autor narra a chegada dos portugueses às terras americanas e conta com detalhes sobre a primeira missa no Brasil, considerando-a como “(...) ato inicial de nossa nacionalidade”<sup>82</sup>. Todos os conceitos que envolvem o país e a formação do povo, para o Padre Júlio Maria, têm uma resposta e um significado católicos devido à presença da religião desde o marco inicial nas terras brasileiras. Dessa forma, todas as congregações e missionários teriam tido um papel muito importante na construção dessa nação, principalmente por esses os primeiros formadores/educadores daqueles que habitam essas terras e dos nascidos nela.

É interessante destacar como ao longo do capítulo, o autor faz diversos comentários sobre a liberdade que o catolicismo gozava no período colonial. “Comtemplai tudo isto, sem esquecer a liberdade e independência que a Igreja goza na América”<sup>83</sup>. Para ele, a unidade política tinha saído da unidade religiosa, e por isso considerava os missionários como os verdadeiros colonizadores do Brasil.

Ao longo da narrativa a respeito da colonização, o autor faz críticas a Silvio Romero pela forma que ele escreve sobre os padres jesuítas e suas relações com os índios e os negros. Faz o mesmo com Oliveira Martins e Varnhagen, considerando esses intelectuais preconceituosos com o catolicismo. Na interpretação do padre Júlio Maria, a atuação dos jesuítas com a intenção de formar um povo aborígine que daria origem ao povo brasileiro.<sup>84</sup>

O autor realiza uma série de denúncias sobre a matança de índios por parte dos colonos, bem como a tentativa de resgate por parte dos missionários e aqueles que foram mortos juntos com os indígenas. Ao final do capítulo, relata de forma extensa os serviços prestados pelas ordens religiosas no período colonial, citando personagens importantes como Anchieta e Nóbrega. Também responde as críticas feitas pelos demais intelectuais, principalmente em relação ao trabalho realizado pelos monges, “repito o que já disse: é fácil deprimir os serviços à pátria, ou afirmar que tais não foram tão completos como deveriam ser”<sup>85</sup>, estimando demasiadamente o trabalho missionário e mostrando como os demais intelectuais depreciavam a atuação da Igreja Católica.

---

<sup>81</sup> Ibidem, p. 13-14.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 31-33.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 40.

Julio Maria, assim, compartilha uma importante característica com muitos intelectuais de sua geração, e futuras também, que recorreram ao passado como forma de decifrar identidade nacional: elaboração da alegoria da fusão entre as três raças – brancos, índios e negros. Tenta-se, assim, estabelecer um olhar positivo para a mestiçagem como sinônimo de integração e harmonia social. Ao mesmo tempo que idealiza romanticamente o indígena.

Em relação ao primeiro capítulo podemos destacar pontos que nos mostram a como a sua visão do presente influência na sua forma de interpretar o passado. Ao iniciar o texto defendendo a liberdade da religião no período colonial, o autor buscar reiterar como a liberdade vivida na República seria benéfica para a Igreja Católica, podendo voltar a atuar no meio da população como teria feito durante a colonização. Outro elemento destacado por Júlio Maria foi a receptividade dos índios a catequese, uma visão romântica era partilhada por alguns literários desse período, valorizando a mestiçagem ao considerar o caboclo como o verdadeiro brasileiro.

O segundo capítulo, “Durante o Império”, narra “a opressão do padroado e o sufocamento” da Igreja Católica, considerando-a como a fase de decadência das congregações e do clero secular e a origem do pensamento realista na intelectualidade e política brasileira. Esse capítulo é relativamente menor do que o primeiro e comentando majoritariamente dos fatos: a Constituição de 1824 e a Questão dos Bispos<sup>86</sup>, que aconteceu na década de 1870.

Entretanto o mais interessante desse capítulo é perceber a posição que o autor coloca a Igreja católica, como vítima de um governo que não tinha o interesse de continuar a construção da nação brasileira em conjunto. Além disso, coloca como dever de cada cidadão permanecer fiel aos ensinamentos do catolicismo mesmo com os problemas que estavam acontecendo no país.

O autor inicia o capítulo comentando sobre as medidas pombalinas e as considerando vexatórias por terem acabado com a obra jesuítica e abandonado os índios. Nesse momento Pe. Júlio pergunta-se se existe outra fonte, além do cristianismo, que poderia dar origem a uma jovem nação. Ele considera que a gestão nacional era um “produto fecundo das ideias e dos sentimentos cristãos”<sup>87</sup> que foram difundidos pelo clero aos brasileiros através da catequese e de seus discursos nos púlpitos.

Ao citar uma conferência que realizou na capital federal, Rio de Janeiro, chamando-os de cidadãos confiou a cada um três deveres: “dever de homem em face do problema universal,

---

<sup>86</sup> Dois bispos brasileiros, Dom Vital e Dom Macedo Costa, iniciaram uma campanha contra a maçonaria e as suas irmandades, seguindo uma determinação papal, entretanto, devido ao regime do padroado, essa bula papal não foi aceita por Dom Pedro II e gerou um conflito entre esses grupos. Os dois bispos foram presos.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 65.

dever de patriota em face ao problema nacional, problema de cristão em face de Deus e da Igreja.”<sup>88</sup>

Na sua interpretação, a Constituição de 1824 reconhecia constitucionalmente um fato que já existia antes do Império, e que confiava a Igreja Católica “a imunidade e os privilégios de que ela já gozava”<sup>89</sup>. Para ele,

não foi, pois, fique bem firmado, a Constituição que fez da religião católica a religião do Brasil. Não foi um código político que fez do catolicismo a religião nacional. O catolicismo foi reconhecido pelo legislador como um fato anterior; a religião católica reconhecida por ele como um direito adquirido da nação brasileira.<sup>90</sup>

Segundo Julio Maria, o período imperial seria caracterizado pelo regalismo, apagamento das ordens religiosas, sem prestígio do clero e do episcopado, faltando uma reação enérgica contra o racionalismo e cepticismo dos dirigentes do país. O regalismo teria sido o principal pensamento responsável pela decadência da Igreja Católica no Brasil, pois invadia a sua esfera de ação, limitando as responsabilidades dos padres e suas atividades. Nesse debate, o autor questiona sobre a presença do padroado no país. Conforme sua pesquisa, o padroado não havia sido concedido pela Santa Sé, mas sim imposto por Dom Pedro I. Sendo declarado em 1827 por como direito civil, dessa forma, não seria necessário à aprovação papal.<sup>91</sup>

A partir desse ano, Júlio Maria comenta que o clero teria ficado refém do Estado, que considerava que tinha direito político sobre o culto, e por isso inspecionava e exigia disciplina dos padres. Os mesmos passaram a serem ordenados e nomeados bispos apenas com aprovação real, tornando-se funcionários públicos. O clérigo cita uma lista de proibições feitas pelo governo imperial para a Igreja Católica, dentre as quais proibia a renovação do clero (a entrada de noviços nas ordens religiosas e nos seminários) e a saída dos bispos de padres de sua diocese sem autorização.<sup>92</sup>

O segmento do catolicismo mais afetado, depois dos fiéis, foi às ordens religiosas, que perderam seus bens para o Estado e foram impedidas de receber novas vocações como trazer religiosos de outros países. Segundo o autor, isso seria o planejamento de uma morte lenta para as congregações que eram as grandes responsáveis pela catequese e educação no país.

Padre Júlio Maria termina esse capítulo comentando que “o nosso país corre sôfrego à taça envenenada do materialismo. Iludido pela falsa ciência, o Brasil abriga e alimenta em seu

---

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 68-69.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 70-71.

seio o infernal repúdio da fé católica. (...) Sem a reação religiosa, a desorganização do país é certa e a morte da dinastia infalível.”<sup>93</sup> Confiante nisso, afirmou que o Império foi à decadência da religião.

Nesta parte do livro, ficou clara a sua intenção de apresentar o “sofrimento” da Igreja Católica diante do governo imperial, bem como a suas dificuldades com o pensamento regalista e com o cientificismo. Para o autor, o Império atrapalhou a avanço da nação gloriosa que havia sido semeada pelos primeiros missionários, fazendo com que a população fosse deixando a religião de lado e deixando de percebê-lo como uma característica clara do brasileiro, o desprestígio do clero e a falta de formação dos fiéis teriam sido os principais fatores. Dessa forma, esse período foi caracterizado por ele como decadência do ponto de visto religioso e político.

Conforme a interpretação do sacerdote, a Constituinte de 1824 reconhecera o catolicismo como um dos pilares formadores da sociedade, um direito da nação. Esta análise é intrigante se levarmos em conta que foi escrito no contexto de debate sobre a Constituição de 1891 que instituiu o Estado Laico. Nesse comentário, o autor estabeleceu uma crítica a nova constituinte e a aqueles que acreditariam que o catolicismo dependia de uma lei para ser presente na sociedade.

O segundo capítulo nos apresenta mais uma marca da geração de 1870, a insatisfação com a classe dominante no país e com sua postura política. Apenas apresentando uma perspectiva em seu texto, Julio Maria demonstra a decepção com o governo imperial, colocando suas esperanças no regime político que estava por vir.

No terceiro e último capítulo do livro, “No Regime Republicano”, escrito 11 anos após a proclamação da República e pós-debate da constituinte em um período em que se buscava perceber o que havia de diferente entre o regime político atual e o anterior, e, por isso temos uma busca incessante pelos símbolos nacionais. É o menor capítulo e o que comenta assuntos mais variados, mas todos girando em torno do que propõem a Constituição de 1891. Esta parte foi escrita em tom de esperança e é caracterizado pelo autor como “*aceitar o direito constituído e combater a legislação*”.<sup>94</sup>

Padre Júlio Maria inicia o capítulo explicando como a Igreja Católica reagiu ao primeiro ato da República que foi a declaração do Estado Laico, apresentando a resposta da Carta Pastoral Coletiva do episcopado brasileiro de 1890. Essa carta foi assinada por todos os bispos do país e declara apoio ao novo regime político.

---

<sup>93</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 114.

Se no decreto há cláusulas que podem facilmente abrir a porta a restrições *odiosas* desta liberdade (a eclesiástica), *é preciso reconhecer que, tal qual está redigido, o decreto assegurou à Igreja Católica no Brasil uma certa soma de liberdade que ela jamais logrou no tempo da monarquia.*<sup>95</sup> [grifos do autor]

A carta comenta sobre o peso e os problemas que o regime do padroado gerou no trabalho apostólico da Igreja. Ao mesmo tempo os bispos se afirmam como sendo “indiferentes (...) todas as formas de governo; não julgando lícito pensar-se que a ressurreição da Igreja do Brasil no gozo de uma plena liberdade possa suscitar dificuldades à República; declarando bem alto que os católicos brasileiros não separam em seus corações dois amores originários da mesma fonte divina – da religião e da pátria”<sup>96</sup>. Eles terminam concluindo que a Constituição não possui nenhuma palavra que ofenda a liberdade e a consciência religiosa, majoritariamente católica.

Tanto o episcopado brasileiro quanto Pe. Júlio Maria defenderam que no regime republicano devolveu para a Igreja a sua liberdade depois de um longo período de escravidão. Ao mesmo tempo o padre considera que os legisladores cometeram um erro ao separarem o Estado da Igreja. Nas suas palavras, “no Brasil não há idéia verdadeira da teoria de separação; no Brasil os que pretendem dirigir a política não têm a noção exata do que significam Igreja e Estado separados”<sup>97</sup>. Para ele, os parlamentares confundem separação com hostilidade e indiferença.

A fim de fortalecer seu argumento cita Leroy Beaulieu e seu livro “O Estado Moderno e sua funções”, o qual comenta a ideia de Estado Leigo e como ela foi convertida em Estado ateu e que isso seria um erro, pois leigo quer dizer que o Estado não seria subordinado a uma religião, mas que a considera uma força moral importante. Júlio Maria termina esse comentário pedindo a todos os fiéis para trabalharem para que no Brasil o Estado e a Igreja sejam entrelaçados “(...) no interesse do povo e para a salvação da pátria.”<sup>98</sup>

Por fim, comenta sobre um curso elaborado pelo mesmo chamado de Conferências da Assunção, no Rio de Janeiro, sobre dogma, moral e culto, que foi desenvolvido com o objetivo de promover a harmonia da República com a Igreja. Segundo o padre, essa conferência desagradou muito políticos que viam no clero um instrumento de agitar a

---

<sup>95</sup> Ibidem p. 103.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 107-108.

população na direção de suas intenções. Diante disso, considera a República o período de combate e descreve os deveres dos católicos e dos sacerdotes nessa situação.

O dever do clero e dos católicos não pode deixar de ser este. Em primeiro lugar, quaisquer que sejam, e são grandes, os erros dos legisladores republicanos, é certo que nós estamos no regime da liberdade. Em segundo lugar, não é lícito negar que na situação republicana a Igreja tem prosperado no Brasil; que o santo padre pode, sem as peias e os obstáculos do antigo regime, reorganizar a hierarquia, aumentar o número de dioceses, pôr-se mais facilmente em contato com os bispos, os quais para irem a Roma e proverem nossos interesses religiosos já não precisam de licença do poder executivo; que o sentimento católico tem se desenvolvido no Brasil.<sup>99</sup>

Neste último capítulo, podemos perceber um dos autores que influenciam na sua forma de compreender a modernidade e a república. Essa citação e a comparação com os Estados Unidos da América, que é realizado ao longo do capítulo, nos apresentam o modelo no qual se inspirava. Somado a isso, realiza uma crítica aos mesmo políticos que permaneceram no poder com a troca de regime ao falar sobre a forma com que tratavam a Igreja.

Julio Maria pensa o papel da Igreja Católica na construção da nação brasileira e o seu papel na integração nacional, idealizando todo o processo de catequização e a conduta da instituição ao longo dos anos. Ao longo de sua escrita podemos perceber a intenção de estabelecer uma nova história para a Igreja Católica no Brasil por meio de um novo panorama conduzido apresentado ao longo de sua narrativa.

O autor tenta estabelecer uma nova forma de enxergar o trabalho da Igreja que justificaria a sua importância no início do século XX. Ao passar por cada regime político, mostrou, a partir de sua perspectiva religiosa, como o catolicismo foi enraizado nos brasileiros pelo trabalho missionário, sendo uma característica formadora do brasileiro que constituiu sua forma de pensar e agir em todos os aspectos da vida, incluindo politicamente e religiosamente.

Uma das formas de pensar a nação brasileira foi proposta pelo Padre Júlio Maria, pregador que formou uma geração de fiéis, padres e futuros intelectuais católicos que foram ativos na vida política do país e que movimentaram a imprensa. Não temos como avaliar o impacto da publicação na sociedade da época por ausência de fontes para mapear a sua circulação e também não é o objetivo dessa pesquisa, mas encontramos registros das conferências dadas pelo sacerdote nos periódicos *O Apostolo* e no *Jornal do Brasil*, ambos cariocas.

---

<sup>99</sup> Ibidem, p. 114-115.

Ao longo da obra podemos perceber a influência e o diálogo dos diversos intelectuais da geração de 1870. Dessa forma, Julio Maria buscou atrelar o pensamento católico a modernidade. Além disso, percebemos como a romanização do clero e as modificações que aconteceram na Santa Sé com o Papa Leão XIII repercutiram e impactaram o clero no Brasil. A forma de olhar o passado e interpretar a participação da Igreja Católica na formação da sociedade brasileira foram alguns das consequências desse processo experimentadas pelo sacerdote.

O livro “A Igreja e A República” nos traz uma contribuição importante revelando através de qual perspectiva a Igreja Católica via a sua participação na constituição da sociedade brasileira. Sendo muito significativo o trabalho do Pe. Julio Maria, que buscou realizar o mesmo movimento que os demais intelectuais de seu período, voltar ao passado para compreender as questões do presente republicano. Podemos pensar a partir do livro e dos outros escritos do padre Júlio Maria o local de um intelectual católico dentro da sociedade brasileira e nos espaços de discussões políticas e intelectuais, como o Instituto Histórico e Geográfico.

Além de buscar estabelecer o lugar da Igreja Católica dentro da modernidade, Julio Maria estabelece um elo com a presença de Nossa Senhora desde o início da colonização, demarcando a importância desse ícone, no qual dedica uma série de conferências. Essa obra abre caminhos para compreender como o pensamento católico estava sendo estruturado e como foi atrelado à figura de Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

### **1.5. Nossa Senhora Aparecida: o nascimento de um símbolo**

“Quase dois séculos passaram, desde que das ondas do Rio Paraíba surgiu a milagrosa Imagem da Senhora, destinada a constituir, colocada no trono, instrumento poderoso para a glorificação da Virgem Mãe e para a salvação de milhares de almas.

Dizem filólogos que a palavra Paraíba em nossa língua significa: riu mau. Não o sabemos; mas o que é certo, é que para nós êle era um rio salutar, pois das suas linfas nos chegou aquela sagrada imagem.

Nossa Senhora Aparecida! Nos sertões, em tósco oratório, venera-se-lhe a sagrada Imagem, assim como nas casas esplêndidas, em moldura dourada.

As mães falam a seus filhos da Senhora Aparecida, e os velhos contam as provas da sua misericórdia às gerações crescentes.

E se sobreviver qualquer perigo, ah! como é, em tal momento angustioso, tão familiar a lábios brasileiros aquela invocação: ‘Nossa Senhora Aparecida me valha!’”<sup>100</sup>

Pe. Gebardo Wiggremann, Santuário: 11 de Maio de 1901.

Vinda do interior de São Paulo. De cor negra. Católica. Manto azul com a bandeira do Brasil. Coroada e proclamada Padroeira do Brasil. A imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida<sup>101</sup> é conhecida por todos os brasileiros, a qual recebe o apelido carinhoso Mãe dos habitantes desta terra de Santa Cruz. A história da aparição da imagem é transmitida de forma oral ou literária até hoje por famílias e membros da Igreja Católica, o que faz com que, mesmo nunca tendo lido sobre Aparecida, tenhamos breves lembranças desse relato.

Segundo a tradição devocional registrada pelos padres redentoristas, no meio do mês de outubro de 1717, o Conde de Assumar (Pedro de Almeida Portugal), que teria sido convidado a exercer o cargo de governador da Capitania de São Paulo de das Minas Gerais, viajou em visita à Vila de Guaratinguetá<sup>102</sup>. Durante a estadia do governador na região alguns pescadores teriam sido chamados para pescar e levar todos os peixes à Câmara Municipal a fim de que fosse preparado um jantar para a recepção. Entre eles, estariam Felipe Pedroso, João Alves e Domingos Garcia. Os três teriam lançado insistentemente suas redes no Rio Paraíba, mas não conseguiram pescar nada. João Alves ao jogar novamente a sua rede teria sentido um peso ao puxá-la. Ao retirá-la da água, os pescadores perceberam um objeto escuro que seria o corpo de uma imagem de Nossa Senhora, porém, sem a cabeça. Eles teriam guardado a imagem no barco e logo após teriam jogado a rede de novo no rio. Ao puxarem a rede novamente, teriam encontrado a cabeça da imagem. Então, quando voltaram para a pesca, teriam tido grande sucesso, a ponto de encherem o barco e ficarem com medo de afundar<sup>103</sup>.

Após a pesca milagrosa, a imagem encontrada teria sido identificada como sendo de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Um dos pescadores, Felipe Pedroso, teria ficado com a imagem, que permaneceu por muitos anos guardada, até que seu filho teria construído um altar e uma capela para ela em sua casa. A família de Pedroso teria realizado diversas

---

<sup>100</sup> MACHADO, Padre. “Aparecida” na história e na literatura. Livro III. Páginas Literárias sobre Nossa Senhora “Aparecida”. Campinas, SP: Edição do Autor, 1983, p. 6.

<sup>101</sup> Durante o texto usarei algumas nomenclaturas diferentes para me referir a Nossa Senhora Aparecida, são elas: Virgem Aparecida, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, Santa e Maria.

<sup>102</sup> Em 1928, Guaratinguetá perde os territórios de Aparecida do Norte, surgindo um novo município.

<sup>103</sup> SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Virgem Mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo*. Tempo – Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, V. 6, N. 11, 2001, p. 81-82.

reuniões com a comunidade em torno da imagem para rezar o rosário. O nome “Aparecida” foi acrescentando pela devoção popular ao nome da santa por ela ter aparecido no rio.<sup>104</sup>

Teria sido nessas reuniões, em torno de Nossa Senhora Aparecida, para rezar o rosário que aconteceu o primeiro milagre diante de um grupo de devotos. Uma parte dos habitantes de Guaratinguetá estava diante da Virgem Aparecida rezando quando as velas que ficavam nos lados da imagem teriam apagado sem nenhum motivo, pois não ventava e a noite estava calma. Muitos ficaram espantados e quando Silvana da Rocha, uma das que costumava participar desses momentos de oração, se aproximou para acender as velas, elas teriam acendido sozinhas. “O acontecimento impressionou a todos e despertou admiração e devoção no meio do povo”<sup>105</sup>. Esse fato fez com que a capela fosse cada vez mais visitada pela população e que seu prestígio crescesse pela região.

A aparição da imagem teria ocorrido durante o governo paroquial do padre José Alves Vilela, clérigo da Paróquia Santo Antônio de Guaratinguetá<sup>106</sup>. Nesse período, a devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida teria crescido devido às atividades organizadas pela família do pescador, o que gerou um apego popular à santa. Em 1743, o padre José Vilela pediu ao Bispo do Rio de Janeiro<sup>107</sup>, Dom João Cruz, a oficialização da devoção pela Igreja Católica, que é concedido no mesmo ano junto com a autorização para o uso da nomenclatura de “Aparecida”<sup>108</sup>.

Esta narrativa está presente em dois documentos oficiais da Igreja Católica, o primeiro foi escrito trinta e três anos após a aparição, em 1750, pelo padre jesuíta Francisco da Silveira, que estava em missão pela região; o segundo foi escrito quarenta anos depois, em 1757, pelo Pároco de Guaratinguetá Pe. Dr. João Morais e Aguiar no I Livro do Tombo<sup>109</sup> da Paróquia de Santa Antônio de Guaratinguetá. Ambos comentam sobre a visita do Conde de Assumar e relatam a história de aparição da imagem no Rio Paraíba.<sup>110</sup>

---

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Imagem, o Santuário e as Romarias. Aparecida*. São Paulo: Editora Santuário, 1998, p. 59.

<sup>106</sup> Principal paróquia da região naquele período.

<sup>107</sup> Mesmo a região de Guaratinguetá do Norte fazendo parte de São Paulo, o bispo do Rio de Janeiro que era responsável pela sua administração.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>109</sup> É um livro ainda usado nas paróquias que tem por finalidade narra os fatos e notícias importantes da paróquia, assentar documentos e disposições de autoridades eclesiásticas, noticiar realizações pastorais, visitas pastorais e conter históricos de capelas e entidades.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 38-41.

Os dois primeiros documentos citados a cima, registram que já aconteciam romarias para a capela dedica a Aparecida. Ao longo do século XIX, houve um aumento das romarias devido ao maior desenvolvimento da região do Vale do Paraíba, geralmente organizadas pelos devotos, independente dos padres, pertencentes as irmandades. Após a proclamação da República, tivemos um aumento considerável das peregrinações acompanhadas pelo clero e como também na divulgação das mesmas em jornais e revistas da época.<sup>111</sup>

De acordo com Julio Brustoloni, a primeira capela construída para acolher a N. S. Aparecida foi inaugurada em 26 de julho de 1745, pelo Padre Vilella, sendo reformada entre 1760 e 1770 para receber mais fiéis como também construíram duas torres e uma nova fachada. Em 1844, foi constatado que as torres que não estavam bem fundamentadas e que oferecia risco de queda, por isso, resolveram demoli-la e construir um novo templo. A construção iniciou no mesmo ano tendo como principal organizador o pároco de Guaratinguetá, Pe. Benedito Manuel da Costa Pinto. A fachada e as duas torres da nova igreja ficaram prontas em 1864, 20 anos depois do início da construção.<sup>112</sup>

Entre 1864 e 1878, a obra ficou parada sendo concluída em 1888, essa segunda parte da obra teve grande participação do Frei Joaquim do Monte Carmelo, que ficou encarregado dos projetos. Devido a sua dedicação, a igreja ficou conhecida como “Igreja do Monte Carmelo”. Foi inaugurada no dia 24 de junho, pelo bispo de São Paulo Dom Lino Deodato Rodrigues Carvalho. Alguns anos depois, em 1893, é criada a paróquia de Aparecida e o bispo da Diocese de São Paulo concede a mesma o título de Episcopal Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida.<sup>113</sup>

No ano de 1894, a Congregação do Santíssimo Redentor – os redentoristas<sup>114</sup> – assumiram administração do Santuário, sendo responsáveis por organizara história de Aparecida e pela romanização e sacralização da devoção a santa. Durante o século XX, temos a grande expansão do culto a Nossa Senhora Aparecida, com a construção do santuário novo, separação de datas para a peregrinação anual de cada diocese do Brasil, a separação dos

---

<sup>111</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 203-206.

<sup>114</sup> Para mais informações sobre a atuação dos redentoristas ler: PETERS, José Leandro. Nossa. Senhora Aparecida do discurso da Igreja Católica no Brasil (1854-1904). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

municípios de Guaratinguetá e Aparecida do Norte (1927) e a Assembleia Geral dos bispos acontecerem em Aparecida.<sup>115</sup>

Os principais trabalhos dos redentoristas no início da administração do santuário foram a evangelização e a organização da devoção a Nossa Senhora Aparecida. Eles ordenaram a documentação que existia a respeito da Virgem e elaborar uma narrativa de sua história. O Santuário, já nesse período, colecionava inúmeros relatos de milagres dedicados à santa, muitos ficavam expostos na Sala dos Milagres, entretanto quatro foram eleitos como os mais importantes dentro da história de Aparecida. Apresentamos os milagres na mesma ordem que aparecem nos documentos e nos livros pesquisados. Não existe uma precisam de data ou de registro sobre nenhum deles, apenas suposições que ainda não foram comprovadas.<sup>116</sup>

O primeiro deles, já citado, teria sido o milagre das velas que aconteceu alguns anos após o encontro da imagem. O segundo milagre é do escravo Zacarias, o qual até hoje recebe muito destaque, segundo a narrativa:

Um escravo fugitivo, que estava sendo conduzido de volta à fazenda pelo seu patrão, ao passar pela Capela pediu para fazer uma oração diante da Imagem. Enquanto o escravo estava em oração, caiu repentinamente a corrente deixando intacto o colar que pendia de seu pescoço. A corrente se encontra até hoje pendente da parede do mesmo Santuário, como testemunho e lembrança de que Maria Santíssima tem suprema autoridade para desatar as prisões dos criminosos pecadores arrependidos. Aquele senhor, tocado pelo milagre, ofereceu a Nossa Senhora o preço dele e o levou para casa como pessoa livre, a fim de amar e estimar aquele seu escravo como pessoa protegida pela soberania da Mãe de Deus.<sup>117</sup>

Em relação a esse milagre temos dificuldade de afirmar a data ocorrida, como narra o padre redentorista Júlio Brustoloni – principal escritor sobre N. S. Aparecida – existem vários relatos desse fato, um deles consta em um processo da Cúria da Arquidiocese de São Paulo, aberto com a finalidade de pedir para a Igreja dedicada a Virgem o título de Basílica em 1905. Esse documento apresenta uma comprovação dos milagres ocorridos naquele lugar. Nele três testemunhas afirmaram que presenciaram o milagre do escravo no ano de 1856. Segundo o

---

<sup>115</sup> BRUSTOLONI, Julio. Op.cit., p. 70.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 130-133.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 60-61.

Padre Júlio Brustoloni houve um engano no processo e o foto seria muito anterior, do ano de 1790, quando a região estava tomada pelo ciclo do açúcar.<sup>118</sup>

O terceiro milagre conta a história de uma menina que era cega de nascença e que dizia sempre a sua mãe que desejava muito ver Nossa Senhora. A mãe tentava explicar a filha que não teria como ver por causa da cegueira e que não podiam costear a viagem. Um tio teria dado de presente 10\$000 a sobrinha para a viagem e para lá foram mãe e filha.

Quando chegaram no alto da Boa Vista a mãe pegando pelo braço da filha, esta suspendeu a cabeça e enchergando as torres disse:

- Mamãe, aquela será a Capella de Nossa Senhora! A mãe lhe perguntou:

- Você já encherga minha filha!

- Perfeitamente minha mãe. De repente chegou uma luz que me clareou a vista.

Chegaram aqui entraram na Igreja e a menina avistou a santa. Ao avistar N. Senhora a menina disse a sua mãe:

- Mamãe, pensava que era uma santa bonita como diz o povo, porém eu não acho e além disso estou vendo uma Neguinha.

Imediatamente ficou tão cega como tinha nascido.<sup>119</sup>

O quarto milagre apresenta uma situação semelhante ao do terceiro. Em 1866, um fazendeiro de Cuiabá não acreditava nos milagres e nem nos castigos de N. S. Aparecida, teria declarado que apenas gente ignorante acreditava neles. Por isso, chegou a afirmar que entraria na Igreja com o cavalo para ver o que acontecia.

Nessa ocasião, as ferraduras do cavallo cravaram na pedra não podendo erguer as patas, para dar sequer um passo. Reconhecendo elle, aquilo como um grande castigo, desce do cavallo entra na Igreja de mãos postas e em fervorosas preces pede a Nossa Senhora que lhe perdoasse. Desde esse dia tornou-se um verdadeiro devoto de Nossa Senhora crendo em seus milagres e em seu grande poder.<sup>120</sup>

Nos dois milagres relatados as cimas podem perceber que ambos os personagens envolvidos desafiaram ou desprezaram a santa tanto por causa de sua cor e, igualmente, por falta de fé. Nas duas situações, as pessoas envolvidas nos milagres são convidadas a se retratarem e sofrem castigos pela sua má conduta. Ambos os milagres ensinam uma moral e

---

<sup>118</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>119</sup> PETERS, José Leandro. Op. cit., p. 36.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 36-37.

uma forma de comportamento para aqueles que buscam uma graça/milagre<sup>121</sup> de a Virgem Aparecida, servindo de catequese para aqueles que escutam bem como uma forma dos padres ordenarem o culto e as formas de expressar a devoção.

Os relatos dos milagres nos fazem pensar sobre as contradições e os limites dos discursos a respeito da integração nacional e do papel das raças. Como afirma Ronaldo Vainfas, o debate sobre a miscigenação racial aparece desde 1840, na qual o botânico e europeu Karl von Martius formulou-a e deixou seus registros na obra “Como se deve escrever a história do Brasil”<sup>122</sup>. Nela, ele afirma que a chave para a compreensão da história brasileira estava na análise do cruzamento entre as três raças. Esse mesmo cientista esteve presente em Aparecida do Norte, segundo Julio Brustoloni em 1817, e teria afirmado que “A milagrosa Imagem de Nossa Senhora atraia peregrinos de toda a província e de Minas Gerais.”<sup>123</sup>

É provável que sua pesquisa tenha sido influenciada pelo que viu nas diversas regiões do Brasil como bem em Aparecida. Assim como esse intelectual, que foi o precursor no debate sobre a miscigenação, podemos perceber que o discurso do Padre Júlio Maria estava inserido em um debate influenciado pela raciologia científica que inspirou outros intelectuais como Nina Rodrigues, Silvo Romero e Euclides da Cunha<sup>124</sup>. Através da escrita do sacerdote podemos perceber a exaltação do indígena, idealizado e considerando que a origem do povo brasileiro estava no aborígine. Mesmo silenciando a escravidão considerava o caboclo o verdadeira brasileiro, valorizando a miscigenação.<sup>125</sup>

Em contrapartida, os dois dos principais relatos de milagres dedicados Nossa Senhora Aparecida fazem referencia direta a escravidão e a cor enegrecida, inserindo o negro dentro da realidade da fé católica. Ao introduzir o negro na história da Virgem percebemos uma tentativa de conciliação com o passado da escravidão, mostrando um olhar misericordioso da Igreja com esse grupo social e projetando a ideia de inserção do negro na sociedade. Um discurso que foi apresentado de forma indireta com o objetivo de normatizar as devoções populares e utilizando os milagres como formas de catequisar o povo.

Esses milagres foram escritos no final do século XIX e início do século XXI, período marcado pelo darwinismo e pela dúvida de se a mestiçagem brasileira causaria um atraso no

---

<sup>121</sup> As palavras graças e milagres neste contexto apresentam significados semelhantes, ambas significam que o pedido foi atendido.

<sup>122</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Revista Tempo, Agosto de 1999, p. 2.

<sup>123</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. Op. cit., p. 76.

<sup>124</sup> VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., p. 3.

<sup>125</sup> MARIA, Júlio. Op. cit., p. 31-33.

seu desenvolvimento ou não, essa questão foi o ponto de partida para diversos intelectuais como Nina Rodrigues e Silvio Romero. O interessante é perceber como essas formas de pensar também estão presentes nesses relatos e destacam uma forma religiosa de interpretá-los. Como essa era a cor da Imagem, Nossa Senhora Aparecida teria reagido ao descontente comentário da menina, de forma que ela se arrependesse do tratamento dado à mesma. Bem como o escravo, em atitude de humildade, que foi reconhecido pela sua miséria, perdoado de suas faltas e alcançou a liberdade.

Ao mesmo tempo que possuímos um discurso de integração nacional por parte da Igreja Católica, representado pelos escritos do Pe. Julio Maria, encontramos uma dinâmica marcada pelos limites e contradições desse posicionamento. O discurso do sacerdote, considera o indígena e as ordens religiosas, reconhecendo o mestiço na figura do caboclo. Os milagres escritos pelos redentoristas reconhecem os diversos integrantes da sociedade brasileira, os mestiços pobres (representados pela menina e pela mãe), os ricos (na figura do fazendeiro) e os marginalizados (representado pelo negro), considerando todos como devotos de Aparecida e defendendo uma ordem e disciplina necessária a todos para receberem as graças.

As quatro narrativas registradas pelos redentoristas nos apresentam como deveria agir um devoto de Nossa Senhora Aparecida bem como também constroem a sua personalidade, colocando-a como um modelo de materno para a sociedade. Essas histórias foram utilizadas pelos redentoristas para a catequese da população que vivia em torno da cidade de Guaratinguetá. Através delas, eles mostram como deveria ser o comportamento daqueles que querem ter uma graça alcançada pela intercessão dela bem como serem fiéis à Igreja Católica, construindo um imaginário em torno da Virgem de Aparecida como mãe dos aflitos e protetora dos brasileiros.

Como nos exprimiu à fala do Pe. Gebardo no início do texto,

as mães falam a seus filhos da Senhora Aparecida, e os velhos contam as provas da sua misericórdia às gerações crescentes. E se sobreviver qualquer perigo, ah! como é, em tal momento angustioso, tão familiar a lábios brasileiros aquela invocação: 'Nossa Senhora Aparecida me valha!'<sup>126</sup>

Qual era o papel da mãe Aparecida? Integrar, conciliar e harmonizar seus filhos, membros da nação brasileira, bem como desejava o padre Julio Maria ao escrever como o catolicismo desempenhava essa função na sociedade desde a colonização, sendo uma das

---

<sup>126</sup> MACHADO, Padre. Op. cit., p. 6.

rochas formadoras da sociedade. Nossa Senhora Aparecida representava muito mais que a fé de seus devotos, ela foi constituída como símbolo de um projeto que tinha como principal discurso a conciliação entre os poderes (Estado e Igreja) e entre a população, fazendo com que pelo menos nos momentos que estivessem diante desse ícone não houvessem diferenças. Omitindo os conflitos e as explorações.

Muito mais que uma simples devoção, a disputa por espaço dentro da política e da sociedade brasileira, desencadeou um processo de transformações dentro da Igreja Católica que foram revestindo velhos costumes com novas tradições, da mesma forma foi com Aparecida. Apoiada por um debate intelectual que buscava descobrir as origens do brasileiro e a sua representatividade, a história da Virgem Aparecida foi sendo constituída adquirindo novos significados a partir do olhar dos representantes da romanização, os redentoristas. A partir da disputa dos símbolos nacionais, a Igreja Católica apresentou um símbolo que possuía características desejadas pelos demais grupos políticos e que, diferentes deles, tinha raízes no imaginário social.

De geração em geração, Nossa Senhora foi ganhando características brasileiras até ser transformada em Mãe dos Brasileiros, a Virgem de Aparecida. Essa identidade foi sendo constituída ao mesmo tempo em que se debatia sobre a identidade nacional e o que era ser brasileiro. Dentre os projetos de nação brasileira, a Igreja Católica apresenta o seu símbolo para representar o país durante o período, um ícone que é uma bricolagem de diversas culturas e grupos sociais e que buscava unificar a Igreja e a sociedade em torno dele.

## **2º CAPÍTULO: UMA RAINHA PARA UMA REPÚBLICA:**

### **A COROAÇÃO DE NOSSA SENHORA APARECIDA COMO RAINHA DO BRASIL**

Foi grande a satisfação do povo, vendo sua querida imagem coroada e proclamada Rainha do Brasil. Num pequeno povoado com cerca de 2.000 habitantes, realizava-se a maior concentração de povo e clero jamais vista no Brasil. (...) Se de fato a Igreja perdera seu prestígio político, que gozava quando unida ao Estado, a partir de então, ela conquistava o prestígio popular e bispo, em vez do apoio do governo, já podiam contar com o apoio do povo...<sup>127</sup>

Em 08 de Setembro de 1904, um dia depois das comemorações dos 82 anos da Independência do Brasil, todos os bispos reuniram-se em Guaratinguetá para celebrar a coroação de Nossa Senhora Aparecida como Rainha do Brasil. Não seria mera coincidência a escolha dessa data. Ao reunir milhares de pessoas de todos os estados brasileiros na Basílica de Nossa Senhora Aparecida, a Igreja Católica desejava enviar uma mensagem ao Estado. Não apenas mostrar a sua influência dentro da sociedade, mas também apresentar o símbolo que representaria o Brasil aos olhos dessa instituição. Expondo o que seriam as raízes do catolicismo brasileiro e apresentando sua perspectiva do que era essa nação.

Neste capítulo apresento o culminar das discussões intelectuais apresentadas no capítulo anterior. O processo de coroação de Nossa Senhora Aparecida, como Rainha do Brasil. O evento aconteceu no dia 08 de Setembro de 1904, na Basílica Menor, dedicada a Virgem e localizada na cidade de Guaratinguetá (SP). Contudo, mesmo a cerimônia tendo acontecido em São Paulo toda a organização se deu a partir da Arquidiocese do Rio de Janeiro, por meio do arcebispo Cardeal Joaquim Arcoverde.

A Arquidiocese de São Sebastião do R.J. passou por alguns mudanças no final do século XIX e início do século XX que a colocaram como centro do catolicismo no país. Ao longo do capítulo explico as transformações que ocorreram na Arquidiocese. Apresento como surgiu a devoção a Nossa Senhora Aparecida no estado e o papel do cardeal no processo. Em seguida, comento sobre o advento das peregrinações oficiais e seus objetivos, mostrando a invenção e a importância que essa tradição ganhou e como estimulou a devoção a Aparecida. Junto a isso, apresento as cartas pastorais, documentos escritos pelos bispos a fim de dar orientações ao clero e aos devotos e que tiveram grande influência nesse período, sendo responsáveis por divulgação da coroação e das peregrinações.

Destaco, igualmente, a importância do periódico *Jornal do Brasil* como propagador do catolicismo nesse período. Encontramos em inúmeras edições, menções a coroação de Nossa

---

<sup>127</sup> BRUSTOLONI, Júlio. Op. cit., p. 335-336.

Senhora Aparecida, divulgação das peregrinações e a cobertura de todo o evento da coroação. Sucessivamente, analiso os simbolismos religiosos que envolveram a data da coroação e a coroa utilizada pela imagem sacra, destacando a sua relação de ruptura e continuidade com o passado e com a princesa Isabel de Bragança.

## 2.1. Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro e os devotos de Aparecida

(...) entre nós, depois do desaparecimento do padroado, estavam a exigir medidas consoantes à nova fase em que estava a Igreja, entregue aos seus próprios recursos e inteiramente separada do Estado. [...] Lá na cidade eterna, entre altos negócios de que se ocupou [Dom Antônio de Macedo Costa], propôs e encaminhou o projeto de criação de um Arcebispado, com sede no Rio de Janeiro, e quatro novos Bispados, como fora combinado e aludida na reunião efetuada em São Paulo.<sup>128</sup>

Em agosto de 1890, ocorreu, em São Paulo, uma reunião, organizada a pedido do núncio apostólico<sup>129</sup>, Monsenhor Francesco Spolverini, e que foi comandada pelo Arcebispo primaz do Brasil Dom Antônio de Macedo Costa, e na qual estiveram presentes todos os bispos. Na ocasião, Dom Antônio expôs os problemas da divisão administrativa do catolicismo no Brasil e solicitou a recomposição das jurisdições diocesanas, considerando indispensável para a prosperidade da Igreja no país. O clérigo ainda propôs ao papado a elevação da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro à Arquidiocese e a criação de novos bispados.<sup>130</sup>

Os bispos, após a separação entre Estado e Igreja, após o advento da República, compreenderam que seria importante que a capital do país também fosse o centro do catolicismo no país. Somado à esse pedido, temos também a mudança da sede da nunciatura apostólica<sup>131</sup> da Arquidiocese de Salvador para o Rio de Janeiro. Essas ações nos demonstravam a intenção de marcar a presença nos espaços de decisão política e de grande efervescência cultural.

Em 1892, o Papa Leão XIII aprovou por meio da bula *Ad universas orbis ecclesias* a divisão do território brasileiro em duas sedes metropolitanas. O norte passou a ser responsabilidade da Arquidiocese de Salvador, primeira arquidiocese do país, e o sul responsabilidade da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A partir desta bula tivemos uma divisão do poder territorial da Arquidiocese de Salvador, dando ao Rio de Janeiro os mesmos direitos

<sup>128</sup> VIERA, Dilermano Ramos. Op. cit., p. 86-87.

<sup>129</sup> Representante diplomático da Santa Sé no Brasil.

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> Nunciatura Apostólica é equivalente a embaixada e tem como seu titular o núncio apostólico, embaixador da Santa Sé no país.

que apenas Salvador gozava até então. Somado a isso Roma autorizou a criação de novas dioceses, pelo menos uma por estado<sup>132</sup>. No ano seguinte, através do Breve Apostólico *Apostolatus Officium* o papa promoveu o bispado do Rio de Janeiro à Arquidiocese, nomeando como seu primeiro arcebispo o espanhol, Dom João Fernando Tiago Esberard<sup>133</sup>, na época bispo de Pernambuco. O clérigo dirigiu a arquidiocese por pouco anos, vindo a falecer em 27 de Janeiro de 1897.<sup>134</sup>

O cenário republicano foi o catalizador das mudanças implementadas pela Santa Sé no Brasil. Além da separação entre Igreja e Estado, a influência das correntes de pensamento que consideravam o catolicismo como retrogrado preocupariam tanto o episcopado brasileiro quanto o papado. Por isso, a mudança para o RJ foi uma estratégia política do papado. A Santa Sé queria estar no centro político justamente para reverter o quadro de discórdia que surgiu após a proclamação da República. Como também precisava do Estado para reestabelecer e ampliar o poder da Igreja neste mundo moderno que ameaçava as intuições tradicionais e o espírito.

Para substituir o arcebispo falecido, foi escolhido Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti como sucessor, assumindo em 16 de Dezembro de 1897. O clérigo foi o primeiro Cardeal da América Latina e atravessou por quase todo o período da 1ª República, ao todo 33 anos, a frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Representante do processo de romanização do clero, Arcoverde teve um papel muito importante para o enraizamento de uma nova tradição católica na sociedade brasileira. Além de trocar cartas com personalidades relevantes de seu tempo, como Rui Barbosa e o Barão de Rio Branco<sup>135</sup>, estabeleceu contato com a população através de peregrinação e das cartas pastorais que escrevia.<sup>136</sup>

Nascido em 1850 e filho de uma importante família do estado de Pernambuco, Joaquim Arcoverde estudou no colégio do Padre Inácio de Souza Rolim, na Paraíba. Em 1863, foi para o Colégio Pio Latino – Americano de Roma, concluir seus estudos e a preparação para o sacerdócio. Ele foi enviado a Roma no período em que havia sido proibido ordenar novos padres no Brasil bem como abrir seminários. Formou-se na Pontificia

---

<sup>132</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>133</sup> Vindo de Barcelona para o Brasil, estudou no Seminário São José de Recife onde foi ordenado padre e, posteriormente, foi convidado a ser bispo da Diocese. Tomou posse em 12 de Maio de 1891 e em 1893 foi transferido para o Rio de Janeiro.

<sup>134</sup> CÂMARA, Fernando. “A Arquidiocese do Rio de Janeiro e seus bispos”. Revista do Instituto do Ceará, volume 123, 2009, p. 32-33. Disponível em: [https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2009/02\\_Art\\_AAquidiocese.pdf](https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2009/02_Art_AAquidiocese.pdf), acesso em 30/04/2018.

<sup>135</sup> O historiador Dilermando Ramos Vieira apresenta um estudo sobre a relação de diversos bispos com políticos no período do início da República brasileira. Para mais informações ler: VIERA, Dilermando Ramos. *História do Catolicismo no Brasil (1889-1945): volume II*. São Paulo: Editora Aparecida. 2016.

<sup>136</sup> CÂMARA, Fernando. Op. cit., p. 33-34.

Universidade Gregoriana, sendo ordenado padre, em 04 de Abril de 1874, pelo Cardeal Constantino Patrizi Naro, na Basílica São João de Latrão.<sup>137</sup>

Retornou ao Brasil em 1876, e, em 1886, foi nomeado coadjutor do Arcebispo da Bahia, porém, recusou o cargo. Posteriormente foi indicado para o mesmo cargo, auxiliando o bispo de São Paulo, em 1892. Com o falecimento de Dom Lino Deodato de Carvalho, assumiu interinamente a diocese paulista em 1894. Permaneceu à frente da diocese apenas três anos, sendo convidado em 1897 para assumir a Arquidiocese do Rio de Janeiro.<sup>138</sup>

É relevante destacar como Arcoverde foi formado dentro do pensamento ultramontano e influenciado pela romanização do clero que estava acontecendo no Brasil, sendo enviado para Roma a fim de concluir seus estudos. Um sacerdote que era um produto das transformações que a Igreja estava passando no final do século XIX e início do XX foi indicado para ser Arcebispo da capital federal. Com esse ato a Santa Sé demonstra que estava atenta ao que estava acontecendo no Brasil e que tinha interesse na manutenção da influência da Igreja Católica no local que era o centro político do país.

Ao longo dos anos que esteve à frente da diocese paulista, promoveu a devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Convidou a congregação dos redentoristas alemães para assumirem os cuidados com o Santuário, com a devoção popular, como, também, a estruturação da narrativa histórica do mito de Aparecida. Ao se estabelecer na cidade do Rio de Janeiro, continuou a propagar a devoção mariana e esteve a frente do pedido de Coroação de N. S. A.

Podemos perceber a preocupação do arcebispo em trazer missionários para o cuidado da veneração a Aparecida através do trecho de uma carta escrita por ele, em 1893, ao tesoureiro do Santuário:

Estimo que vá aumentando a concorrência dos devotos ao Santuário de Aparecida, isto nos estimulará sempre mais para trazermos, logo que possível, o pessoal de nossas esperanças, os apóstolos que, animados pelo patrocínio de Maria hão de encher esta diocese de bênçãos de vida eterna.<sup>139</sup>

Segundo Júlio Brustoloni, Arcoverde cuidou pessoalmente da vinda dos redentoristas para o Brasil, chegando a visitá-los na Europa<sup>140</sup>. Na capital federal foram tomadas as principais decisões em relação ao pedido de Coroação, feito ao Papa Pio XI, e a organização da cerimônia. Podemos, também, perceber a expansão da devoção à Aparecida, na cidade do

---

<sup>137</sup> VIERA, Dilermano Ramos. Op. cit., p. 106.

<sup>138</sup> CÂMARA, Fernando. Op. cit., p. 33-34.

<sup>139</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. Op. cit., p. 276.

<sup>140</sup> Para mais informações ler: BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Imagem, o Santuário e as Romarias. Aparecida*. São Paulo: Editora Santuário, 1998, p. 277 – 278.

Rio de Janeiro, com a fundação da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição Aparecida do Meier, em 05 de Janeiro de 1896.<sup>141</sup>

Originalmente, os devotos cariocas tinham por objetivo criar uma irmandade para Nossa Senhora da Conceição, entretanto, por já existirem muitas, teriam dedicado à Aparecida. Inicialmente foi construída uma pequena capela onde eram celebradas missas para os membros da Irmandade. A partir do ano 1900, a irmandade começou a arrecadar fundos para a construção de uma Igreja. Encontramos registro dessa coleta de fundos no periódico *Jornal do Brasil*, a partir de 1901. As notícias comentam principalmente as festas em prol da construção, as celebrações de missas e, também, as doações oferecidas por fiéis em agradecimento à algum milagre ou graça alcançada.<sup>142</sup>

Por meio do periódico podemos acompanhar as fases de construções da capela, que foi a primeira dedicada a Virgem Aparecida, na cidade. O periódico não nos possibilita saber a data de conclusão das obras, pelos registros encontrados teria sido no ano de 1905, quando aparecem as últimas notícias sobre levantamento da cúpula e da torre da capela.<sup>143</sup>

Além de notícias sobre a capela do Méier, encontramos no *Jornal do Brasil* inúmeras reportagens sobre o Santuário de Aparecida, em São Paulo. Notícias de peregrinações, agenda do arcebispo, horário da missa nas principais igrejas e também uma seção exclusiva para assuntos religiosos chamada *Secção Religiosa*, que era escrita por um padre e de edição diária. Não conseguimos documentação para afirmar se a coluna era paga ou não. Percebemos um estreitamento de interesses entre esse periódico e o alto clero, que ocorreu dentro do processo de construção de uma nova identidade para a Igreja Católica no Brasil.

---

<sup>141</sup> Informações coletas em visita a paróquia Igreja Matriz Nossa Senhora Conceição Aparecida no Cachambi, R.J. As informações foram dadas por um membro da irmandade através do livro tombo da mesma. Não tivemos autorização para fotografá-lo.

<sup>142</sup> *Jornal do Brasil*, 03 de Janeiro de 1901, edição 00003, p.3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_02/1711](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/1711). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>143</sup> *Jornal do Brasil*, 07 de Maio de 1905, edição 00127, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_02/16506](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/16506). Acesso em 20 de Maio de 2018.

**Tabela 01**

Quantidade de matéria publicadas sobre Aparecida na Secção Religiosa por ano entre 1900 e 1904.

<b>Ano</b>	<b>Quantidades de matérias sobre N. S. A.</b>	<b>Edições</b>
1900	2	00225 / 00358 / 00365
1901	8	00003/ 00005/ 00007/ 00008/ 00009/ 00030/ 00033/ 00144
1902	4	00004/ 00089/ 00131/ 00307
1903	2	00156/ 00333
1904	20	00007/ 00130/00180/ 00215/ 00227/ 00238/ 00240/ 00243/ 00247/ 00250/ 00252/ 00253/ 00254/ 00255/ 00256/ 00257/ 00258/ 00259/ 00268/ 00287

Fundado em 1891, o *Jornal do Brasil* teve constantes mudanças de orientação política devido aos interesses políticos e ideológicos de seus proprietários, mas inicialmente era editado por simpatizantes da Monarquia, como José Veríssimo e Henrique Villeneuve, e teve a Rua Gonçalves Dias, nº 56 como local de sua primeira redação. Sua primeira edição foi lançada no dia 09 de Abril em homenagem aos 60 anos da aclamação de Dom Pedro II como Imperador.

Desde o início, o jornal trouxe inovações ao cenário carioca, com um maior número de páginas e maiores dimensões, bem como com um grande número de correspondentes no exterior, sendo montado como uma empresa, diferentemente dos periódicos que já existiam na cidade<sup>144</sup>. Segundo Nelson Werneck Sodré, “nos fins do século XIX estava se tornando evidente, assim, a mudança na imprensa brasileira: a imprensa artesã estava sendo substituída pela imprensa industrial.”<sup>145</sup>

Joaquim Nabuco foi um de seus redatores e seus artigos antirrepublicanos provocaram a invasão da oficina, mas não impediram seu funcionamento. Em 1892, devido a uma crise política no governo de Floriano Peixoto, vários jornalistas foram presos e o periódico passou a ser propriedade de uma sociedade anônima, mas continuou a ter inúmeros sócios monarquistas.<sup>146</sup>

<sup>144</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977, p. 256-257.

<sup>145</sup> Ibidem, p. 261.

<sup>146</sup> LUCA, Tania Regina de. *A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX*. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). “História da Imprensa no Brasil”. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2012, p. 109.

Em 1893, a linha editorial sofreu mais uma mudança na sua linha editorial, tendo como editor chefe Rui Barbosa, um republicano que atacava o governo do Marechal Floriano Peixoto. Como consequência o jornal foi ocupado militarmente e ficou sem circulação durante um ano.<sup>147</sup>

O periódico foi comprado, em 1894, pela empresa Mendes & Cia., antiga proprietária do “Diário do Comercio”, e passou a ter Fernando Mendes de Almeida como redator chefe. A sua primeira edição foi lançada em 15 de Novembro, no 5º aniversário da Proclamação da República. Uma nova orientação foi dada ao periódico simbolizada pela data de seu retorno.<sup>148</sup>

A nova fase é chamada por alguns de popularíssimo, pois abordava assuntos de interesse popular e as questões cotidianas da sociedade carioca<sup>149</sup>. Segundo a historiadora Tania Regina de Luca, a nova decisão editorial era tornar o periódico defensor dos pobres e oprimidos, comentando sobre aumento dos preços dos transportes e alimentos, queixas das comunidades, abusos policiais e o resultado do jogo do bicho.<sup>150</sup>

É importante salientar para quem esse periódico escrevia e também qual a importância dos jornais nesse período. Sobre a quantidade de leitores no país, estimava-se que, em 1890, apenas 15% da população era alfabetizada, entretanto, dentre aqueles que eram considerados alfabetizados, tínhamos os que apenas sabiam assinar seu nome, o que não tornava apto o indivíduo para a leitura. Em relação a capital federal, o recenseamento de 1906 apontou que a cada 100 habitantes quarenta e oito eram analfabetos, podendo considerar que o analfabetismo atingia em torno de 50% da população carioca. Isso nos ajuda a compreender as limitações das tiragens de livros e de periódicos.<sup>151</sup>

Por mais que os jornais adentrassem no mundo dos negócios, como mostra Luca, não deixam de constituir um “espaço privilegiado de luta simbólica” através dos quais diversos grupos e movimentos apresentavam suas visões de mundo e interesses. Por meio dos periódicos, cada segmento, seguindo sua linha ideológica, buscava não apenas constituir um meio de diálogo com o leitor, mas de formação do leitor também. O contrário também acontecia, os diários eram constituídos por aquilo que o leitor queria ler e saber, opinião que era expressa pelas cartas enviadas os jornais. Essa relação entre periódico e leitor era/é uma

---

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 265.

<sup>149</sup> Isso não significa que o diário identificava-se com as reivindicações dos movimentos populares, apenas colocava essas questões dentro da ordem já estabelecida.

<sup>150</sup> LUCA, Tania Regina de. Op. cit., p. 109-110.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 107.

via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que a imprensa forma seu público ela é pensada e formada por aquilo que ele quer.

Nesta terceira fase do JB, iniciada em 1894, percebemos um momento em que o periódico se tornou menos político e mais interessado em representar, de uma maneira legítima e natural, o povo brasileiro. De acordo com Antônio Herculano Lopes,

ao se colocar como a ‘voz do povo’, o jornal de certa forma replicava a posição do imperador, que resumia e encarnava em sua pessoa o povo brasileiro, com quem era capaz de manter canal direto de comunicação, acima de classes e partidos – numa espécie de populismo monarquista.<sup>152</sup>

Dessa forma, o periódico se tornou um espaço privilegiado de divulgação de imagens e valores junto à classe média urbana, assim como elementos da cultura popular do Rio de Janeiro. Princípios que posteriormente foram absorvidos pelas visões hegemônicas de cultura e de identidade nacional<sup>153</sup>. É interessante destacar que da mesma forma que o *Jornal do Brasil* expressava, por meio de suas notícias, a vontade de representar a voz do povo, a Igreja Católica expressava o mesmo. Através da devoção mariana, muito popular naquele período, a instituição defendia a sua importância histórica na construção da sociedade brasileira.

Segundo Marialva Barbosa, no início do século XX, o JB apresenta-se como um “caleidoscópio de imagens”<sup>154</sup>, sendo um jornal moderno e que utiliza uma tecnologia inovadora para difundir com rapidez as informações. Por meio de imagens buscou expressar seus comentários sobre as cenas do cotidiano brasileiro intercalando com notícias com as reclamações do povo. “O Jornal do Brasil modela sua popularidade na esteira do construção de uma auto imagem fundamental: defensor daqueles que não tem quem propugne por eles.”<sup>155</sup>

Por isso, no começo dos anos 1900, o periódico passou a ser acompanhado de uma revista chamada “Revista da Semmana” que apresentava pouco texto e muitas imagens de fatos cotidianos. A melhor forma de se comunicar com uma população analfabeta e de alcançar leitores não tradicionais.<sup>156</sup>

---

<sup>152</sup> LOPES, Antonio Herculano. *Do monarquismo ao “populismo”: o Jornal do Brasil na virada para o século XX*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online], Debates, posto online no dia 02 Maio 2006, consultado o 10 Outubro 2017. URL : <http://nuevomundo.revues.org/2239> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.2239, p. 2.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>154</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa - Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 32.

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 35-36.

A busca por uma interação maior com a população e ser a voz dos populares é um dos interesses em comum que observamos entre o JB e a Igreja Católica. Por mais que Marialva Barbosa não faça referência a “Secção Religiosa”, compreendemos que a coluna ganhou destaque nesse período pelas práticas religiosas fazerem parte do cotidiano das pessoas, principalmente os festejos de santos e das irmandades.

Uma estratégia que surgiu para agregar a população de baixa renda ao público leitor do periódico e que foi de encontro com os objetivos da Igreja Católica. Pelos registros encontrados nos periódicos, podemos perceber um alinhamento no discurso do JB Com o discurso eclesiástico, especialmente representado pelo Cardeal Arcoverde. “A secção religiosa tratará da propaganda elevada da Fé Catholica com o critério e a correção de princípios do seu distinto diretor, extreme de qualquer preocupação politica.”<sup>157</sup>

Através desse fragmento podemos perceber como a Igreja Católica se insere na sociedade diante da modernidade. Por meio dessa seção jornalística, apresentaria a “essência do catolicismo” relatando histórias de santos e os acontecimentos mais importantes do catolicismo. Bem como sinalizaria aos seus seguidores males os presentes na sociedade e como deveria reagir.

A relação do clero com o JB propiciou um espaço de exposição e propagação do catolicismo diante do cenário republicano que buscava afastar os elementos religiosos da política. Do mesmo modo que estabelecida uma frente de debate com as correntes de pensamento que consideravam o catolicismo ultrapassando, marcando presença da religião nos meios de comunicação da modernidade.

Da mesma forma que o periódico intencionava a ser a “voz do povo”, a Igreja Católica buscou estabelecer uma relação de proximidade com a população mediante a coluna religiosa. Almejava representar simbolicamente o povo, compreendendo a sociedade como o seu principal pilar de sustentação diante do governo. Posicionando diante da República para um dos elementos que fazem parte do cotidiano brasileiro, enraizado desde a colonização e cultivado por simbolicamente por meio do JB.

Percebemos no JB a falta de vozes de oposição, como também não encontramos em outros periódicos críticas sobre esse movimento da Igreja Católica. Compreendemos a ausência oposição como um recurso para demonstrar consenso e unidade para a população, escondendo as disputas internas. O catolicismo se pretendia total, sem divergências.

---

<sup>157</sup> *Jornal do Brasil*, 29 de Dezembro de 1900. Edição 00363, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_02/9203](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/9203). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

Neste momento de ruptura, a Virgem Aparecida foi utilizada como símbolo da unificação do clero e dos fiéis em torno da Igreja Católica. Contudo, nos ficou um questionamento, por que essa Nossa Senhora? Existiam outras devoções mais conhecidas e já estabelecidas como Nossa Senhora da Penha, por exemplo. A escolha por Aparecida estava ligada ao momento político e social enfrentado pela Igreja Católica e as necessidades que a sociedade demonstrava naquele período.

Segundo Luana Mayer de Souza, a festa da Penha era organizada pelas irmandades locais e foi popularizando ao longo do século XIX, apresentando a presença de negros. A partir da metade desse século, a festa começou a incorporar características diferentes como rodas de samba, capoeiristas e com barracas de negras baianas. Essa comemoração era composta por grupos de todas as classes sociais.<sup>158</sup>

Alguns intelectuais, como Olavo Bilac criticavam em seus escritos jornalísticos os festejos da Penha, considerando “caminhar para o Martírio”, pois, segundo Bilac os frequentadores apresentavam um comportamento inadequado e não civilizado. L. M. Souza compreende a imprensa nesse períodos como influenciadora, capaz de introduzindo novos costumes e valores, com também reprimindo outros. Entretanto afirma que existia uma via de mão dupla entre cada jornal e seu público: o periódico é formado pelo seu público assim como o público é formado pelas ideias apresentadas nos periódicos.<sup>159</sup>

Por meio desse exemplo da festa da Penha podemos observar as ambiguidades das estratégias de controle e de tolerância exercidas pelos representantes do catolicismo reformado. O ordenamento do catolicismo e o alinhamento com a Santa Sé é compreendido dentro da ideia de progresso do período, pois visava disciplinar e unificar a fé católica. Em contraposição com o que propunha o liberalismo, vendo o catolicismo como um atraso. Segundo Martha Abreu, a preocupação com a romanização partiu das autoridades religiosas do Rio de Janeiro.<sup>160</sup>

A Igreja passa a ver as irmandades como um atraso e com falta de moral católica, principalmente preocupada com a autoridade dos leigos sobre o culto. O Jornal *O Apostolo* teve um papel importante de reforçar o catolicismo reformado na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo que temos a repressão de algumas manifestações populares de religiosidade temos a valorização de atitudes autênticas da fé popular vistas como base da nacionalidade

---

<sup>158</sup> SOUZA, Luana Mayer de. *A tradição na modernidade: a Festa da Penha pelas letras de Olavo Bilac*. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio, 2010, p. 4.

<sup>159</sup> Idem.

<sup>160</sup> ABREU, Martha. *Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 185.

brasileira. Defendendo que as procissões eram benéficas para o povo e para o governo pois reforçavam a força do culto católico de mostravam a harmonia social do país.

Martha Abreu destaca como havia um interesse por parte do Estado no ordenamento das manifestações religiosas populares e na valorização de determinadas expressões de fé pois representavam a unidade do país em torno de alguns símbolos religiosos<sup>161</sup>. É interessante destacar a contradição existente neste discurso realizado pelas autoridades religiosas católicas. Ao mesmo tempo que defendiam a normatização do catolicismo afirmavam, por outro lado, a existência de uma nacionalidade católica que englobava a todos, inclusive os ex-escravos, que vinham da religiosidade popular; a fim de reafirmar sua posição de importância dentro da sociedade e da política.

Nossa Senhora Aparecida surge como símbolo desse diálogo entre: alto clero, governo e sociedade. Para Igreja Católica, N.S.A. era uma devoção que poderia ser ordenada, por ter ainda uma dimensão regional, diferente da Penha, e especialmente por ser uma devoção que surgiu no país e que estava no eixo político e econômico mais importante, São Paulo e Rio de Janeiro.

A localização de Aparecida, segundo Rubens César Fernandes, foi “bem ajustada ao papel a que foi chamada desempenhar”<sup>162</sup>. O autor destaca que o regionalismo era um fator relevante para as instituições religiosas e essa devoção estava no eixo de cruzamento entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Não podemos esquecer que as diferenças regionais existiam dentro do catolicismo, e que apesar dos diversos títulos, Virgem Aparecida era a devoção apenas do Centro Sul do país. Esses três estados, além de serem o círculo básico de influência da santa, eram uma área importante para a política nacional.<sup>163</sup>

Por isso, a escolha por N.S.A. como representante da identidade católica eram uma escolha política e religiosa, que interessava a elite política. Para o Estado, a imagem pacificadora da Virgem Aparecida possibilitava resolver as questões que giravam em torno da identidade nacional, consolidando uma identidade que era favorável para a elites republicanas. E para a população, N.S.A. era um símbolo híbrido que representava um sociedade composta por negros que carregam religiosidade afro-brasileira e branco.

Por isso, quando o jornal escrevia sobre o cotidiano religioso pretendia informar e formar as seus leitores por meio da construção de um imaginário social e o reconhecimento de

---

<sup>161</sup> Idem.

<sup>162</sup> FERNANDES, Rubens César. *Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá!* In: SACHS, Viola. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. tradução dos textos em inglês e francês: Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 88.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 87.

símbolos específicos. Ao dar mais destaques aos relatos sobre o dia-a-dia da Capela do Méier, comentava e incentivava a devoção de Nossa Senhora Aparecida, principalmente por promover festas e missas. Não temos como medir a repercussão dessas notícias, mas temos o registro do aumento do número de pessoas e de peregrinações<sup>164</sup> realizados ao longo dos anos. Muito provavelmente, o JB pode ser considerado um importante colaborador na popularização da devoção.

A Arquidiocese do Rio de Janeiro, ao ser elevada a categoria de sede metropolitana e tornar-se a morada do núncio apostólico, passou a centralizar as decisões eclesiais no mesmo território das decisões políticas. Por meio da atuação do Cardeal Arcoverde, alinhou o discurso católico com o discurso jornalístico, especialmente do periódico *Jornal do Brasil*, que, por sua vez, dava destaque as notícias sobre o catolicismo e a devoção à Aparecida.<sup>165</sup>

Esse momento foi importante na estruturação do imaginário em torno de uma nova tradição. O imaginário, em certa medida, que já existia, passou a receber um direcionamento e, por conseqüentemente expansão, por parte da Igreja. Processo que imprimiu profundas marcas na sociedade brasileira, conforme afirma Edgar da Silva Gomes.<sup>166</sup>

## 2.2. As peregrinações

Os romeiros, conforme um jornal do lugar, chegam a 150.000 por ano. – A maior parte dos romeiros vêm de trem, mas no tempo seco, de abril a novembro, vêm muitas caravanas com 15 até 30 cavalos, burros e cargueiros. As mulheres com criança ao colo cavalgam a frente, seguem-nas os cargueiros sem tropeiro, carregando alimentos e apetrechos domésticos, e de cozinha, cobertos de couro de boi, e tudo em jacás nas costas do animal; enfim, vêm os homens montados e tendo, muitas vezes, na frente e atrás da sela, um filho.<sup>167</sup>

Pe. Lourenço Gahr, carta de 1º de Junho de 1895.

Desde os primeiros relatos de milagres encontramos comentários sobre romarias realizadas para visitar a Virgem de Aparecida na Basílica em Guaratinguetá. Movimento que aumentou ao longo do século XIX, a partir do crescimento de narrativas sobre os milagres concedidos pela Nossa Senhora. Entretanto, antes de adentrarmos nos comentários a respeito das peregrinações e romarias, precisamos realizar uma reflexão sobre o que significam ambas as palavras. Atualmente são tratadas como sinônimos, mas historicamente possuem uma

---

<sup>164</sup> O Santuário Nacional de Aparecida possui o registro de todas as peregrinações oficiais realizadas desde 1900, para mais informações entrar em contato com o Centro de Documentação e Memória do Santuário Nacional.

<sup>165</sup> GOMES, Edgar da Silva. Op. cit., p. 96.

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. Op. cit., p. 87.

diferença significativa, que influencia na compreensão na movimentação dos devotos brasileiros.

Romaria, segundo o sociólogo Pierre Sanchis, é um caminhar, muitas vezes penoso, que conduz o romeiro até a presença do “santo”, estabelecido em um santuário próximo ou longínquo. Transformando o sagrado em gente, com quem se conversa e troca bens e promessas, e, por fim, é celebrado por meio de festas até, o devoto, voltar para o seu cotidiano, modificado pela experiência e esperando a próxima romaria.<sup>168</sup>

Historicamente, essa forma de relação com o sagrado foi pouco regulada pela Igreja Católica, instituição investida de apresentar, representar e distribuir o sagrado. A primeira forma de cristianização de devoções e festas autônomas e populares deu-se através das Cruzadas<sup>169</sup>, que buscou alterar esses costumes ou que foram misturados com celebrações já existentes dependendo do regime político. Por meio dessa estratégia a Igreja tentou-se ampliar o espaço da Liturgia Oficial e dos Sacramentos no interior das romarias.<sup>170</sup>

Entretanto, as romarias mantiveram-se com muita autonomia. Apenas no século XIX, em consequência do processo de romanização do clero e das práticas religiosas, criou-se uma nova manifestação de ida ao sagrado, criada especificadamente para fins religiosos e regulada pelas autoridades eclesiásticas, as peregrinações. Para Sanchis, ao longo da história podemos perceber “uma luta correspondente, entre a manifestação festiva da romaria e a tentativa de romanização eclesiástica.”<sup>171</sup>

Nas romarias temos o encontro e o atrito entre a religiosidade popular e a religião do clero, podendo-se destacar três pontos de oposição institucional entre essas práticas: 1) a rivalidade entre o lugar natural (montanha, rio,...) e o edifício construído, o santuário; 2) a experiência subjetiva do devoto frente à conversão apresentada pelos sacramentos; 3) a autonomia leiga em disputa com a autoridade eclesiástica. Ao final, temos ainda um mediador, em torno de quem é construído todo o imaginário da romaria, o santo.<sup>172</sup>

Mesmo as peregrinações oficiais ganhando mais espaço, ao longo do século XX, a essência do que era/é a romaria para o romeiro permaneceu sendo reestabelecida e reinventada dentro da nova tradição da Igreja Católica.

---

<sup>168</sup> SANCHIS, PIERRE. *Peregrinação e Romaria: um lugar para o turismo religioso*. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, RS, ano 8, n. 8, outubro de 2006, p. 86.

<sup>169</sup> Movimento militar cristã que existiu entre os séculos XI e XIII e teve como objetivo inicial ocupar a Terra Santa e recuperá-la ao domínio cristã. Concomitantemente, surgiram peregrinação para a Terra Santa pelos caminhos abertos pelos militares.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 88.

Santuário, relíquia, sacramento, clero e suas mensagens institucionais, santo e suas imagens... todas essas realidades, que, afinal, compõem uma 'religião, se constituem em mediações entre o peregrino e o sagrado: o gesto do peregrino hesita entre 'romaria' e peregrinação'.<sup>173</sup>

Pierre Sanchis chama a atenção para a relação entre peregrinação e política e o seu entrelaçar com a interpretação da memória coletiva sobre algum fato. O autor coloca como exemplo a peregrinação de São João Paulo II ao santuário nacional de *Czestochowa*, Polônia, sob o regime comunista, em 04 de Junho de 1979. Destacando o peso político da multidão que o acompanhou. Para o autor a última função política que é frequentemente preenchida pelos caminhos e santuários de peregrinação é estabelecerem-se como ícones da identidade regional e/ou nacional de um povo.<sup>174</sup>

O debate sobre romaria e peregrinação esteve presente ao longo da história do catolicismo no Brasil. No caso de Nossa Senhora Aparecida, desde 1740 existem registro de romarias para a capela. Ao longo do século XIX houve um aumento das romarias, sendo poucas acompanhadas por padres e bispos, devido à uma regra imposta pelo regime do padroado que impedia a passagem de clérigos de um estado para o outro sem autorização imperial. Após a proclamação da República e com o fim do padroado, tem-se um aumento considerável das peregrinações acompanhadas pelo clero e também divulgadas em jornais e revistas da época.<sup>175</sup>

Ao analisarmos os livros e jornais pesquisados percebemos como a devoção popular expressada através das romarias foi utilizada pela Igreja Católica como uma forma de legitimação da nova tradição, em torno da devoção à N.S.A. Ao mesmo tempo em que reprimiam os exageros e convocavam as congregações religiosas para organizarem essa devoção, exaltavam alguns gestos dos devotos para mostrar o enraizamento da fé católica na sociedade, justificando o empenho eclesiástico no processo de popularização da prática.

O padre Júlio Brustoloni, redentorista e historiador que escreveu o livro sobre a história de Aparecida, nos apresenta, dessa forma, os relatos dos padres missionários que chegaram ao final do século XIX, em Guaratinguetá (SP). Diz em sua obra:

Padre Valentim reconhece muitas falhas na devoção do povo, mas como missionário popular e psicólogo não condena, chegando a dizer que 'A Rainha do céu, e Senhora, vê os corações que amam e converte-se em Mãe de Misericórdia para os pobres e abandonados espiritualmente, concedendo-lhes favores nas necessidades e chamando-os, de modo admirável, a virem à sua igreja para se confessarem, ingressando no caminho da salvação'.<sup>176</sup>

---

<sup>173</sup> Ibidem, p. 89-90.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 93-94.

<sup>175</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. Op. cit., p. 38-41.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 100-101.

Na fala do Padre Valentim, missionário que chegou em 1897 na região de Aparecida, existe a valorização do entendimento popular da fé, mas que precisaria passar pelo caminho confessional, que vai além das emoções e dos sacramentos para alcançar a salvação. É interessante como nesse discurso podemos perceber um entrelaçar com o que foi apresentado por Pierre Sanchis.

A valorização das romarias foi uma estratégia da Igreja Católica de reconhecimento de algumas práticas religiosas populares ao mesmo tempo em que reprimia outras. A essência da romaria, a experiência subjetiva do devoto, permanece, mesmo com a nova roupagem e tentativa de estruturação da própria, por parte da Igreja. Além disso, percebemos a importância que das manifestações populares para justificarem um empreendimento maior e dar início ao pedido de coração de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. O que colocaria a região de Aparecida como centro de peregrinação nacional e símbolo de um “país católico”.

No ano de 1900 tiveram início as peregrinações oficiais, acompanhadas pelos bispos das dioceses, à Aparecida. Eram realizadas duas por ano, uma no mês de maio, tradicionalmente dedicada à Maria e outra em dezembro, devido à comemoração do Dogma da Imaculada Conceição<sup>177</sup>, 08 de Dezembro, que também era a data de comemoração da festa de Nossa Senhora Aparecida.

É importante destacarmos que por ano era realizada a peregrinação oficial da arquidiocese com o bispo mas que também ocorriam peregrinações organizadas pelos padres e suas paróquias bem como pelas irmandades também. Por mais que houvesse uma tentativa de estruturação e de ordenação desse costume, os católicos continuaram a praticá-lo segundo o grupo do qual faziam parte, mesmo que reconhecessem a importância e o prestígio de participar da romaria do bispo.

A peregrinação consistia em um momento de provação da fé, na qual o devoto se propõem a ir até ao santuário, do santo de devoção, para agradecer por um milagre ou para pedir por um. As dificuldades do caminho eram oferecidas como provação para alcançar a graça desejada. Neste período, as peregrinações oficiais saíam da trem do Rio de Janeiro, lideradas pelo arcebispo da arquidiocese, em direção a Aparecida.

Na chegada, os devotos eram recebidos pelo bispo da diocese de São Paulo que os encaminhava para o santuário para verem a imagem de N. S. A. Após esse momento, era

---

<sup>177</sup> Instituído em 08 de Dezembro de 1854 pelo Papa Pio IX através da Bula *Ineffabilis Deus*, o papa declara como dogma de fé a doutrina que ensinava que Maria foi concebida sem pecado por um privilégio de Deus.

celebrada a Santa Missa ou rezavam o santo terço. Fazia parte da experiência visitar a “Sala dos Milagres”, anexa a capela, e o porto onde apareceu a imagem.<sup>178</sup>

O principal objetivo da experiência era proporcionar uma experiência de fé, estabelecendo laços de afetividade entre os fiéis católicos e Nossa Senhora Aparecida, que por meio da visita, poderiam conhecer a sua história e seus milagres. Além disso, mostrar a força do catolicismo dentro da sociedade brasileira, uma instituição que era capaz de movimentar muitos em torno de um único símbolo.

A primeira peregrinação da Arquidiocese do Rio de Janeiro à Aparecida foi em 16 de dezembro de 1900. Foi registrada pelo periódico *Jornal do Brasil*, que dedicou duas páginas da sua revista semana (“*Revista da Semana*”) às fotografias da visita do Cardeal Arcoverde e de seus peregrinos ao santuário.<sup>179</sup> Não encontramos no periódico uma diferenciação das palavras romaria e peregrinação, sendo utilizado

Encontramos, também, registros da peregrinação no jornal católico, pertencente à arquidiocese, *O Apostolo*. Fundado em 1866, o periódico foi publicado até 1901. No começo, era imprenso semanalmente, sendo publicado no primeiro domingo. O *Apostolo* passou a ser diário entre os anos de 1874 e 1875, e a partir da década de 1880, começou a circular apenas 3 vezes na semana, as quartas feiras, sexta feira e aos domingos<sup>180</sup>. O principal financiador do jornal eram os seus próprios assinantes, que pagavam 15.000 réis pela assinatura anual.

Até o final do século XIX, o periódico teve sua sede na Rua dos Ourives, onde, segundo Flávio Nevez, os debates sobre os rumos da vida nacional era realizado por padres, prováveis redatores do periódico<sup>181</sup>. Oscar Lustosa afirma que alguns personagens com grande projeção no meio eclesiástico participaram da redação do jornal, como o padre João Esberard e o jornalista Antônio Manuel dos Reis.<sup>182</sup>

A postura ideológica do periódico *O Aposto* era pautada no discurso ultramontanismo, defendendo os seus projetos e valorizando uma nacionalidade brasileira marcada, principal,

---

<sup>178</sup> MELLO, Monsenhor José Marcondes Homem de. *Coroação de Nossa Senhora Aparecida a 8 de Setembro de 1904*. São Paulo: Duprat & Comp., 1905, p. 8-10.

<sup>179</sup> *Jornal do Brasil*, 24 de Dezembro de 1900. Edição 00358, p. 1, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_02/9183](http://memoria.bn.br/docreader/030015_02/9183). Acesso em: 19 de Setembro de 2017. Revista da Semana, 23 de Dezembro de 1900. Edição 00032, p. 8-9, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/025909\\_01/320](http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/320). Acesso em 19 de Setembro de 2017.

<sup>180</sup> LIMEIRA, Aline de Moraes. *Jornal O Apostolo (1866-1893): ações católicas na imprensa e na educação*. Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p. 14.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Antônio Manoel dos Reis (São Paulo, 1840 – 1889), formado em Direito, atuou em jornais e revistas paulistas, sendo além de jornalista, poeta, romancista e biógrafo. Atuou também no famoso *O Cabrião*, de Ângelo Agostini. No Rio de Janeiro defendeu os bispos na chamada Questão Religiosa, entre 1873 e 1874. NEVEZ, Flávio. *A voz e a pena a serviço da Igreja: A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, p. 9.

pela religião. Conforme analisa Lustosa, *O Apostolo* inaugurou a fase de consolidação da imprensa católica brasileira, que passou a ser mais ampla e informativa, tratando de assuntos polêmicos que envolviam a Igreja<sup>183</sup>. É difícil identificar os emissores do discurso veiculado pelo periódico, pois grande parte das notícias não era assinada, mas podemos constatar que era orientado por padres e tinha como público todos os cidadãos, especialmente, os fiéis católicos.

Em 1900, o imprenso realizou propaganda da primeira peregrinação da arquidiocese. Dentre as notícias pesquisadas, destacamos a de primeiro de dezembro de 1900, na qual se explica a motivação das romarias oficiais e realiza-se um convite a todos os cariocas. A fonte indica como principal incentivador o próprio Papa Leão XIII. O pontífice teria o intuito de realizar uma homenagem à Jesus Cristo que traria um proveito espiritual para todos os fiéis. O autor da nota escreve a respeito da sua expectativa sobre romaria, que em suas palavras traduziria “os sentimentos piedosos de todo o povo brasileiro, constitua um monumento que ateste a nossa fé e as crenças arraigadas, quer pelo grande número de romeiros, quer pelos actos de piedade por elles praticados.”<sup>184</sup>

Apesar de destacar o valor dos atos de piedade do povo, a nota reafirma a presença do arcebispo Joaquim Arcoverde como dirigente espiritual dessa peregrinação. Somado a isso, coloca a romaria como um protesto contra os princípios modernos que estariam afastando o catolicismo do centro da vida política e social brasileira. O jornalista também destaca a papado como núcleo do catolicismo, aproximando a Igreja Católica no Brasil da Santa Sé como previa o pensamento ultramontano.

Seja ella assignalada na vida religiosa do Brasil como um protesto eloquente contra os princípios modernos, e o testemunho do catholicismo do povo brasileiro perante os vindouros, herdeiros, propagadores, e sustentadores da Religião Catholica nesta Patria que vai encetar o seculo XX saturada de piedade e fervorosa no amor a Jesus Christo e a seu Vigario na terra<sup>185</sup>.

De uma manifestação da religiosidade popular, as romarias passariam uma das formas de expressão pública em defesa da fé, A Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII influenciou no ressurgimento desse tipo de manifestação ao comentar sobre os males da

---

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> Jornal *O Apostolo*, 01 de Dezembro de 1900. Edição 00071, p. 1, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16577>, acesso em: 19 de Setembro de 2017. [As edições 00072 e 00073 também comentam sobre a peregrinação e realizam convites aos fiéis católicos.](#)

<sup>185</sup> Jornal *O Apostolo*, 01 de Dezembro de 1900. Edição 00071, p. 1, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/16577>, acesso em: 19 de Setembro de 2017.

modernidade, mais especificamente sobre o comunismo e o socialismo. Além do embate com as outras correntes de pensamento como o liberalismos, o científicimos e o protestantismo.

Façam os governantes uso da autoridade protectora das leis e das instituições; lembrem-se os ricos e os patrões dos seus deveres; tratem os operários, cuja sorte está em jogo, dos seus interesses pelas vias legítimas; e, **visto que só a religião, como dissemos no princípio, é capaz de arrancar o mal pela raiz, lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos, sem os quais os meios mais eficazes sugeridos pela prudência humana serão pouco aptos para produzir salutareos resultados.** Quanto à Igreja, a sua acção jamais faltará por qualquer modo, e será tanto mais fecunda, quanto mais livremente se possa desenvolver.<sup>186</sup> [grifo meu]

Incentivados pelo clérigo, a romanização do clero foi também um movimento de restauração de costumes, que influenciados pela modernização receberam uma nova roupagem, como foi feito com as peregrinações. Muito mais que uma iniciativa dos padres brasileiros, houve um movimento partindo de Roma que incentivou esse processo de estruturação do catolicismo no Brasil com o objetivo de unificar o discurso dos Papas com o do episcopado. A encíclica concede a Igreja a missão de “arrancar o mal pela raiz” (princípios modernos), tarefa assumida por Arcoverde e pelo periódico O Apostolo ao defenderem a liberdade de atuação da Igreja e a importância da sua participação na vida da população.

O estímulo ao mito de Aparecida por meio das peregrinações fizeram parte de um projeto unificador, dos discursos, costumes e tradições do catolicismo brasileiro com a Santa Sé. Um movimento que não foi empreendido apenas com o Brasil mas que acreditamos ter ocorrido com os demais países também. Tanto N. S. A. como as peregrinações tiveram um papel de unificação entre os sacerdotes e a população, aproximando ambas as partes como defendia a encíclica.

Já a poliantéia à N.S.A., publicada em 1905, comenta sobre a peregrinação, considerando-a mais imponente que a de São Paulo e narrando a sua chegada no dia 16 de Dezembro. Conduzida por Arcoverde, os devotos teriam sido acompanhados de um grande número de sacerdotes e de “pessoas de alta posição”. Seriam em torno de 100 romeiros de todas as classes sociais. Ao descrever a peregrinação, Monsenhor José Marcondes Homem de Mello, o autor da obra, explica como a cidade de Aparecida era organizada, comentando

---

<sup>186</sup> LEÃO XIII, Papa. *Encíclica Rerum Novarum*. 15 de Maio de 1891. Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html), acesso em 12 de julho de 2018.

sobre a estrada de ferro, qual a sua distância para Guaratinguetá e onde o santuário havia sido construído.<sup>187</sup>

Na narrativa, encontramos a descrição do interior da capela e de uma parte anexo chamada “Sala dos Milagres”<sup>188</sup>. Um ambiente repleto de fotografias, objetos, cartas e velas oferecidas à Nossa Senhora Aparecida pelos romeiros no pedido de intenções ou em agradecimento por graças alcançadas (milagres). Essa sala era aberta para visitação dos devotos que podiam fazer seus pedidos à Virgem neste local. A “Sala dos Milagres” seria um dos locais que permitia uma experiência subjetiva do devoto, considerando a Virgem como mediadora de suas necessidades, e proporcionaria a construção de um imaginário em torno de Aparecida.<sup>189</sup>

No *Jornal do Brasil*, entre os anos de 1901 e 1903, encontramos poucas notícias promovendo as peregrinações anuais e muitas sobre doação e agradecimentos por graças alcançadas. Entretanto, em 1904, ano da coroação<sup>190</sup>, encontramos notícias sobre Aparecida em todos os meses do ano, especialmente convidando a todos para a peregrinação da Coroação, que seria realizada em Setembro.<sup>191</sup>

Nas notícias também é possível ver a atuação das irmandades na organização da peregrinação da arquidiocese, principalmente convidando as pessoas para participarem do evento. No dia 28 de Junho de 1904, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral do Rio de Janeiro convocou os católicos a se alistarem na peregrinação, considerando o evento como um importante ato público de fé.

São convidados os irmãos a se alistarem nessa peregrinação unindo-se aos representantes das outras associações, para assistirem ao grandioso e imponentíssimo acto da coroação da Milagrosa Imagem da Santíssima Virgem Aparecida. Não há ocasião mais oportuna para uma solemne manifestação pública de fé e nos mostrarmos verdadeiros devotos de Nossa Senhora, como devotos somos de Seu Adgustíssimo Filho Jesus, nosso Redemptor e Misericordiosíssimo Salvador.<sup>192</sup>

---

<sup>187</sup> MELLO, Monsenhor José Marcondes Homem de. Op. cit., p. 9.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>189</sup> Para saber mais sobre esse tema ler: “O enegrecimento da padroeira padroeira do Brasil” de Lourival Santos; “História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida – A imagem, o Santuário e as Romarias” de Júlio J. Brustoloni.

<sup>190</sup> Adiante comentaremos sobre o evento da coroação, dando neste subcapítulo destaque apenas a peregrinação e a repercussão.

<sup>191</sup> *Jornal do Brasil*, 28 de Junho de 1904. Edição 00180, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_02/14146](http://memoria.bn.br/docreader/030015_02/14146). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>192</sup> *Jornal do Brasil*, 28 de Junho de 1904. Edição 00180, p. 3, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_02/14146](http://memoria.bn.br/docreader/030015_02/14146). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

Ao longo do mês de Agosto de 1904, cinco notícias foram escritas convidando o leitor para a peregrinação. A última, realizada no dia 27, foi escrita pelo próprio Arcebispo do Rio de Janeiro, convocando todos os fiéis para participarem da cerimônia da coroação. Relembrando a primeira peregrinação, realizada em 1900, convoca todos os fiéis da capital do Brasil para participarem desse momento de manifestação pública da fé católica.

Irmãos e filhos dilectísimos,

Estando definitivamente marcado o dia 11 do mez de Setembro próximo, para a realização de grande romaria do Rio de Janeiro ao Santuario de Nossa Senhora Aparecida, com que nossa querida archidiocese pretende não só solemnizar as festas jubilares pelo 50<sup>a</sup> aniversário da definição do dogma da Conceição Immaculada de Maria, como ainda a insigne e extraordinaria graça da coroação de sua Imagem (...). Mas attendei bem, estais lembrados da romaria que fizemos á Aparecida em 1900? Queremos que esta em nada seja inferior áquella. Praz-nos reproduzir aqui os seguintes períodos do convite que então vos dirigimos:

**‘Uma peregrinação, isto é uma demonstração coletiva de religião e de fé, feita pela muito nobre e muito catholica cidade do Rio de Janeiro e archidiocese de S. Sebastião, não é uma exhibição qualquer de cidade provinciana, mas é a capital do Brasil representando-se ostensivamente como exemplo e modelo a todas as suas co-irmãs no esplendor da manifestação de sua fé e religiosidade tradicionais, na grandiosidade numérica de seus peregrinos, na correção, ordem e disciplina com que se ha de fazer admirar de todos. Queremos uma peregrinação, que fique imprensa na memória de todos, com caracteres indeléveis e que deixe fructos imperecíveis.’**<sup>193</sup> [grifo meu]

Por meio do convite, realizado pelo arcebispo do Rio de Janeiro, podemos perceber a construção do discurso da Igreja Católica sobre o valor das peregrinações e das suas intenções com essa cerimônia. A peregrinação, depois do marco de 1900, passa ser uma demonstração coletiva do catolicismo e da fé em uma Igreja una, católica, apostólica e romana, sem deixar espaço para a religiosidade popular e assumindo a romanização como a tradição da Igreja Católica no Brasil. Encontramos no discurso a defesa do espaço público como um espaço de domínio da fé católica, que, por sua vez, deveria ser constantemente ocupado por meio das peregrinações e das demais manifestações do catolicismo seguindo o que foi proposto pela romanização.

Além disso, podemos perceber a ênfase dada à importância da participação da cidade do Rio de Janeiro, visto que era a capital do Brasil. A cidade deveria ser o exemplo de coerência e vivência da fé para as demais dioceses do Brasil. Ao finalizar, demonstra a importância da memória nesse processo de construção de uma nova tradição.

As peregrinações foram um dos instrumentos utilizados para edificar uma nova memória sobre a participação da Igreja Católica na vida pública, utilizando Nossa Senhora

---

<sup>193</sup> *Jornal do Brasil*, 27 de Agosto de 1904. Edição 00240, p. 4, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_02/14581](http://memoria.bn.br/docreader/030015_02/14581). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

Aparecida como um símbolo da “modernização” que o catolicismo teria passado, mas que evocando a tradição e o passado revestia-se de elementos modernos presentes na sociedade.

Recorrendo ao discurso jornalista e estimulando a realização de peregrinações, Arcoverde conseguiu mobilizar tanto o clero como os fiéis em torno de Nossa Senhora Aparecida. Essas duas práticas foram utilizadas como justificativas para de coroar esse símbolo da devoção brasileira, estabelecendo ligações com outros eventos marianos que estavam para acontecer nos próximos anos e que seriam festejados pela Igreja em todo o mundo.

Além disso, para apoiar esse discurso intelectualmente, temos a pesquisa do Padre Julio Maria. Ao buscar no passado as raízes do que seria o brasileiro, o clérigo elaborou uma narrativa que entrelaçava a história do catolicismo com a história do país. Nada mais brasileiro que ser católico e nada mais católico que ser devoto de Maria. Ao recorrer a intercessão de Nossa Senhora, Julio Maria deu destaque a um elemento presente no imaginário social e que fazia parte da devoção popular. Por ser brasileira e em um contexto de busca pelas características nacionais, o simbolismo em torno de Aparecida começou a ser lapidado, sendo consagrado na coroação.

### **2.3. As Cartas Pastorais**

Além dos periódicos outro meio de comunicação foi utilizado para dar instruções ao clero sobre as peregrinações e as atividades religiosas da arquidiocese do Rio de Janeiro, as cartas pastorais<sup>194</sup>. Documentos oficiais da Igreja Católica escritos por um ou mais bispos com o intuito de esclarecer algum tema da doutrina, transmitir avisos e realizar convites ao clero e aos fiéis. Algumas possuíam a instrução de serem lidas durante a pregação na Santa Missa. Essas cartas foram publicadas em partes nas páginas da “Secção Religiosa”, do *Jornal do Brasil*.<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> O objetivo é apresentar a importância desses escritos para a constituição das peregrinações e da ordenação da devoção a Aparecida.

<sup>195</sup> *Jornal do Brasil*, 1901, edições 00069 – 00070, disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 19 de Setembro de 2017. Nem todas as cartas pastorais citadas pelo impresso foram encontradas na íntegra no Arquivo da Cúria da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

**Tabela 02**

Quantidade de cartas pastorais publicadas por ano e seus principais temas.

<b>Ano</b>	<b>Quantidade de cartas por ano</b>	<b>Numeração</b>	<b>Principais temas</b>	<b>Destinatários</b>
1900	2	058	Comunicado sobre o Ano Santo	Ambas as cartas foram destinadas ao clero e os fiéis
		059	Convite do Arcebispo do Rio de Janeiro ao clero e aos fiéis para a consagração do Santíssimo Jesus	
1901	4	060	Comentários sobre a conferência eclesiástica promovida pela Arquidiocese do Rio de Janeiro	Ao clero e aos fiéis.
		061		
		062		
		063		
1902	1	065	Comunicado ao clero sobre o resultado das conferências dos bispos.	Destinada ao clero secular e regular
1903	2	064	Aniversário de 50 anos do Dogma da Imaculada Conceição	Ambas dedicadas ao clero e aos fiéis.
		066	Publicação oficial da encíclica <i>E supremi apostolatus gratia</i> do Papa Pio X	
1904	8	067	Comentários sobre a conferência dos bispos que sucedeu a coroação de N. S. A., convite para as dioceses e comentários sobre a festa.	Todas dedicadas ao clero e aos fiéis.
		068		
		069		
		070		
		072		
		073		
		074		
		075		

Conforme nos mostra a tabela 02, entre 1900 e 1904 foram publicadas 17 cartas, todas estão disponíveis no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro. Não conseguimos encontrar mais cartas em outros arquivos. Desse total, analisamos apenas as três cartas que faziam referência da Imaculada Conceição, a Conferência dos bispos e a Nossa Senhora Aparecida. Por mais que o número pareça pequeno, essas cartas foram totalmente dedicadas a esse tema. As demais cartas não foram dedicadas a um único tema, comentando sobre os assuntos discutidos em reuniões episcopais, e nem sempre sendo dedicadas a todos os fiéis.

Dentre as cartas publicadas, referentes aos anos 1900 e 1901, encontramos orientações práticas sobre o jubileu comemorativo da virada do século. Instruindo os padres sobre as orações próprias dessa festividade, sobre como organizar adorações e comemorações em suas paróquias. Além disso, encontramos o relato da repercussão das festividades em outros estados, citando as cartas pastorais escritas de cada diocese.

As cartas pastorais, dos anos 1903 e de 1904, fazem referência direta às comemorações do ano de 1904 e à organização para a peregrinação da Coroação de N. S. Aparecida. A carta de 1903, intitulada “Provincia Ecclesiastica de Sao Sebastiao do Rio de Janeiro ao clero e aos fieis de suas dioceses pelo 50 aniversario da definição do Dogma da Immaculada Conceicao de Maria Santissima”<sup>196</sup>, teve como principal objetivo anunciar a comemoração do dogma que aconteceriam no ano seguinte e entrelaçar a história de Nossa Senhora da Imaculada Conceição com a história do Brasil.

A devoção portuguesa da Imaculada Conceição foi a primeira a ser padroeira do Brasil durante o período colonial, a carta intencionava mostrar como desde o “início” do país Nossa Senhora estava presente intercedendo por estas terras. Um fato curioso é que o nome Aparecida não é utilizado na carta. Sendo que originalmente é uma imagem da Imaculada Conceição.

Em 1904 temos duas cartas pastorais, também escritas pelo Arcebispo Joaquim Arcoverde, a primeira apresentando os resultados da Conferência dos Bispos que antecedeu a coroação de Nossa Senhora Aparecida; e a segunda escrita após a coroação comentando sobre a peregrinação, agradecendo ao apoio dos fiéis e dando um significado a essa demonstração de fé.

A primeira carta, intitulada “Pastoral Colletiva dos bispos da Provincia Ecclesiastica do Brasil comunicando ao clero e aos fieis o resultado das conferencias dos mesmos no

---

<sup>196</sup> ARCOVERDE, Cardeal Joaquim. *Carta Pastoral Colletiva*. Rio de Janeiro, 1903. Arquivo da Cúria da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro; Inventário da Série; documento 064.

Sanctuario de Aparecida”, escrita entre os dias 1 e 6 de Setembro de 1904, possui 64 páginas que foram divididas entre uma parte para os fiéis católicos e outra para o clero<sup>197</sup>.

Na primeira parte, que seria para a comunidade católica, encontramos um breve comentário sobre a coroação de Nossa Senhora Aparecida, explicações sobre como é o santuário e a data estabelecida para devoção, 08 de Setembro. Na segunda parte, o episcopado dava orientações diretas aos padres, especialmente sobre o que falar durante o momento de pregação (homilia) da Santa Missa.

Nesta carta, proibem o clero de tratar sobre questões políticas no púlpito, justificando que isso poderia causar divisões entre os fiéis, bem como proibem o envolvimento do clero do à política local. Recomendam aos sacerdotes que ensinem a todos a oração de Aparecida e que ela seja lida na Santa Missa. Os padres deveria seguir a política da Igreja e não realizar política na Igreja.

A segunda carta foi escrita estritamente por Arcoverde e direcionada aos peregrinos da Arquidiocese do Rio de Janeiro, tendo como título “Allocação de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, Arcebispo do rio de janeiro aos romeiros da Archidiocese, 11 de setembro de 1904”. O documento possui apenas 12 páginas e foi dividido em seis partes: agradecimento aos romeiros pela peregrinação; dá louvores a Maria; narra a história de Aparecida; explica à luz do evangelho a história de Aparecida; envia em missão os peregrinos de volta para casa; oração e bênção. Os peregrinos da arquidiocese receberam essa carta ainda quando estavam no santuário de Aparecida, segundo o que foi registrado na carta. Entretanto no arquivo encontramos duas edições, uma de 1904 e outra de 1905, os que nos faz pensar que ela deve ter sido reeditada para que as pessoas que não estiveram presentes fossem informadas do que aconteceu em Aparecida do Norte nesses dias.<sup>198</sup>

Ao longo do discurso animado por Arcoverde, nos chama à atenção a importância que ele dá aos fiéis que se deslocaram para participarem da coroação, fazendo questão de agradecê-los, mostrar o impacto das suas ações que auxiliaram a divulgar os feitos da Igreja Católica pelo Brasil. Somado a isso, apresenta para nós o significado desse evento anunciar ao país a relevância que o catolicismo tem dentro de todas as camadas da sociedade brasileira.

---

<sup>197</sup> ARCOVERDE, Cardeal Joaquim. *Pastoral Coletiva*. 1 a 6 de Setembro de 1904. Arquivo da Cúria da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro; Inventário da Série; documento 067.

<sup>198</sup> ARCOVERDE, Cardeal Joaquim. *ALOCUÇÃO DE D. JOAQUIM ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE, ARCEBISPO DO RIO DE JANEIRO AOS ROMEIROS DA ARCHIDIOCESE*. 11 de Setembro de 1904. Arquivo da Cúria da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro; Inventário da Série; documento 076.

(...) publica sanção, com que o Augusto Chefe da Igreja, permitindo essa canonica cerimonia, quiz anunciar a todos o Brasil, que é celebre o Sanctuario de Aparecida, pela sua antiguidade, pela fama, de que goza e com que attrahe devotos, de todas as condições, das mais longinquas regiões deste paiz, e pelos insignes milagres e pelas graças extraordinarias, que a Virgem da Conceição Aparecida aqui distribuido aos piedosos fieis, que a procuram em seu Sanctuario.<sup>199</sup>

Além de contar os grandes feitos de Aparecida, ambas as cartas pastorais buscaram preparar os fiéis bem como construir um imaginário que os envolvessem na história da Virgem. Cada devoto possuía uma participação na construção dessa nova tradição ao participar ativamente das peregrinações, sem deixar de seguir as orientações dadas pelo clero, que visavam ordenar a devoção popular em torno da santa. Através das cartas podemos perceber o empenho do episcopado em romanizar as antigas romarias, revestindo-as de normas e colocando no centro a relação no fiel com a Igreja Católica e não apenas com o intercessor.

#### **2.4. Uma coroa, uma Maria e muitas Nossas Senhoras.**

Em Aparecida como em Lourdes

No velho mundo lá na gloriosa França de São Luiz, o rei cristã, apareceu ela e é venerada e em obscura e alcantilada gruta banhada pelas águas do Gave em que se espelham os alterosos Pirineus; aqui no novo mundo, na terra da Santa Cruz, glorificada por Anchieta e Frei Galvão, preferiu o vértice de doce e suave colina cujas plantas beijam amoroso e reverente o majestoso Paraiba onde se refletem os pincaros azues da Mantiqueira.<sup>200</sup>

Dr. Luiz Gonzaga de Oliveira Costa

A associação de Nossa Senhora Aparecida com N. S. de Lourdes não era apenas uma simples comparação de histórias realizada pelos devotos. Ambas as devoções tinham em comum sua origem na imagem da Imaculada Conceição. Além disso, foi no ano de 1904 em que tivemos uma comemoração especial em torno das três datas. O dia 08 de Setembro, data da coroação, tinha um simbolismo religioso ao mesmo tempo em que enviava uma mensagem ao Estado por ser um dia depois da comemoração da Independência do país.

No dia 08 de Setembro, os católicos comemoram o dia da Natividade de Maria, uma festa considerada solenidade dentro da tradição da Igreja. O ano de 1904, a Igreja Católica não comemorou apenas a coroação de Nossa Senhora Aparecida, mas também os 50 anos da instituição do Dogma da Imaculada Conceição e 46 anos das aparições de Nossa Senhora em

---

<sup>199</sup> ARCOVERDE, Cardeal Joaquim. *ALOCUÇÃO DE D. JOAQUIM ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE, ARBISPO DO RIO DE JANEIRO AOS ROMEIROS DA ARCHIDIOCESE*. 11 de Setembro de 1904. Arquivo da Cúria da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro; Inventário da Série; documento 076, p. 4-5.

<sup>200</sup> MELLO, Monsenhor José Marcondes Homem de. Op. cit., p. 55.

Lourdes, na França. Essas três comemorações foram utilizadas como justificativa para se realizar a coroação de N. S. Aparecida em 1904, visto que, como mostra o fragmento à cima, havia uma associação entre as duas aparições.

Segundo o relato da vidente Santa Bernadete Soubirous, Nossa Senhora teria aparecido para ela em uma gruta em Lourdes, em 11 de Fevereiro de 1858. A jovem estaria a recolher lenha perto da gruta de *Massabielle* quando ouviu um ruído e teria visto uma bela senhora com o rosário nas mãos. Elas teriam rezado juntas e logo após a visão teria desaparecido. Durante 15 dias as aparições teriam se repetido e a cada aparição a Virgem teria feito alguns pedidos como “rezai pelos pecadores.”<sup>201</sup>

No 13º dia, Nossa Senhora teria pedido a Santa Bernadete para ir aos sacerdotes e solicitar que eles organizassem uma procissão até a gruta e ali construíssem uma capela. Neste mesmo dia, após Santa Bernadete perguntar o seu nome, a aparição teria respondido “Eu sou a Imaculada Conceição”. Ao relatar isso aos padres, eles teriam associado ao dogma estabelecido quatro anos antes pelo Papa Pio IX.<sup>202</sup>

A tradição diz que nesta gruta passou a brotar água de uma fonte que antes não existia e que essa água curaria inúmeros doentes. De acordo com a história a água teria surgido depois de uma demonstração de fé de Santa Bernadete, que teria ido até a gruta procurar água a pedido de Nossa Senhora.<sup>203</sup>

Não temos como determinar a origem da associação entre Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Segundo as fontes analisadas seria pelo fato de ambas fazerem referência à Imaculada Conceição. Nos periódicos pesquisados encontramos matérias sobre esse dogma, buscando explicar seu significado e, algumas vezes realizando essa associação com N. S. A.

Em 09 de Maio de 1904, o *Jornal do Brasil* apresentou uma matéria na secção religiosa sobre o Dogma da Imaculada Conceição, baseada no discurso do Dr. Brasílio Machado. Após explicar o que consistiria o dogma, o escritor estabelece uma relação dele com o Brasil e depois com Nossa Senhora de Lourdes. O autor volta ao período da colonização, explicando que o nome Terra de Santa Cruz remeteria a Maria, visto que não existiria cruz sem Maria. Logo em seguida comenta sobre o padre jesuíta José de Anchieta,

---

<sup>201</sup> ZANON, Frei Darlei. *Nossa Senhora de todos os nomes*. SP: Editora Paulus, 6ª edição, 2011, p. 157.

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> Idem.

que teria construído a primeira capela dedicada a Imaculada Conceição e possuiria o costume de escrever poesias para N. S. nas areias das praias por onde andava.<sup>204</sup>

Posteriormente, expõe a relação entre a data da independência do Brasil e o dia da natividade de N. S., a primeira festividade solene comemorada após a separação de Portugal, e que no mesmo o Imperador teria concedido a Imaculada Conceição o título de Padroeira do Brasil. E por fim, estabelece uma relação com N. S. de Lourdes por meio da Imaculada Conceição.

Sim, acrescenta o orador, se o Brasil não é como a França o Reino de Maria, como a Inglaterra o dote de Maria, como a Hungria a família de Maria, como o México a nação de Maria, o Brasil é a posse de Maria, na unidade de sua fé traz o laço mais forte e mais inquebrantável da **unidade de sua pátria**.

Na basílica de Lourdes, Lourdes que é a região dos milagres permanentes, de Lourdes em que Maria trouxe o para dogma de 54 a consagração do céu, dizendo-se: Eu sou a Immaculada Conceição, da basílica de Lourdes a **nostra Bandeira se destaque entre as mais bandeiras**.<sup>205</sup> [grifo meu]

A Igreja Católica apresentava uma preocupação com a unidade nacional em seu discurso. Entretanto, seguindo o que foi escrito no encíclica *Rerum Novarum*, afirma que os laços estabelecidos pela fé são inseparáveis e capazes de manter unidos um país. Por meio dessa afirmativa, podemos perceber a apreensão da Igreja de se inserir na modernidade, especialmente, na realidade dos Estados Nacionais. Visto que já havia perdido o poder, primeiro, na Europa e em seguida na América. Desejava que o catolicismo fosse compreendido como a cima das fronteiras e das identidades nacionais, por isso confirma que somente a fé seria capaz de estabelecer ligações tão forte entre as pessoas e o país.

No caso brasileiro, N.S.A. representa que a cima da identidade republicana haveria a identidade católica, sendo um símbolo conservador que geraria unidade entre os brasileiros. Aparecida foi uma resposta igualmente a ameaça de fragmentação do território nacional em pequenas República, como ocorreu com a América Espanhola. Por isso no texto, o autor estabeleceu relação com países que não sofreram divisão, como o México, a Inglaterra e a França.

É importante destacar que nesta mesma matéria, o autor chama Maria de uma das principais padroeiras do Brasil, no ano de 1904 o padroeiro do Brasil era São Pedro de Alcântara por ser o onomástico do primeiro, e, posteriormente, do segundo Imperador do

---

<sup>204</sup> *Jornal do Brasil*, 09 de Maio de 1904. Edição 00130, p. 2, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_02/13803](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/13803). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>205</sup> *Jornal do Brasil*, 09 de Maio de 1904. Edição 00130, p. 2, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_02/13803](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/13803). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

Brasil. Não encontramos nenhuma menção sobre ele como padroeiro do país nos periódicos pesquisados e nem relatos nas outras fontes sobre comemorações ou peregrinações, apenas notícias sobre missas na Catedral de Petrópolis, R.J., que recebe seu nome.

Podemos pensar a associação de Aparecida com Lourdes como uma tentativa de apresentar uma nova imagem para Igreja Católica no Brasil dentro da modernidade que tinha a França como referência. Não podemos esquecer que o modelo feminino apresentado anteriormente pelos republicanos para representar a República era a *Marianne*, a alegoria da república francesa. Dentro do discurso religioso, a *Marianne* apareceria como Nossa Senhora de Lourdes e Aparecida representaria a *Maria* brasileira.

Além dessas associações e comparações que existiram com a imagem de Aparecida, podemos também analisar a sua relação com a coroa utilizada na cerimônia. De acordo com Júlio Brustoloni, a coroa foi doada pela Princesa Isabel em uma visita realizada em 1868 ao Santuário. “Seu valor material é muito grande e bem maior o seu valor histórico, pois com essa coroa, doada pela libertadora dos escravos, a Imagem de Nossa Senhora Aparecida foi solenemente coroada em 1904”<sup>206</sup>. A coroa doada ficou guardada de 1868 até 1904, antes da coroação a imagem era apenas coberta pelo manto, não utilizando nenhuma coroa.

A relação estabelecida entre Aparecida e a Princesa Isabel é interessante pois nos ressalta que o Brasil era um país recém-saído da escravidão e com uma população negra grande. Somado a isso, a imagem de N.S. A. é enegrecida e um dos seus principais milagres é o da libertação do escravo. Por mais que esses fatores permanecesse velados e não comentados, era visível a tentativa de inclusão desse grupo na sociedade, a fim de constituir um elemento símbolo de unidade para o país e minimizar qualquer possibilidade de conflito no seio da sociedade.

Além de deitar raízes na profunda tradição católica e mariana, apresenta a vantagem adicional de ser brasileira e negra, a léguas de distância da francesa e branca Clotilde. Nem mesmo a Princesa Isabel lhe poderia fazer frente.<sup>207</sup>

Tanto Aparecida quanto Isabel foram consideradas libertadora dos escravos, entretanto o que garantiu que apenas uma delas fosse coroada foi a construção de um discurso conservador da união, da concórdia, do esquecimento do passado e das desigualdades do presente. Um movimento de forjar uma unidade em um país socialmente fragmentado. As associações e a utilização da coroa doada pela Princesa Isabel mostram como o imaginário

---

<sup>206</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. Op. cit., p. 80.

<sup>207</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 94.

construído em torno da Virgem Aparecida era marcado pela necessidade conservadora de estabelecer laços entre o passado e o presente, sendo um símbolo de renovação e de conciliação.

A coroa como symbolo de realeza, como signal de festa, como ornamento de prazer e de graça se encontra desde as primeiras idades da geração humana. (...) A coroa é também sinal religioso ; os sagrados escriptores estão repletos de alegorias onde a coroa é tomada como emblema de significações espirituais.<sup>208</sup>

A coroa, além de ser um sinal religioso, é também uma representante da monarquia. Segundo José Murilo de Carvalho, “a conciliação seria (...) a aspiração atual de todo o brasileiro”<sup>209</sup>. Era necessário conciliar Aparecida, símbolo da renovação do catolicismo, com o passado monarquista, associação que foi feita através da Princesa Isabel.

Monsenhor José Marcondes Homem Mello, ao justificar a coroação em seu livro, busca no passado, mais exatamente nos gregos, os motivos de se utilizar uma coroa e os seus significados. Como também recorre aos livros bíblicos para delinear em que contexto a Virgem Aparecida estaria sendo coroada pela Igreja Católica naquele momento, apresentando o sentido sobrenatural dessa cerimônia. “Esta mystica delineada pelos textos sagrados, retrçada pela arte christã systematisando a fé dos tempos passados, é a mesma scena que a santa Igreja hoje reproduz ao vivo coroando a imagem da SS. Virgem da Apparecida.”<sup>210</sup>

Podemos perceber isso através da nova roupagem que é dada ao padroeiro do país. Inicialmente, como legado português, a Imaculada Conceição foi escolhida. Com o advento do Império tornou-se São Pedro de Alcântara. Já na República, a Imaculada Conceição retorna com o nome de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. A imagem enegrecida encontrada no rio Paraíba que faz memória a uma imagem feminina católica que já era conhecida pelo imaginário brasileiro.

D’esta maneira a santa Igreja se rejuvenece com estes banhos do passado, a fé se inflama com estas iluminações, e o povo fica compreendendo que na santa Igreja tudo é grande ; que as suas ceremonias têm a sanção da palavra divina, a sanção dos séculos, a sanção da arte e a sanção da fé das multidões.<sup>211</sup>

Por meio das idas ao passado, constituiu-se uma nova representação do catolicismo brasileiro, conforme afirma o Monsenhor, rejuvenescendo as antigas tradições. Ao coroar a

---

<sup>208</sup> MELLO, Monsenhor José Marcondes Homem de. Op. cit., 1905, p. 7.

<sup>209</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 113.

<sup>210</sup> MELLO, Monsenhor José Marcondes Homem de. Op. cit., 1905, p. 7.

<sup>211</sup> Idem.

imagem, a Igreja Católica coloca-se a cima do regime político vigente, entregando uma rainha à República e consagrando a ela todo o território brasileiro. Esses elementos, a imagem e a coroa, nos mostram como Aparecida representa o processo de modernização do Brasil de forma conservadora. Une o passado da Monarquia com o presente da República, evitando qualquer ideia perigosa de ruptura.

O discurso conciliador é estabelecido por meio das características maternas que envolvem N.S.A., sendo considerada a mãe que cuida e protege os seus filhos. Todos os brasileiros são seus filhos, inclusive o negro que sofreu com a escravidão e que através do milagre ganha a liberdade pelas mãos de Nossa Senhora Aparecida. Dessa forma, é necessário que todos os filhos permaneçam unidos e sob o manto da sua proteção, ou seja, o poder da Igreja.

Ao mesmo tempo traz um discurso de incorporação simbólica do negro à sociedade brasileira desconstruindo a relação da Igreja com a própria escravidão. A Virgem também é uma resposta à modernidade da República e do Estado Nacional afirmando a soberania da instituição sobre as novas formas de organização política marcadas pela dessacralização, a ideia de uma identidade católica que está a cima da identidade nacional.

## 2.5. A Cerimônia de Coroação

Vosso, porquanto nos princípios do século passado, os decretos reais e imperiais vos proclamaram e confirmaram Senhora, Padroeira, Guarda e Defensora do Brasil. (...) Vosso portanto, repito, é o Brasil e de vossas mãos ninguém o arrebatará ó Virgem Nossa Senhora Aparecida!<sup>212</sup>  
Homilia proferida pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, Joaquim Arcoverde, na cerimônia de coroação.

Durante a primeira Conferência dos Bispos da Província Meridional<sup>213</sup>, em 1900, com a presença de todos os bispos do Brasil, foi apresentado à proposta de coroação da Virgem Aparecida por Dom Joaquim Arcoverde. Segundo Brustoloni, Arcoverde era um grande admirador de N.S.A. e do santuário e seu objetivo imediato era saudá-la pelo quinquagésimo aniversário do dogma da Imaculada Conceição O documento produzido por essa reunião foi encaminhado ao papa pedindo autorização para a coroação da imagem.<sup>214</sup>

Entretanto o próprio autor comenta que além desse motivo, era desejo de Arcoverde e dos demais bispos demonstrar ao regime republicano, que havia excluído a Igreja Católica, a

---

<sup>212</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>213</sup> Reunião realizada entre os bispos do Brasil para estudo e debates relacionadas a fé católica no país.

<sup>214</sup> CORDEIRO, José. *Aparecida: devoção Mariana e a imagem Padroeira do Brasil*. São Paulo: Ed. do Autor, 2008, p. 51.

força da fé e os sentimentos religiosos do povo brasileiro da Constituição de 1891 e da vida pública. Desde quando Arcoverde entregou aos cuidados dos redentoristas, em 1893, o santuário e a devoção a Virgem, existia o objetivo de apresentar Aparecida como um símbolo de unidade do catolicismo no Brasil. Por parte do episcopado, o objetivo era demarcar o lugar da Igreja no universo político e público brasileiro, demonstrando a sua influência dentro da sociedade.<sup>215</sup>

Ele, e todo o Episcopado, perceberam que, depois do sucesso da celebração do Jubileu da Redenção de 1900, poderiam, unidos, concitar o povo para um grande ato público de manifestação da fé católica. Convencer o povo que, embora a religião não fosse mais a religião oficial do Estado, era a religião de todos, da maioria dos cidadãos, e que todos poderiam, unidos e esperançosos, confessar publicamente a sua fé.<sup>216</sup>

Após o envio do pedido a Santa Sé, o Papa Pio X concedeu a autorização da coroação da Imagem em fevereiro de 1904. Oficialmente, para a Igreja Católica, essa coroação significaria, segundo o Livro da *História da Coroação de Nossa Senhora Aparecida*,

que a santa Igreja aprova solemnemente o culto de veneração, de piedade e de confiança que os fieis de longa data tributam à Imagem de Nossa Senhora Aparecida, e symbolisa essa sua aprovação coroando com uma coroa de ouro tão sagrada e veneranda Imagem.<sup>217</sup>

A coroação, segundo a explicação da poliantéia, era um gesto repleto de significados, e seguiria o costume do Vaticano de conceber essa honra às imagens que tivesse aprovação, não demonstrado, como muitos pensam, saudosismo em relação à Monarquia. O ato da coroação, segundo José Cordeiro, buscava reafirmar a importância da fé católica para os brasileiros. Contudo, pela relação existente entre a Princesa Isabel e a coroa doada a N. S. A., seria possível que houvesse uma maior aceitação desse evento e do símbolo por conta desse vínculo gerado pela doação.

Logo após o recebimento da autorização, duas comissões preparatórias foram formadas para organizar os festejos e a peregrinação, uma do Rio de Janeiro e outra de São Paulo. Segundo Júlio Brustoloni, para conceder mais importância à celebração, a Conferência dos Bispos foi transferida de Mariana (Minas Gerais) para Aparecida, dos dias 01 ao dia 07 de Setembro de 1904<sup>218</sup>. Durante a conferência realizaram-se estudos sobre o dogma da

---

<sup>215</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. Op. cit., p. 331.

<sup>216</sup> Ibidem, p. 332.

<sup>217</sup> MELLO, Monsenhor José Marcondes Homem de. Op. cit., p. 6.

<sup>218</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. Op. cit., p. 332 – 333.

Imaculada Conceição. A solenidade foi marcada para o dia 08 para dar mais destaque ao momento e poderem contar com a presença de todo o episcopado brasileiro<sup>219</sup>.

No dia 08 de setembro estavam presentes para a cerimônia os seguintes prelados: Dom Julio Tonti, Arcebispo de Ancira e Nuncio Apostólico no Brasil; Dom Joaquim Arcoverde, Arcebispo do Rio de Janeiro; Dom José de Camargo Barros, Bispo de São Paulo; Dom Claudio José Gonçalves Ponde de Leão, Bispo do Rio Grande do Sul; Dom João Francisco Braga, Bispo de Petrópolis; Dom João Corrêa Nery, Bispo de Pouso Alegre; Dom Silverio Gomes Pimenta, Bispo de Mariana; Dom Duarte Leopoldo e Silva, Bispo de Curitiba; Dom Fernando de Souza Monteiro, Bispo do Espírito Santo; Dom Joaquim Silverio de Souza, Bispo coadjutor de Diamantina; Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goiás e representante do episcopado da província eclesiástica septentrional do Brasil; Dom José Lourenço da Costa Aguiar, Bispo do Amazonas; Dom Cyrillo Mogabgab, bispo Grego-Melchita de Zahlé na Síria; Dom Geraldo van Caloen, Abade Vigário Geral dos Beneditinos.<sup>220</sup>

Estavam presentes pessoas de todos os estados do Brasil, chegando à peregrinação de São Paulo neste mesmo dia, em grande número. Devida a quantidade de fiéis, estima-se que seria cerca de 15 mil, a santa missa e a coroação foram realizadas em um altar na frente do Santuário. Durante a Santa Missa, a pregação foi realizada pelo Arcebispo Joaquim Arcoverde, proferindo seu discurso todo em latim. Ao longo de sua fala, apresentou a história de Nossa Senhora Aparecida e as graças alcançadas pelos fiéis. Ao término da celebração, o bispo de Petrópolis proferiu um discurso preparando todos para a solene coroação.

No decorrer da sua alocução, buscou mostrar como o grito “Virgem Aparecida!” esteve presente vivamente entre os brasileiros ao longo de dois séculos. Dom João Francisco Braga tentou mostrar a relação existente entre o país e o catolicismo, expondo que ambos se encontrariam na raiz do ser brasileiro e caminhariam juntos, especialmente pela proximidade das datas da Independência do Brasil e do dia escolhido para a festividade de Nossa Senhora Aparecida. Ao estabelecer essa relação Dom Bragança procurou reforçar o vínculo que deveria, segundo a Igreja, entre o Estado e o catolicismo e como uma celebração cívica teria o mesmo peso de uma festividade religiosa.

Religião e Pátria; Brasil e Maria: são os ideais queridíssimos do coração brasileiro. (...) Ontem, celebrávamos a fundação da Nação Brasileira; hoje, e aqui, celebramos a Padroeira desta grande Nação, sob um de seus títulos mimosos: Virgem Aparecida!  
221

<sup>219</sup> *Manual de devoção*, 1928. Centro de Documentação e Memória do Santuário Nacional. p. 14.

<sup>220</sup> *Manual de devoção*, 1928. Centro de Documentação e Memória do Santuário Nacional. p. 15.

<sup>221</sup> MELLO, Monsenhor José Marcondes Homem de. Op. cit., p. 6.

Após as palavras de D. João Braga, iniciou-se com o ato de coração, primeiro foi lida a carta do Cabido da Basílica vaticana de São Pedro, escrita pelo Cardeal Marianno Rampollo, da comissão responsável por conceder a coroação das imagens e a provação das devoções marianas. O documento foi intitulado na pessoa de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, o qual seria o responsável por todo o processo e também por coroar a imagem.

Na declaração, foi concedido pelo Papa à autorização de se coroar a imagem da Imaculada Conceição, honrada na igreja pelo nome de Nossa Senhora Aparecida. Além disso, as demonstrações de piedade e as romarias que eram realizadas pelos devotos desde 1717, foram utilizadas como argumentos para justificar a validação de se venerar essa Imagem.

(...) como é ahi venerada com extraordinário e perseverante concurso, com empenho, confiança e amor dos fieis não só do logar e suas cercanias senão de pontos remotos e ainda de estrangeiros, vindo homens e mulheres sem conta e sem distincção de condição e idade render-lhe o preito de sua devoção sincera; como essa piedade e devoção pura e fervorosa, longe de se entibidar com o andar do tempo.<sup>222</sup>

Ao mesmo tempo em que se buscou disciplinar a devoção popular, organizando melhor as suas formas de expressão, como as romarias, reconhecia-se como “puro e verdadeiro” essa religiosidade. Utilizando-a como forma de justificar a autorização da veneração dessa imagem e de toda a cerimônia da coroação. O que nos parece uma contradição pode ser interpretado como parte de um jogo político que procura nas manifestações populares as origens dos símbolos que representariam o país.

A mesmas mãos que repreendiam e romanizaram alguns fenômenos religiosos para demonstrar uma aparente unidade, foram as mesmas que, mais reconhecem e valorizam elementos do universo religioso popular como estratégia depara legitimar a construção simbólica de Nossa Senhora Aparecida.

Isso não significa que a população tenha absorvido dessa forma e nem que tenha acatado todas as instruções provenientes dos sacerdotes. Os documentos encontrados que poderiam nos mostrar a repercussão da orientação da devoção à N.S.A., por parte da Igreja, são cartas ao leitor que foram enviadas para os periódicos contando as graças alcançadas pela intercessão da Virgem. Entretanto, todas as que foram encontradas haviam sido reescritas na terceira pessoa, recontando os relatos que haviam sido enviados aos periódicos. A reescrita

---

<sup>222</sup> Ibidem, p. 48.

dessas cartas nos mostra a intenção de apresentar um padrão dos milagres e graças alcançadas aos fiéis, podendo ter sido retiradas aspectos da devoção popular dos devotos.

Após a leitura do documento pelo Monsenhor Dr. Benedicto Paulo Alves de Souza, a coroa foi benzida pelo Arcebispo do Rio de Janeiro que concedeu ao Bispo de São Paulo o direito de coroar a imagem. No ato da coroação, foi dito aos presentes: “Como por nossas mãos sois coroada na terra; assim por Vós e vosso Filho Jesus Christo sejamos coroados de gloria e honra no Céu.”<sup>223</sup>

“Vivas prolongados á Nossa Senhora Aparecida irrompem da multidão, palmas estrepitosas, echoão em toda aquella praça, e o hymno nacional completa as expansões de alegria”<sup>224</sup>. Com o cantar do hino nacional foi terminada a cerimônia religiosa que corou Nossa Senhora da Conceição Aparecida como Rainha do Brasil<sup>225</sup>, uma demonstração de patriotismo para selar um momento religioso, surgindo do altar um símbolo nacional. Era novamente a união entre Estado e Igreja.

Terminada a coroação, foi realizada a inauguração de um monumento em homenagem a Imaculada Conceição na praça em frente à basílica, construído pela diocese de São Paulo. No mesmo dia, à tarde, teria sido realizada uma procissão com a imagem e todos os bispos pelas ruas de Aparecida do Norte. Segundo Julio Brustoloni, pela primeira vez o alto clero de todo país saiu às ruas com o povo, “isto aconteceu pela primeira vez na história da Igreja no Brasil!”<sup>226</sup>

Conforme Padre Machado, o Presidente da República, Rodrigues Alves, teria sido convidado, mas estaria impossibilitado de ir, enviando então um representante e um telegrama a todos os bispos em Aparecida, endereçado a pessoa do Arcebispo do Rio de Janeiro. “Sinto muito não poder assistir às grandes festas hoje celebradas nesse santuário, apresento a V. Exci., aos dignos Bispos e ilustres funcionários da Igreja aí reunidos, as minhas respeitadas homenagens.”<sup>227</sup>

Nas demais fontes pesquisadas não encontramos registro das figuras políticas que presenciaram a cerimônia. A ausência desses personagens nos relatos não quer dizer que não estiveram presente, mas podem ter sido “apagados” intencionalmente para destacar a presença e a importância dos líderes religiosos que presidiram as celebrações. Um dos fatores que

---

<sup>223</sup> *Manual de devoção*, 1928. Centro de Documentação e Memória do Santuário Nacional. p.16-17.

<sup>224</sup> MELLO, Monsenhor José Marcondes Homem de. Op. cit., p. 53.

<sup>225</sup> É importante destacar que nossa Senhora Aparecida só foi declarada padroeira do Brasil em 1931. A partir de 1904 iniciou-se uma jornada de legitimação deste símbolo até a sua consagração na década de 30.

<sup>226</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. Op. cit., p. 335.

<sup>227</sup> MACHADO, Padre. Op. cit., p. 357.

motivou esse apagamento dos relatos oficiais poderia ser a intenção demonstrar que, ao invés de contar com o apoio do governo, a Igreja Católica contaria com o apoio do povo brasileiro.

Entretanto, sabendo que esteve presente um representante do governo, substituindo o presidente da República, podemos nos questionar de até que ponto o Estado era realmente laico. Por mais que se quisesse a separação, a unidade em torno de um símbolo apresentado pela instituição católica era interessante para um governo que buscava meios para legitimar o regime republicano perante a população. Por mais que não tenhamos documentos para provar tal hipótese, é interessante nos questionarmos sobre como a capital federal tornou-se a capital onde as decisões sobre a fé católica eram tomadas bem como articulou todo um projeto em torno de um ícone que até hoje é capaz de mover multidões até Aparecida de Norte.

A peregrinação do Rio de Janeiro chegou ao Santuário apenas três dias depois a coroação. O *Jornal do Brasil* foi o periódico do Rio de Janeiro que realizou a cobertura de toda a cerimônia para a capital federal. Desde o final de agosto de 1904, todas as edições até o dia 15 de Setembro traziam alguma notícia sobre esse evento.

As matérias dos primeiros dias de setembro apresentam informações sobre o encerramento das inscrições para a peregrinação, falam sobre a grande quantidade de peregrinos, o nome dos bispos presentes e explicam parte por parte da cerimônia do dia 08 de Setembro. A edição do dia 06 descreve a peregrinação do Rio de Janeiro como “(...) **afirmação publica directa, ostensiva da vitalidade do sentimento robusto da fé catholica por parte da população da capital do Brasil**”<sup>228</sup>. Ao afirmar o sentimento católico presente na população do Rio de Janeiro, o autor da notícia tem como intenção mostrar o peso que o catolicismo tem na capital federal. Bem como apresenta a renovação ocorrida no catolicismo através da palavra “vitalidade”. Da mesma forma com que iriam ocorrer atos públicos cívicos pela Independência do país, os católicos iriam realizar o seu ato público de fé pela futura Padroeira do Brasil.

Na edição do dia 08 de setembro, dia da coroação, o periódico apresenta duas notícias sobre a cerimônia. A primeira é uma imagem de N. S. Aparecida branca como sendo a imagem venerada no Santuário e que seria coroada naquele dia. Na seção religiosa temos uma extensa notícia que comenta sobre os redentoristas e os seus cuidados com o santuário; fala sobre sala dos milagres e influência atual do santuário no país; sobre a coroação concedida pelo Papa Pio X e sobre o movimento de todas as dioceses do Brasil para

---

<sup>228</sup> *Jornal do Brasil*, 06 de Setembro de 1904. Edição 00250, p. 4, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_02/14661](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/14661). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

participarem desse momento. Por fim, comentário sobre a peregrinação da arquidiocese, na qual o JB convida “pessoalmente” todos os católicos à cerimônia de coroação.<sup>229</sup>



Imagem 01: Jornal do Brasil, 08 de Setembro de 1904, p. 3.

Além do detalhamento da peregrinação, encontramos também o relato e as fotografias da coroação na revista semanal *Revista da Semana* do JB. A edição do dia 25 de Setembro de 1904, ao longo de sete páginas, apresentou uma minuciosa narrativa da coroação e da

<sup>229</sup> *Jornal do Brasil*, 06 de Setembro de 1904. Edição 00250, p. 4, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_02/14679](http://memoria.bn.br/docreader/030015_02/14679). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

peregrinação carioca, mostrando fotos de alguns grupos que estiveram presentes nas celebrações, como também registros da cerimônia do dia 08.<sup>230</sup>

Nesta edição, encontramos também uma justificativa dos redatores da *Revista Semana* para estarem presentes nesse evento religioso. Segundo a revista:

Desde que a **separação da Igreja e do Estado foi efetuada**, no nosso paiz, parece que uma vontade soberana determinou as consciencias uma norma de proceder que espantou até aos mais pessimistas na crença de que assim a **corrente catholica cederia á corrente livre pensadora**.

A sociedade brasileira desde então, como que cedendo a um plano pré concebido **recrudescer no comprimento e na execução de todas as regras e normas determinadas pelos mandamentos da Igreja**.

**Os actos de religião multiplicaram-se**, e foram sendo realizados, digamos, **com prazer, com muito mais devoção** e piedade do que eram antes.

A recente peregrinação foi também uma prova viva da fé da família brasileira.

A Revista da Semana, portanto, não podia deixar passar no silencio dos factos consummados este acontecimento e por isso enviou o seu photographo que podê tirar as diversas photographias que ora publicamos.<sup>231</sup>

Reforçando o discurso da Igreja Católica, a Revista Semana procurou defender como o Estado sem a Igreja teria perdido a sua consciência, reconhecendo o catolicismo como um corrente livre de pensamento. O jornalista estruturou seu texto com o objetivo de mostrar uma o ideal do catolicismo fazia parte da essência do ser brasileiro, visto que, mesmo o Estado sendo Laico, teria preferido manter sua devoção e até mesmo aumentar o número de atos de fé.

Um simbolismo que foi elaborado a partir de textos, imagens da santa e fotografias do evento. A fotografia teve uma função importante neste período, pois mudou a visão dos indivíduos sobre os acontecimentos, tornando-os familiar, segundo Marta Barbosa, sendo um meio de propaganda e de manipulação do imaginário simbólico.<sup>232</sup>

Ainda não conseguimos identificar quais os personagens que são responsáveis pelo estreitamento de interesses entre o JB e o alto clero. Temos apenas alguns nomes, como o do Cardeal Arcoverde, o redator chefe do periódico Fernando Mendes de Almeida e alguns nomes que aparecem na “Secção Religiosa”. Grande parte das notícias referentes a essa coluna e aos outras que fazem menção ao catolicismo não era assinadas, dificultando a montagem de uma rede de relações.

---

<sup>230</sup> *Revista da Semana*, 25 de Setembro de 1904. Edição 00238, p. 1611-1618, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/025909\\_01/2483](http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/2483). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>231</sup> *Revista da Semana*, 25 de Setembro de 1904. Edição 00238, p. 1612, disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/025909\\_01/2483](http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/2483). Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

<sup>232</sup> BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Sobre história: imprensa e memória*. In: FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. (Org.). “Outras histórias: memória e linguagens”. São Paulo: Olho D’Água, v., 2006, p. 270.

Em ambas as publicações encontramos uma posição favorável a religião católica, na edição de 13 de outubro de 1904, o escritor da “Secção Religiosa” colocava o periódico como “tão patriótico e bom religioso como em sua essência”. Por meio desses relatos entusiasmados e a favor do catolicismo percebemos que houve uma relação estabelecida entre o periódico e o episcopado a fim de propagar notícias sobre a Igreja em outros meios além dos religiosos e também de divulgar o periódico pelo país. Encontramos notícias dele reproduzidas na integra pelo periódico *Santuário D’Aparecida*<sup>233</sup> de Aparecida do Norte, São Paulo.

Observamos a repercussão da Coroação de Nossa Senhora Aparecida em outros três periódicos cariocas, que depois do JB são os que apresentam mais ocorrências sobre o tema. O primeiro que iremos destacar é *O Paiz*, que apresentou 42 ocorrências sobre o N.S.A. entre 1900 e 1909. Ao longo de duas edições seguidas descreveu a peregrinação da Arquidiocese do Rio de Janeiro ao santuário detalhadamente e comenta que enviou uma pessoa para acompanhar os festejos.<sup>234</sup>

Sob o título de “Romaria a Aparecida”, o autor descreve em duas matérias todo o caminho da peregrinação. Inicia comentando sobre os padres escolhidos para acompanhar os devotos em cada carro do trem, lista todas as irmandades e movimentos do Rio de Janeiro presentes, dentre elas destacamos a presença da Irmandade de Nossa Senhora Aparecida do Meyer, grupo que deu origem a primeira capela dedicada a Virgem na arquidiocese. A periódico comenta que todos os jornais estavam presentes na peregrinação, uma informação que não encontramos em nenhum outro documento.<sup>235</sup>

O jornalista descreve a ida para Aparecia, comentando que na chegada Dom Arcoverde esperava pelos peregrinos na estação de trem e lista o nome de personalidades importantes que fizeram parte da peregrinação. O relato termina com um agradecimento a comissão organizadora pela gentileza e modo afetuoso com que trataram o devotos e a imprensa.<sup>236</sup>

O periódico *O Paiz*<sup>237</sup> descreve de forma positiva o evento e não utilizou o recurso de imagens para demonstrar como foi a celebração para seus leitores, o que nos permite perceber que seu público alvo era uma pequena parte da população carioca.

---

<sup>233</sup> Para mais informações, pesquisar no Centro de Documentação e Memória do Santuário Nacional.

<sup>234</sup> *O Paiz*, 12 de Setembro de 1904. Edição 07279, p. 1. Acesso em: 17 de Janeiro de 2019.

*O Paiz*, 13 de Setembro de 1904. Edição 07280, p. 1. Acesso em: 17 de Janeiro de 2019.

<sup>235</sup> *O Paiz*, 12 de Setembro de 1904. Edição 07279, p. 1. Acesso em: 17 de Janeiro de 2019.

<sup>236</sup> *O Paiz*, 13 de Setembro de 1904. Edição 07280, p. 1. Acesso em: 17 de Janeiro de 2019.

<sup>237</sup> O periódico *O paiz* foi veiculado durante os anos de 1884 até 1930, teve como um dos seus primeiros editores chefe foi Rui Barbosa, e inicialmente foi ligado ao Partido Republicano.

O segundo jornal com mais ocorrências é o *Gazeta de Noticias* apresentou 4 matérias em quatro dias diferentes sobre a cerimônia da Coroação de Aparecida. A notícia não foi assinada e foi considerada pelo autor como: “Esta solemnidade, única em seu genero, poque nunca se fez igual em todo o Brasil...”<sup>238</sup> Após essa alocução, relatou nominalmente todos os bispos que estavam presentes e as suas dioceses, dando muito importância para a presença de todo o episcopado brasileiro, e realiza uma estimativa de 10 mil pessoas para o evento.

Nas matérias seguintes o autor descreveu a coroação, considerando um “espectaculo admirável que jamais se apagará da memória de quem uma vez o contemplou”<sup>239</sup>. Em seguida, explica como se deu a peregrinação, colocando a estimativa de 300 romeiros saindo do Rio de Janeiro e apresenta seus organizadores, irmandades e grupos participantes. Na última notícia declara que gerações e gerações desfilarão ainda diante da venerada imagem que tem tido a seus pés tudo quanto espera e ama, tudo quanto de mais genuinamente catholico possui o paiz.”<sup>240</sup>

O autor finaliza agradecendo aos redentoristas pelo seu trabalho no santuário. Da mesma forma que *O Paiz*, o periódico *Gazeta de Noticias*<sup>241</sup> demonstrou apoio a celebração e não utilizou imagens para apresentar os ocorridos aos seus leitores.

O último periódico é o *Correio da Manhã*<sup>242</sup>, dentre os três apresentados é o que expõe comentários mais diferentes sobre a cerimônia da coroação e seu significado. A primeira notícia foi direcionada ao clero e aos fiéis da Arquidiocese do Rio de Janeiro e era a transmissão do convite escrito por Arcoverde convidando para a coroação.<sup>243</sup>

Relembrando a peregrinação de 1900, Arcoverde descreve o que é uma peregrinação e qual o significado de uma peregrinação organizada pela capital do país, sendo que essa tem o dever de dar exemplo as demais dioceses. Sendo assim de suma importância a participação de todos os fiéis, pois, segundo o arcebispo essa peregrinação ficaria na memória de todos.<sup>244</sup>

Uma peregrinação, isto é, uma demonstração collectiva de religião e de fê, feita pela muito nobre e muito catholica cidade do Rio de Janeiro e Achidiocese de S. Sebastião, **não é uma exhibição qualquer de cidade provinciana, mas é a capital do Brasil representando se ostensivamente**

<sup>238</sup> *Gazeta de Noticias*, 07 de Setembro de 1904. Edição 00251, p. 2. Acesso em: 19 de Janeiro de 2019.

<sup>239</sup> *Gazeta de Noticias*, 09 de Setembro de 1904. Edição 00253, p. 2. Acesso em: 19 de Janeiro de 2019.

<sup>240</sup> *Gazeta de Noticias*, 13 de Setembro de 1904. Edição 00257, p. 2. Acesso em: 19 de Janeiro de 2019.

<sup>241</sup> O periódico carioca *Gazeta de Noticias* começou a ser veiculado em 1875 por José Ferreira de Souza Araújo. Foi a primeiro a fazer uso de clichês, das caricaturas e da técnica de entrevistas, chegando a ser um dos principais jornais da capital federal durante a Primeira República.

<sup>242</sup> O periódico *Correio da Manhã* era um jornal carioca diário e matutino que circulou entre os anos 1901 e 1974. Foi um dos principais órgãos da imprensa brasileira destacando-se como um jornal de opinião.

<sup>243</sup> *Correio da Manhã*, 27 de Agosto de 1904. Edição 01171, p. 2. Acesso em: 19 de Janeiro de 2019.

<sup>244</sup> *Correio da Manhã*, 27 de Agosto de 1904. Edição 01171, p. 2. Acesso em: 19 de Janeiro de 2019.

**como exemplo e modelo a todas as suas co-irmãs** no esplendor da manifestação de sua fé e religiosidade tradicionais na grandiosidade numérica de seus peregrinos, na correção, ordem e disciplina com que se ha de fazer admirar de todos. **Queremos uma peregrinação que fique impressa na memória de todos, com caracteres indelévels e que deixe frutos imperecíveis.**<sup>245</sup> [grifo meu]

A outra notícia foi assinada por Andrade Figueira, que inicia o texto declarando ser católico e a sua alegria com o sucesso que teve a romaria. Comenta sobre a cerimônia e da beleza dos festejos. Entretanto, ao longo da matéria, o escritor mostra que mesmo sendo católico não deixa de ver os problemas que a Igreja estava passando com o fim da “assistência civil”.

“Como brasileiro, todavia, não posso deixar de deplorar, ainda em meio a taes festejos, o futuro da igreja entre nós...”<sup>246</sup> Mesmo com a alegria da coroação, Andrade Figueira tem dúvidas quanto ao futuro da religião católica no país, chegando a comentar que a riqueza dos festejos não conseguiram ofuscar a ponto dele conseguir esquecer sobre os problemas do catolicismo: paróquias no interior sem pastores, igrejas caindo aos pedaços, seminários sem vocações, um clero nacional que está acabando e um povo sem saber quais seriam os caminhos da Igreja.

A visão de Figueira foi o primeiro documento que encontramos relatando as dificuldades do catolicismo depois da proclamação da República. Sendo apresentado nos demais periódicos uma visão de unidade, consenso e superação que, na perspectiva de Andrada Figueira não estava acontecendo. Esse relato nos mostra como a cerimônia da coroação teve como principal objetivo recuperar o local de destaque e importância que a Igreja Católica teve no passado, mostrando que apesar das dificuldades, das divergências havia uma tentativa de unidade e de crescimento.

Não temos como verificar a veracidade das informações apresentadas por Figueira mas percebemos como houve uma tentativa de mostrar o unidade na imprensa, escondendo as dificuldades e sofrimentos desse período de reestruturação.

Independente da repercussão, fator que não temos como medir além do que foi encontrado nos periódicos cariocas, a cerimônia de Coroação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi organizada com a finalidade de apresentar esse novo símbolo, representante da renovação e mostrar a capacidade de mobilização da sociedade que a instituição católica possuía nesse período.

---

<sup>245</sup> *Correio da Manhã*, 27 de Agosto de 1904. Edição 01171, p. 2. Acesso em: 19 de Janeiro de 2019.

<sup>246</sup> *Correio da Manhã*, 10 de Setembro de 1904. Edição 01185, p. 1. Acesso em: 19 de Janeiro de 2019.

Através das peregrinações, expandiu-se a devoção mariana ao mesmo tempo em que foi valorizado a religiosidade das romarias, o que foi utilizado como justificativa para a coroação. A resposta à busca pela modernidade do catolicismo foi apresentada por Arcoverde por meio de um símbolo conciliador e materno que buscou estabelecer a unidade de sociedade fragmentada e marcada pela exclusão. Nossa Senhora Aparecida, uma devoção que passou a ser a Mãe e Rainha de um país ao mesmo tempo que representava o ideal de unidade e conciliação política.

### **3º CAPÍTULO: RAINHA DO BRASIL - A CONSTRUÇÃO E BRICOLAGEM DA IDENTIDADE BRASILEIRA PELA IMAGEM DE NOSSA SENHORA APARECIDA**

Salve, augusta Rainha do Brasil,  
Excelsa Virgem Mãe do Redentor!  
Que a Pátria, em homenagem de primor,  
Vos saúda em toda parte, em cantos mil!<sup>247</sup>

Ao aclamar vivas para a nova rainha do Brasil, a Igreja Católica apresentou a todos uma nova tradição, uma nova identidade forjada a partir das reformas realizadas dentro da instituição somada a religiosidade popular. O produto dessa fusão, Nossa Senhora Aparecida, adquiriu significados diferentes para os grupos sociais que estavam envolvidos nessa celebração e também para aqueles que assistiram apenas a repercussão dos fatos pelos periódicos.

A coroação nos faz pensar sobre linha tênue que existia entre o Estado e a Igreja Católica e questionar a respeito dos símbolos que a elite brasileira selecionava para constituir a imagem de uma República moderna e laica. Somado a isso, podemos pensar como a consagração de Aparecida como símbolo nacional fez com que as imagens da santa e da pátria fossem entrelaçadas, dando origem a alegoria feminina da República brasileira – a mãe virginal que a todos acolhe.

No terceiro capítulo realizo a análise de até que ponto o desejo e o discurso de uma República moderna e laica prevaleceu. Apresento como os manuais dos devotos, livros de bolso que todos os peregrinos recebiam para acompanharem as celebrações e as orações, foram importantes elementos de divulgação da proposta de identidade nacional da Igreja Católica, bem como difusores da devoção mariana. Além disso, continham uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, relatavam sua história, a história da coroação e milagres e canções “tradições”.

Em seguida, mostro como discursos, poesias e canções foram utilizados como meio de divulgação da imagem da Virgem e da nova fase vivida pela Igreja com o objetivo de reafirmar seu poder e sua unidade. Esses escritos nos mostram como a imagem de Aparecida foi capaz de conjugar o passado colonial escravocrata, o presente no qual a elite branca e católica ocupava dos espaços de poder, os espaços intelectuais de debate e a realidade de uma

---

<sup>247</sup> MACHADO, Cônego João Correa. *Florilégio de Aparecida*. Campinas, SP: Edição do Autor, vl. 2, 1983. – Resumo: poesias (6) e textos (6) sobre Nossa Senhora Aparecida, p. 20.

população mestiça, negra e marcada pelo sincretismo religioso. Aparecida e a pátria se fundem, representando a mãe de todos os brasileiros, mostrando um discurso em defesa da união dos seus filhos independente da cor e da raça, até mesmo de credo.

Por fim, comento como a construção do mito de Nossa Senhora Aparecida ganhou múltiplos significados a partir do ângulo de observação, como um caleidoscópio. Partindo do conceito de bricolagem e de culturas híbridas de Néstor Canclini. A imagem da santa e suas representações são um produto híbrido símbolo de uma sociedade que busca conciliar modernidade e tradição.

### **3.1. Os manuais dos devotos: instruções para os fiéis**

Este livro de piedade, o Manual do Devoto de Nossa Senhora Aparecida, em sucessivas edições, vem contribuindo fortemente para expandir e alimentar a devoção do povo brasileiro para com a Virgem Maria.<sup>248</sup>

Surgido em 1904, o primeiro Manual do Devoto foi editado para acompanhar os peregrinos que participaram da cerimônia de coroação de Nossa Senhora Aparecida. A circulação desse tipo de literatura é anterior à coroação, encontrando registros de circulação desde o século XVIII. Os manuais de devoção, ou manuais dos devotos, surgiram no período posterior ao Concílio de Trento (1545-1563) para promover as devoções, os modos de expressar a fé e os comportamentos desejados de um fiel católico.<sup>249</sup>

Segundo os historiadores Mauro Dillmann e Eliane Fleck, esses livretos abordavam diversos temas da vida religiosa, sendo enquadrados na categoria de instrução dos devotos (manuais de santos e marianos), os que orientam em relação a vida cristã (virtudes) e os que preparam os fiéis para uma boa morte (instruindo sobre penitência e sobre a alma). Esses manuais eram utilizados por missionários e padres, auxiliando nos sermões e na administração dos sacramentos, bem como por leigos na vida cotidiana, visto que tinham como objetivo serem fontes de ensinamentos diários, contendo orações e aspectos da doutrina da Igreja.<sup>250</sup>

---

<sup>248</sup> Manual do devoto, Aparecida, SP: 81ª edição, 2017, p. 5.

<sup>249</sup> DILLMANN, Mauro. FLECK, Eliane Cristiana Deckmann. Escrita, práticas de leitura e circulação de manuais de devoção entre Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Revista história, histórias, Brasília, vol. 2, nº 4, 2014, p.46.

<sup>250</sup> Idem.

O conteúdo desses livrinhos era dedicado ao conhecimento pleno da doutrina cristã, ensinando a “forma correta” prestar culto a Deus, de devoção a Maria e aos santos, apresentando orações, cânticos, exercícios espirituais e de caridade e incentivando a memorização de ladainhas. Além disso, instruíam sobre como deveria ser o comportamento moral de um cristão católico na Igreja e no cotidiano.

Os manuais dos devotos eram publicados no formato de livro de bolso, que conforme Dillemann e Fleck, favorecia o transporte, a leitura individual e a compra. Somado a isso, o formato favorecia leituras coletivas em aulas de catequese ou em reuniões familiares, sendo o discurso de fácil apropriação para os ouvintes. Essas obras recebiam autorização do Santo Ofício para circularem. Apenas após a aprovação recomendava-se a leitura e permitia a sua publicação. É importante destacarmos que esse tipo de literatura era bem comum entre os letrados, que constituíam uma parcela pequena da sociedade. Por isso, é difícil medirmos o alcance desse material visto que muitos entraram em contato com eles por meio de leituras públicas, ou seja, a escuta e da circulação de suas ideias.<sup>251</sup>

Mais do que livretos utilizados para a conversão, os manuais dos devotos foram elaborados com o objetivo de auxiliarem na observância da conduta moral e religiosa dos católicos. Sendo utilizados como meios de repressão da religiosidade popular e de ordenamento das devoções do povo. De acordo com os historiadores, o ingresso dos livros devocionais<sup>252</sup> no Brasil se deu através do comércio entre Europa e Brasil, sendo muitos adquiridos apenas através de encomendas por negociantes particulares.<sup>253</sup>

É possível que o “Manual do devoto de Nossa Senhora Aparecida” de 1904 seja o primeiro manual dedicado a uma devoção brasileira. Não temos como medir o alcance dessa obra, mas dentro do contexto de reafirmação da Igreja Católica no país perante o Estado Laico, o livro nos apresenta contribuições importantes para pensar como o clero reafirmou a doutrina cristã a fim de promover um ordenamento das devoções dos leigos, limitando as expressões da religiosidade popular.

O Manual do Devoto, de 1904, foi publicado pelos padres redentoristas com aprovação dos bispos de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas. Essa edição apresenta o *imprimatur*, autorização concedida pelas autoridades eclesiásticas para a circulação da obra. O livro é dividido em três partes, a primeira parte “Historia do Santuário d’ Aparecida” é

---

<sup>251</sup> Idem.

<sup>252</sup> Para saber mais sobre a circulação dos manuais de devoção ler: DILLMANN, Mauro. FLECK, Eliane Cristiana Deckmann. Escrita, práticas de leitura e circulação de manuais de devoção entre Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Revista história, histórias, Brasília, vol. 2, nº 4, 2014.

<sup>253</sup> Ibidem, p.48 – 49.

composta por seis capítulos que relatam, respectivamente, a história da aparição da imagem, a progressão das romarias, o templo de Nossa Senhora, a administração, as funções religiosas e por fim, as graças concedidas por N.S.A.<sup>254</sup>

A segunda parte, “Orações”, possui oito capítulos que dividem as orações em categorias: as orações ordinárias do cristão; orações utilizadas no santuário; novena de N. S. Aparecida; orações diversas a Deus e aos Santos; orações para diversas necessidades; orações jaculatórias; e orações das confrarias. A terceira parte é composta por cânticos espirituais e no final temos um apêndice com o resumo do catecismo da Igreja para a instrução dos meninos.

Como nos apresentam Dillmann e Fleck, é provável que esse manual do devoto foi elaborado a partir dos modelos europeus que foram traduzidos ou que vieram com os redentoristas que vieram trabalhar nas missões no Brasil. A obra apresenta características relevantes para do período no qual foi constituída. A dedicação da maior parte do livro à orações nos mostra o interesse de ordenar a religiosidade particular de cada fiel, ensinando as orações de deveriam ser recitadas ao longo do dia, quais devem ser rezadas nas igrejas e como preparar-se para participar de cada celebração litúrgica, reprimindo, assim, as antigas práticas da religiosidade popular que eram descritas pelos padres que visitam a capela.

Com o tempo, introduziram-se alguns abusos. Foi o que verificou o Pe. Luís Teixeira Leitão, quando realizou a Visita pastoral na Capela em 1791. Peregrinos que pernoitavam nos cubículos das naves laterais da igreja, quando a sós, retiravam a Imagem de seu nicho e andavam com ela pela igreja cantando e dando-a de beijar a seus companheiros e familiares, muitas vezes com falta de cuidado e respeito.<sup>255</sup>

No final do século XIX, os redentoristas registraram a permanência desses costumes entre os devotos:

Não havia distinção de pessoas; em todas, a devoção criou raízes e se manifestava com os mesmo atos e gestos: beijar a Imagem, ir de joelhos até o altar, varrer a igreja, subir de joelhos a rua da calçada, vestir mortalha e deita-se à porta da igreja para que as pessoas passem por cima, guardar silêncio e jejum durante a viagem toda, tirar medida da imagem (...).<sup>256</sup>

Além de serem promotores da religiosidade desejada pelo episcopado, foi dedicada uma parte significativa do manual dos devotos ao relato dos milagres concedidos pela

---

<sup>254</sup> Manual do devoto, Aparecida, SP: 1ª edição, 1904, Centro de Documental e Memória do Santuário Nacional.

<sup>255</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Imagem, o Santuário e as Romarias. Aparecida*. São Paulo: Editora Santuário, 1998, p. 94.

<sup>256</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Imagem, o Santuário e as Romarias. Aparecida*. São Paulo: Editora Santuário, 1998, p. 99.

intercessão da Virgem Aparecida. O capítulo seis da primeira parte do livro dedica 38 páginas ao relato das graças alcançadas pelos devotos. Todos os milagres foram escritos em terceira pessoa, apresentam o nome do fiel, qual foi a graça alcançada, a cidade na qual reside o devoto e o local onde foi originalmente registrado por meio da escrita supostamente de acordo com as palavras do próprio abençoado. Praticamente todos as histórias foram publicadas no periódico “Santuário D’ Aparecida”, editado pelos redentoristas, ocorrem em apenas três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Regiões centrais e economicamente prósperas naquele momento.

Dentro os trinta e sete relatos, 17 são do Estado de São Paulo, 05 são de Minas Gerais, 08 do Rio de Janeiro e 07 não identificam a origem do leigo. As narrativas contam milagres alcançados por pessoas de diferentes classes sociais, que escrevem como forma de agradecer a Nossa Senhora, bem como comunicar a administração do santuário sobre os acontecidos. Algumas histórias acompanham as promessas feitas e as declarações de doações em dinheiro para a celebração de missas e para a construção da basílica de N.S.A.

Apenas o último milagre aparece escrito na forma de carta e narrado em primeira pessoa. O cônego Amador Bueno de Barros, do Rio de Janeiro, relata sua experiência milagrosa sob a intercessão de Nossa Senhora Aparecida.

**Narrando singelamente esse rasgo das misericórdias de Nossa Senhora Aparecida, espero concorrer com meu pequeno contingente, para essa obra, fructo de seu zelo e dedicação a uma causa tão santa e salutar.**

Foi o caso acontecido na capital de nosso Brasil, no Asylo Izabel, onde educo a infância desvalida, com o auxilio d’Associação Mantenedora da Infância. Victima de um abecesso no joelho esquerdo, e julgando coisa de pouca importância, por vezes o cortei, donde resultou grande inflamação (...).

Após grandes esforços, (...) finalmente melhorando o estado geral sem todavia ter o uso livre da perna, deixando de fazer genuflexão durante a celebração da Missa, como é preceptuado pelas rubricas do missal.

(...)

Isto determinou a resolução de recorrer á protecção de Nossa Senhora Aparecida; (...) no dia 04 de Novembro de 1900, e não podendo genuflectir tive a inspiração de confiar a minha cura a Nossa Senhora Aparecida, de São Paulo, promettendo seguir para o seu santuário sem perda de tempo para obter a cura milagrosa durante a celebração da Missa em seu venerando altar.

(...)

Chegando na manhã seguinte a Aparecida, **purificada a minha alma na picina do sacramento da penitência**, comecei a missa no altar de Nossa Senhora, tento ambos os **joelho cingidos com fitas que estiveram em contacto com a mesma Virgem Milagrosa**. Ao chegar a recitação do Credo, senti em minha alma alguma cousa de extraordinário, era o argumento da minha esperança naquela que ia curar-me. Com efeito, recitando as palavras – Et incarnatus est – ajoelhei-me sem o menor constrangimento e como que fóra de mim pela doce alegria que inundava minha alma pela graça especial que estava recebendo.

(...) Já lá se vão quase quatro annos, testemunhos evidentes do grande milagre operado por Nossa Senhora Aparecida neste seu humilde servo, no dia 05 de novembro de 1900. <sup>257</sup> [grifo meu]

A narrativa do padre Amador Buenos de Basto nos mostra a mistura entre aquilo que era apresentado pela Igreja Católica como motivo da cura, o sacramento da penitência, e o que era próprio da devoção popular, a fé nas fitas que tocaram a imagem da Virgem. Júlio Brustoloni comenta sobre o costume de beijar a imagem e as fitas que ficavam que saíam de seu nicho, muitas vezes os devotos retiravam as imagens e as fitas do nicho e andando com ela pela Igreja, e como os missionários redentoristas registraram essa manifestação e procuraram ordenar essa prática.

Essa mesma carta nos apresenta informações importantes sobre o que motivou a existência desse capítulo bem como a sua intenção.

Revdmo, Sr. Padre visitador dos redentoristas, Padre Gebardo Wiggerman.

Informado da boa resolução que tomara V. Revma. no intuito de tornar mais conhecido o culto de Nossa Senhora Aparecida venerada no tradicional Santuario, da diocese de São Paulo, de publicar um livro, onde serao colleccionados os mais notáveis milagres da mesma Virgem Santíssima, parece-me que não devia deixar de dar-lhe minuciosa noticia de um facto, publicado no SANTUARIO D' APPARECIDA de 10 de novembro de 1900 sem os detalhes que o caracterizam e salientam o poder da Virgem Mãe de Deus.<sup>258</sup>

Esse fragmento nos mostra que houve um estímulo por parte dos redentoristas para que os devotos escrevessem contando de suas experiências com a Virgem Aparecida. Somado a isso, nos afirma que todos os relatos apresentados no livro são os mais notáveis, logo dignos de servirem como inspiração e esperança para os demais fiéis. Podemos concluir também que o incentivo para escrita estava sendo feito desde 1900, pelo periódico do próprio santuário.

O jornal *Santuário D'Aparecida* teve o seu primeiro exemplar publicado em 10 de novembro de 1900. Foi criado pelos missionários redentoristas sendo o primeiro produto da Editora Santuário. Segundo o site do jornal, essa primeira edição foi dedicada a ensinar ao devoto de Nossa Senhora Aparecida a sempre praticar o bem. Esse periódico é publicado até hoje. Não temos informação de quantos jornais eram produzidos ou vendidos. Na primeira

---

<sup>257</sup> *Manual do devoto*, Centro de Documental e Memória do Santuário Nacional /Aparecida, SP: 1ª edição, 1904, p. 53-56.

<sup>258</sup> *Manual do devoto*, Centro de Documental e Memória do Santuário Nacional /Aparecida, SP: 1ª edição, 1904, p. 53.

folha temos um aviso que o era publicado apenas aos sábados, que a assinatura custava 5\$000 mil réis e que possuía autorização do episcopado para circulação.<sup>259</sup>

A presença das narrativas de milagres tanto no *Santuário D'Apparecida* como no manual dos devotos nos mostram a intenção de apresentar exemplos para que os demais fiéis seguissem. Quase todos os milagres contam sobre a importância do sacramento da penitência, da santa missa, falam sobre arrependimento e perdão e de como Aparecida, Virgem e Mãe, olha por todos os que pedem verdadeiramente e que seguem os preceitos da Igreja Católica. Ademais, encontramos algumas histórias de conversão ao catolicismo que foram dedicadas como milagres de N. S. Aparecida.

Nossa Senhora atende aos detidos

Da penitenciária de São Paulo relata-nos o Sr. Antonio Lucio Mendes que o seu companheiro de infortúnio Carlos Turchi lhe contará que sua mãe em visita que lhe fizera n'aquella prisão levára-lhe a triste noticia de que seu pai José Turchi, desesperado com uma molestia que soffria e com outros soffrimentos, manifestara o desejo de suicidar-se. O Sr. Mendes, recolhido em seu compartimento, dirigiu uma súplica a N. S. Aparecida a favor da infeliz família Turchi, sabendo poucos dias depois que José Turchi estava curado de sua molestia e que havia afastado de si a pecaminosa idea do suicidio. (Santuário, nº 4 do 11 anno)<sup>260</sup>

Cada relato desse, buscou incentivar o ordenamento da devoção pelo caminho desejado pelo episcopado, por meio dos sacramentos e das orações pré-determinadas nos manuais. Colocando de lado, aos poucos, a livre expressão da fé, uma das principais características da religiosidade popular. Infelizmente não temos como medir o alcance desses escritos e nem o seu impacto na sociedade, mas podemos perceber o esforço por parte da Igreja de limitar as livres expressões de fé, buscando inseri-las dentro de um costume já existente.

É interessante pensarmos na influência da transmissão oral dessas histórias no imaginário social. Esses relatos acrescentam a característica de mãe pátria a Nossa Senhora Aparecida, conferindo a ela o ofício de interceder por cada brasileiro, independente de sua origem social, visto que ela atende desde os presidiários até os que são profissionais reconhecidos, todos encontram colo em seu seio maternal.

Além da narrativa dos milagres, o manual do devoto, inicialmente, explicava a história de Nossa Senhora Aparecida. Encontramos também a história da coroação em outro manual

---

<sup>259</sup> Portal A12, Editora Santuário completa 15 anos de história. Disponível em: <http://www.a12.com/jornalsantuário/editora-santuário-completa-115-anos-de-historia>, acesso em: 19 de Janeiro de 2019.

<sup>260</sup> *Manual do devoto*, Centro de Documental e Memória do Santuário Nacional /Aparecida, SP: 1ª edição, 1904, p. 53.

de 1928<sup>261</sup>. É interessante destacar que o manual de 1928 apresenta os mesmos 37 relatos de milagres que contém o de 1904, contendo apenas das duas diferenças: os comentários sobre a coroação e a imagem dedicada a Aparecida.

O história da coroação é retratada de forma semelhante ao que foi apresentado pela poliantéia no capítulo anterior. Conta sobre a preparação, as autoridades eclesiásticas que estiveram presentes, como foi a cerimônia de coroação e sobre a participação das peregrinações de São Paulo e do Rio de Janeiro. O que nos chamou a atenção foi a imagem utilizada para representar imagetivamente Aparecida.

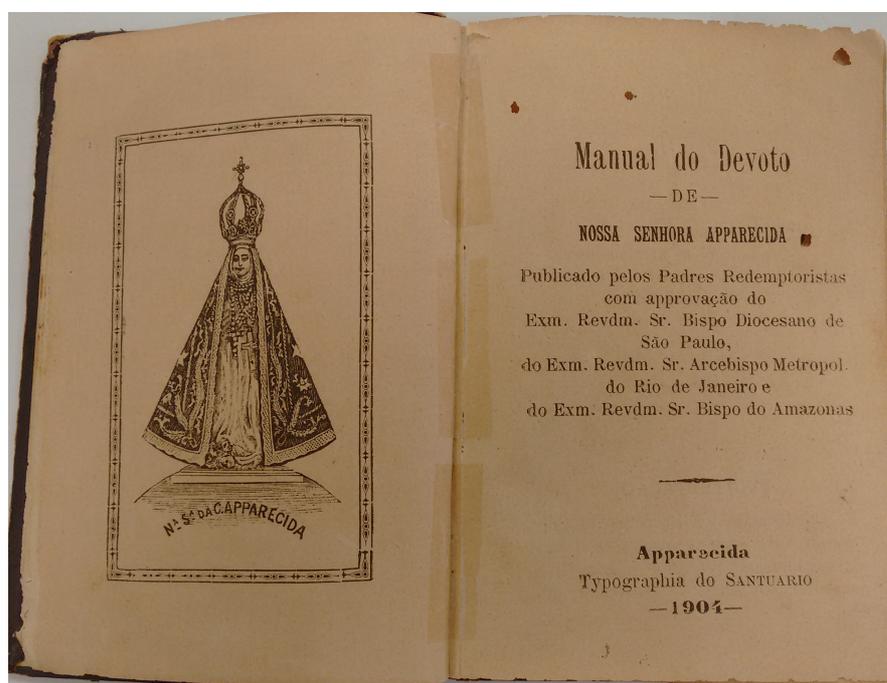


Imagem 02: Manual do devoto de 1904

A imagem do livro de 1904, um desenho, retratava a Virgem Aparecida com traços brancos e com a cor branca. Encontramos a uma imagem semelhante no periódico *Jornal do Brasil* e no jornal *Santuário d'Aparecida*. De cor branca e com traços finos, podemos considerar esse desenho como uma resposta a qual público a Igreja estava interessada em dialogar e representar mais intensamente nesse período, a elite.

Por mais que as autoridades eclesiásticas utilizassem a origem popular da devoção a Aparecida como uma forma de legitimação e justificativa a coroação, era necessário que a elite dirigente do país também fosse envolvida por esse símbolo. Por isso, acreditamos que nesse

---

<sup>261</sup> O manual de 1904 e o manual de 1928 são os únicos exemplares disponíveis no Centro de Documental e Memória do Santuário Nacional.

período haveria uma tentativa de aproximação da representação de N.S.A. com a representação da Imaculada Conceição, uma devoção forte entre as classes dirigentes e de origem europeia.

Por mais que a imagem retirada do Rio Paraíba do Sul fosse escura, a sua representação como branca nos mostra o público com que havia maior interesse de diálogo. Isso não significa que as demais camadas sociais não se identificaram com Aparecida. Por conta de sua cor escura e negra, a Virgem Aparecida tornou-se um ícone congregação das classes sociais, em uma perspectiva atraindo olhares por sua proximidade a devoção europeia, e por outra perspectiva representava uma população formada majoritariamente por mestiços e negros.



Imagem 03: *Santuário d'Aparecida*, 08 de setembro de 1904, ano IV, nº 42, p. 1.

A imagem presente na obra de 1928 (imagem 04 e 05), provavelmente uma fotografia, retrata a aparência do ícone que atualmente está exposta no Santuário e que possivelmente foi encontrado no rio Paraíba do Sul – retratando o manto e a coroa da cerimônia de coroação. Além da fisionomia da imagem, a frase que a acompanha nos deixa intrigados: “Verdadeiro retrato de N. Senhora Aparecida”. Se esse é o verdadeiro, significa que o outro era falso?

A transformação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, para atender redefinições de identidades coletivas e projetos de nação<sup>262</sup>. Compreendemos que o contexto do início da década de 20 tenha gerado a necessidade de rerepresentar visualmente esse símbolo. Entretanto, essa evidencia pode corroborar para a tese de que a imagem de 1904 destinava-se a um público específico, por mais que tenha gerado identificação em todas as camadas sociais, pretendia-se dialogar com a classe política e intelectual do país. Percebemos no desenho a influência das correntes de pensamento da geração de 1870, na qual uma das discussões tinha como tema que a viabilidade do país estava relacionada à “cor da população”.

Por mais que houvesse o início de uma valorização das demonstrações de fé populares, as três imagens a cima retratam o produto do diálogo do pensamento católico com ideias que estavam em vigência naquele período, moldando-se na busca pela modernidade e pela reafirmação da sua importância política e cultural em um país que se entendia como branco e católico, mas, ao mesmo tempo lidava com a realidade de uma população mestiça.

“A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político”.<sup>263</sup> Ou completando José Murilo de Carvalho, de qualquer instituição que buscasse permanecer presente, a longo prazo, na sociedade e política de um país. Sendo que a sua aceitação ou rejeição dependem das raízes pré existentes no imaginário popular e a capacidade dos manipuladores dos símbolos que ressignificarem o imaginário e as experiências que o envolve de acordo com os novos valores do novo projeto político em questão.<sup>264</sup>

---

<sup>262</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 11.

<sup>263</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>264</sup>Ibidem, p. 13.



Imagem 04: Manual do devoto de 1928

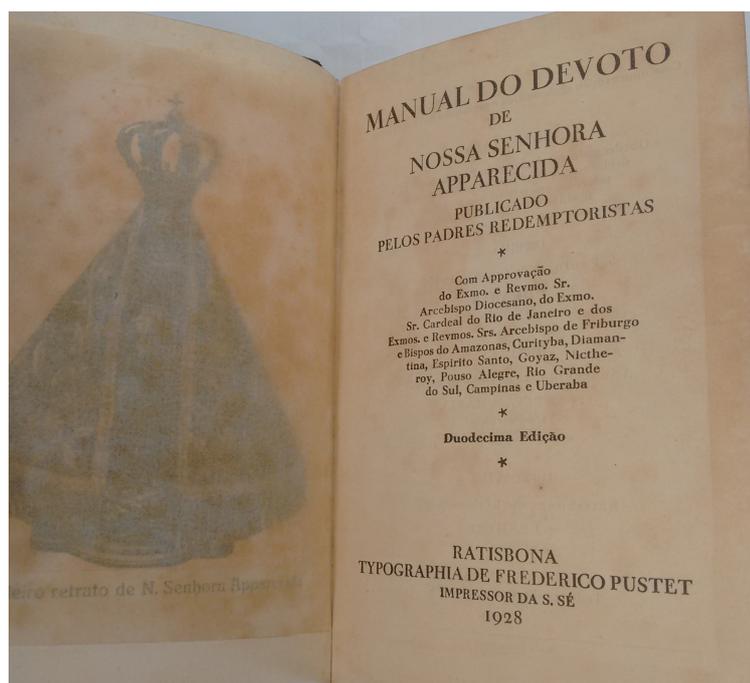


Imagem 05: Manual do devoto de 1928

Semelhante ao discurso do Estado, que propunha uma unidade nacional, a Igreja Católica, por meio do episcopado brasileiro, estabeleceu um discurso sobre a unidade do catolicismo no país, reconhecendo o valor de algumas manifestações populares de fé, mas apresentando um retrato do país branco e europeu que agradava a elite política e intelectual brasileira. Mesmo sem termos como medir o alcance e os impactos dessas imagens e dos escritos nos manuais dos devotos, acreditamos que a intenção de propagar essa devoção tenha

sido bem sucedida, mesmo que não tenha ocorrido da forma com que foi prevista pelos clérigos, visto a existência do manual de 1928.

### 3.2. Discursos, poesias e canções: construindo a simbologia de Nossa Senhora Aparecida

Eu ouço... eu ouço vozes que não formam senão uma única voz, a voz das crianças, dos jovens e dos velhos, dos artistas e dos poetas, dos sacerdotes e dos Bispos, do tempo, de uma nação inteira. Eu a ouço!  
Essa voz repete uma só palavra: VIRGEM APARECIDA!<sup>265</sup>

No início do século XX, alguns instituições desejavam ser a voz da nação: grupos laicos, a Igreja e as elites políticas e intelectuais. Cada um a seu modo buscou reafirmar-se como a verdadeira e genuína voz do Brasil. Para Igreja Católica, representar a voz do povo significava voltar ao jogo político, reafirmando-se perante o Estado com uma importante instituição na constituição da sociedade brasileira. Entre os anos 1900 e 1904, encontramos alguma poesias, cânticos e discursos que foram dedicados a Nossa Senhora Aparecida. Esses relatos foram coletados e escritos nos livros “Poesias à Nossa Senhora Aparecida”<sup>266</sup> e “Páginas Literárias sobre Nossa Senhora ‘Aparecida’”. Essas duas obras fazem parte de uma coletânea chama “Aparecida: na História e na Literatura”<sup>267</sup> que foi compilado pelo Padre Machado em 1983.

Os dois exemplares são conjuntos de textos de diversos autores que foram retirados de jornais e livros, sendo divididos cronologicamente e quase todos tendo o nome dos autores, o ano de publicação e o local de onde foi retirado. Alguns dos textos conseguimos encontrar os originais no periódico “Santuário D’Aparecida” e no livro “Poliantéia”, as poesias apresentam apenas a data e o nome do autor. Verificamos que os textos foram transcritos na integrada sem alterações. Entretanto não conseguimos localizar a origem de todos os documentos escritos. Referente a esse período encontramos sete cânticos e poesias, sendo um de 1902 e os restantes de 1904, e cinco textos sobre a Virgem, sendo um de 1901 e os demais de 1904.

Ao analisarmos os cantos e poesias percebemos que eram uma mistura de lamentos, agradecimentos e pedidos. Somado a isso, fazem menção a fatos da história da santa e contam como a fé em Aparecida nos momentos de dificuldades da vida faz com que os

---

<sup>265</sup> MACHADO, Cônego João Correa. Op. cit, p. 9.

<sup>266</sup> MACHADO, Cônego João Correa. *Florilégio de Aparecida. Livro II – Poesias à Nossa Senhora Aparecida*. Campinas, SP: Edição do Autor, vl. 2, 1983.

<sup>267</sup> MACHADO, Cônego João Correa. *Histórico da Padroeira do Brasil: A Imagem, seu Culto e seu Santuário*. Campinas, SP: Edição do Autor, vl. 1, 1983.

devotos alcancem graças. Esses escritos fazem referência também as milagres oficiais de N. S. A, principalmente ao milagre das velas e do escravo negro.

A Virgem Aparecida  
João E. P. Cruz (1902)

Nesta passageira vida,  
Quem grande paz que gozar,  
Deve sempre invocar  
A Virgem Aparecida.

A saúde já perdida  
Qualquer pessoa alcança  
Tendo fé e esperança  
Na Virgem Aparecida.

A alma desfalecida  
Terá novo vigor  
Se amar com puro amor  
A Virgem Aparecida  
A pessoa perseguida  
Vencerá a tentação  
Se pedir proteção  
Da Virgem Aparecida.

Quem quer ter enriquecida  
A alma de piedade  
Recorra com humildade  
A Virgem Aparecida.

Quem quiser prazer na vida  
Quem quiser glória na morte  
Deve pedir boa sorte  
A Virgem Aparecida.

Quem quer ter sempre florida  
A fé deve, com presteza,  
Chamar a Mãe de Pureza,  
A Virgem Aparecida.

Será sempre socorrida  
Recurso sempre há de achar  
A pessoa que amar  
A Virgem Aparecida.

No céu será recebida  
A alma da criatura  
Que amor com gran ternura  
A Virgem Aparecida.

Será mui aplaudida  
A pena do escritor  
Que escrever em louvor  
Da Virgem Aparecida.<sup>268</sup>

---

<sup>268</sup> MACHADO, Cônego João Correa. Op. cit., p. 14.

O poema “A Virgem Aparecida”, de João Cruz, mostra todas as graças que podem ser alcançadas por um fiel que seja devoto da santa. Recuperar a saúde, recuperar o ânimo, deixar de ser perseguido, ser humilde, conquistar uma boa morte e a vida eterna, ser socorrido, são algumas preces que se repetem nas demais poesias, escritas de forma muito semelhante. Como podemos observar no “Abecedário de Nossa Senhora Aparecida”, de Victor Veiga, 1904.

Caminha noite e dia  
criatura desvalida:  
Para pedir socorro  
A Virgem Aparecida.

Descança povo ingrato,  
Sujeito à perdição;  
Tenha fé na Virgem Pura,  
Senhora da Conceição.  
(...)

Perdão vos peço Senhora,  
Das culpas já cometidas;  
Mas espero conceder-me,  
Como Mãe Aparecida.

Queremos por vosso milagres,  
Merecer a salvação;  
É por vossa misericórdia,  
O Virgem da Conceição.

Recorda povo ingrato,  
Reforma nossa vida;  
Devemos pedir socorro  
A Virgem Aparecida.

Soltaste de uma corrente;  
Uma pessoa da escravidão  
Pelos vossos santos milagres,  
Senhora da Conceição.

Tenho sido tão ingrato,  
E quem pode não castiga:  
Por terdes compaixão,  
Virgem Mãe Aparecida.<sup>269</sup>

Além de repetir algum elementos da poesia de 1902, o abecedário tem como objetivo ensinar a partir de cada letra piedosos pedidos a Aparecida. É interessante destacar nesse texto em várias estrofes o povo é chamado de ingrato, sendo necessário pedir perdão e suplicar pelo socorro da Virgem. A questão é: o que teria tornado o povo ingrato? Seria a tentativa de

---

<sup>269</sup> Ibidem p. 15-18.

deixar o catolicismo pela política e dentro da sociedade? Entretanto, seguindo a lógica do autor, a mãe Aparecida não castiga porque tem compaixão.

Percebemos também como as palavras virgem e mãe são recorrentes nas duas poesias. No abecedário, a palavra virgem aparece 17 vezes e a palavra mãe aparece 04 vezes. A virgindade e a maternidade eram características importantes para a sociedade naqueles período, especialmente para os intelectuais positivistas que traçaram esse perfil para a sua alegoria feminina da república.

Segundo José Murilo de Carvalho,

A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade.

Comte julgava que somente altruísmo poderia fornecer a base para a convivência social na nova sociedade sem Deus, A mulher era quem melhor representava esse sentimento, daí ser ela o símbolo ideal para a humanidade. O símbolo perfeito seria a virgem-mãe, por sugerir uma humanidade capaz de se reproduzir sem a interferência externa.<sup>270</sup>

O positivismo, mesmo pensando em uma sociedade sem Deus, utiliza-se de uma imagem religiosa, virgem-mãe pura, para representar a humanidade brasileira e a pátria. Partindo de um princípio diferente, mas chegando a mesma conclusão, o episcopado utiliza-se da imagem religiosa de Maria - um ícone que estava muito presente no imaginário popular de uma sociedade colonizada por portugueses católicos – para estabelecer uma nova devoção brasileira, Aparecida, apresentando-a como a virgem mãe do país. Aquela que atende as preces de todos os brasileiros e buscaria manter a unidade religiosa e política do Brasil.

Por mais que a utilização das palavras virgem, santa, pura e imaculada sejam comuns por parte dos devotos de Nossa Senhora, independentemente da devoção, nesse contexto de definição dos símbolos nacionais, disputa por espaço político e de presença no imaginário social, elas adquirem novos significados. Passam a representar a forma com que a Igreja Católica desejava que fosse a pátria e como esse símbolo, N. S. A., traduz esse pensamento para a população.

---

<sup>270</sup> Ibidem, p. 81.

Senhora Aparecida,  
Milagrosa Padroeira!  
Sêde nossa Guia  
Nesta mortal carreira!<sup>271</sup>

Em outro canto, “A coroação de Nossa Senhora”, o autor Cândido Dias Ferraz da Luz apresentava N.S. Aparecida como Rainha do Brasil. O interessante desse cântico é que busca demonstrar como existia uma unidade na devoção a Virgem, considerando como hino brasileiro e heroico todo louvor realizado sua coroação.

Salve, augusta Rainha do Brasil,  
Excelsa Virgem Mãe do Redentor!  
Que a Pátria, em homenagem de primor,  
Vos saúda em tôda parte, em cantos mil!

À vossa Imaculada Conceição,  
Divina lira entôe perene canto,  
Borasíleo (brasílico) Hino, sacro, heróico e santo,  
Pela vossa solene Coroação!

Feliz Papa Pio X, que decretou  
Tão digno tributo à Aparecida  
Do norte, a grade Santa, assaz bendita!  
Feliz povo, que a Conceição cantou,  
Sem mancha, sempre em Igreja ou Ermida,  
A Que esmagou a serpente maldita!!!<sup>272</sup>

Os poemas e as músicas, além de serem de fácil transmitir e de memorização, apresentam como conteúdo a prática da religiosidade que era defendida pelos clérigos pós a reforma ultramontana. Por meio de repetição desses cantos, fixava-se na memória popular a associação entre Nossa Senhora Aparecida e a Pátria, bem como as formas de alcançar milagres por sua intercessão.

Além desses escritos, encontramos cinco textos publicados que relatam a relação de Nossa Senhora Aparecida com o povo e também expressam as impressões do clero sobre a coroação de 1904, dos quais comentaremos os três que apresentam um conteúdo relevante para a pesquisa. O primeiro que destacamos foi escrito pelo Pe. Gebardo Wiggremann e publicado em 11 de Maio de 1901, no periódico *Santuário d’Aparecida*, como título “Salve Nossa Senhora Aparecida”. A publicação conta sobre o crescimento da devoção a N. S. A. que teria sido passada de geração em geração, comentando sobre o milagre do escravo acorrentado e agradecendo por todos os milagres ao final.

---

<sup>271</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>272</sup> Ibidem., p. 20.

Destacamos dois fragmentos desse texto. O primeiro: “Nossa Senhora Aparecida! Nos sertões, em tosco oratório, venera-se-lhe a sagrada Imagem, assim como nas casas esplêndidas, em moldura dourada”<sup>273</sup>. O autor compreende a devoção a Virgem como sendo semelhante em todo país, desde as residências mais humildes do longínquo sertão brasileiro até a das ricas famílias, colocando todos no mesmo patamar de devotos, não havendo diferenças os fiéis. Nos intriga a forma com que o padre pensa a sociedade brasileira, quando se trata de fé, todos são iguais, católicos, independente da condição social, todos se rendem a veneração de Aparecida.

Ao final do texto o padre comenta sobre o milagre do escravo,

Quantos que vieram, oprimidos por doenças e achaques, aqui acharam alívio e cura!

Quantos, que traziam o coração transbordando de tristezas e amarguras, foram aqui consolados e animados!

**Quantas almas eram presas pela corrente do pecado**, aqui encontraram a graça divina, para purificarem-se das suas culpas no Sacramento da Penitência!

**Ainda se guarda uma corrente de ferro que caiu dos ombros d’um escravo**, quando este no templo estava fazendo suas orações. A! **quantas vezes não se repetiu êste milagre!** Quantas vezes a Senhora Aparecida quebrou tantos vínculos funestos com os quais o demônio tinha prendido os corações!<sup>274</sup> [grifos meus]

Da mesma forma que nas poesias, é reconstituída a memória sobre o milagre do escravo, associando as faltas de cada fiel com Deus a uma escravidão do pecado. E apresentando, como nos manuais de devoção, a importância o sacramento da penitência para ser puro de coração. Pela repetição desses temas em três tipos diferentes de fonte podemos concluir que esses assuntos estavam circulando pela sociedade. Ou também que eram conteúdos de grande preocupação por parte da Igreja Católica, e que por isso, repetiam-se constantemente.

Reforçamos aqui a tentativa de conciliação com o passado escravocrata, onde o ressentimento não teria espaço. Nossa Senhora Aparecida, por meio dessa construção simbólica, foi capaz de alcançar todos as camadas sociais, como pretendia os dirigentes da Igreja Católica no Brasil, entretanto o sincretismo religioso continuou a acontecer, podendo até terem se tornados mais comuns.

Na visão do episcopado, o negro, a partir desse momento, era parte integrante da sociedade, devendo portar-se dentro dos padrões estabelecidos, dos valores e com obediência.

---

<sup>273</sup> MACHADO, Cônego João Correa. *Florilégio de Aparecida. Livro III – Páginas Literárias*. Campinas, SP: Edição do Autor, vol. II, 1983, p. 5

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 6.

Mas será que esse objetivo foi realmente alcançado? Diversos autores relatam as manifestações religiosas que uniu rituais de alguns religiões ao final de procissões e festejos oficiais da Igreja. O objetivo de tornar Aparecida como representante da nação não ocorreu em conflitos mas foi velado em relatos oficiais.

O texto seguinte foi o comentário do evangelho no dia da cerimônia da coroação, que foi proferido pelo Arcebispo D. Joaquim Arcoverde, no dia 08 de setembro de 1904, e foi registrado no livro poliantéia. Nesse discurso, o bispo apresenta a história de Nossa Senhora Aparecida e a sua relação com o texto bíblico, comenta sobre o milagre das velas, associando Maria com um farol, local onde encontraríamos refugio e tranquilidade. Em seguida declara o país como sendo de Aparecida e realiza uma comparação entre a fé dos primeiros brasileiros e da fé em 1904.

Quem dera que permanecesse sempre em todos e em cada um a fé de nossos antepassados e a pura religião! Quem dera que jamais se arrefecesse pelos turbilhões das tentações o ardor primitivo da caridade. No entretanto nutro viva a esperança, de que com vosso auxílio, com o vosso patrocínio, nada tenha que invejar o vosso Brasil aos séculos passados. Vosso, sim, não por causa dos cristãos, mas por um direito próprio e solene, quase nosso.

**Vosso, porquanto nos princípios do século passado, os decretos reais e imperiais vos proclamaram e confirmaram Senhora, Padroeira, Guarda e Defensora do Brasil.**<sup>275</sup>

A vós aqui agora **todos estes bispos**, aos quais foi confiado o cuidado do rebanho de Nosso Senhor, **em unânime consenso saúdam como Rainha do clero e de suas dioceses.**

**Vosso portanto, repito, é o Brasil e de vossas mãos ninguém o arrebatará, ó Virgem Nossa Senhora Aparecida.**<sup>276</sup> [grifo meu]

A mensagem de Dom Arcoverde nos remete a uma ideia de unidade, de ordem, de pacificação dos ânimos. Estavam presentes todos os bispos do Brasil nessa cerimônia mais os representante importantes de algumas ordens religiosas. Somado a isso, defendia o país como “propriedade” de Aparecida, dessa forma, sendo ela a verdadeira representante do Brasil.

No discurso de Arcoverde podemos perceber também uma menção ao período monárquico brasileiro, no qual Aparecida teria sido proclamada “Padroeira, Guarda e Defensora do Brasil”. Em Nossa Senhora Aparecida, o passado e o presente estariam acomodados e ligados sem grandes manifestações políticas e sociais. Mais uma vez, a ordem e a conciliação mostravam-se valores fundamentais, como pregavam os positivistas acreditando que esse eram o papel dos símbolos nacionais.

O terceiro texto a ser analisado foi proferido antes da coroação por Dom João Francisco Braga, bispo de Niterói no dia 08 de Setembro de 1904. Dentre os discursos

---

<sup>275</sup> Nossa Senhora Aparecida foi proclamada padroeira do Brasil apenas em 1931.

<sup>276</sup> Ibidem, p. 9.

proclamados neste dia foi o mais incisivo, principalmente ao relatar quais grupos permaneceram fieis a Aparecida ao longo dos séculos. Além disso, relacionou o evento com a celebração da comemoração da independência do Brasil, entendendo como um ato de patriotismo testemunhar a coroação de N.S.A. Por fim, apresentou as dificuldades da Igreja no século XX e declarou a importância de estarem unidos a Santa Sé.

Outras vozes eu ouço também, através de dois séculos...

São vozes, partidas do Santuário também... são vozes dos que investidos da plenitude do sacerdócio... que aqui vieram, e aqui veem, a sós, e longe de todas as pompas, derramar sobre o altar da Virgem Aparecida, o peso do episcopado, **que tão poucos conhecem, as penas secretas, as decepções amargas que assediam o coração dos Bispos...**

Outra voz eu ouço também com muito prazer... É a voz do colendo representando do Sumo Pontífice entre nós... neste Santuário da Virgem Aparecida.

**Uma voz eu ouço ainda, voz profunda e melodiosa... é a voz de um Povo, de um povo imenso, cujos domínios se estendem do Amazonas ao Prata, do Oceano aos Andes. É O BRASIL!** Ei-lo, neste momento soleníssimo, aqui prostrado em espírito e representado por seus Pastores Supremos e por esta multidão...

**Religião e Pátria; Brasil e Maria: são ideias queridíssimas do coração brasileiro.**

Querer-se-á uma prova?

Ontem, agitou-se, ainda um vez, a alma popular, **ao recordar a data histórica da emancipação política do Brasil. Independência ou morte, foi o primeiro grito de Pedro primeiro**, constituindo a Nação; Senhora da Conceição, Padroeira do Brasil, foi o segundo grito, contemporâneo, do monarca fundador.

Ambos os gritos não de repercutir, eternamente, nas páginas da nossa história, no bronze dos nossos monumentos, nas fibras dos nossos corações.

**Ontem celebrávamos a fundação da Nação Brasileira: hoje, e aqui, celebramos a Padroeira desta grande Nação, sob um de seus títulos mimosos: Virgem Aparecida! E eis porque eu ouço a voz profunda e melodiosa de uma grande Nação, a voz do Brasil querido!**

(...)

Mas, que digo!... Ela vai ser ouvida, ouvida pela primeira vez, essa voz mimosa, sagrada, primorosa, suave, santa, cheia de patriotismo pelo nosso Brasil. Essa voz é a voz queridíssima, baixada do maior trono do mundo, a voz do representante de Deus sobre a terra, a voz de Pio X, permitindo a coroação da Veneranda Imagem da Virgem Aparecida.

(...) trabalhada com amor e carinho, pela piedade Brasileira, pela gratidão Brasileira, e autorizada pela Voz Poderosa do Santíssimo Padre Pio X, coroará a Veneranda Imagem da Virgem da Conceição Aparecida.<sup>277</sup>  
[grifo meu]

Através do discurso de Dom João Francisco Braga podemos compreender um pouco do pensamento dos clérigos em torno da coroação e como essa alocução representou perspectiva da Igreja Católica em relação a composição da pátria brasileira e da sua representação. Dom Braga elabora seu discurso com o intuito de entrelaçar a religião católica

---

<sup>277</sup> Ibidem, p. 10-11.

e a pátria, mostrando como ambos andaram sempre lado a lado no coração dos brasileiros, e mesmo com a declaração do estado laico, essas ideias não teriam se perdido mas sim ganhado uma só força de forma ordeira, pacífica e unindo os diferentes grupos sociais e étnicos presentes no solo pátrio. A voz que caminhou entre os séculos e que ressoa em alto e bom tom no dia 08 de Setembro de 1904 proclamando Aparecida como Rainha do Brasil.

O sacerdote inicia o texto mostrando como o Brasil, mesmo sendo um país grande e com muitas vozes todas estariam caminhando na mesma direção e clamando pelo mesmo nome, Nossa Senhora Aparecida. Além disso, o autor é o primeiro a relatar sobre as dificuldades dos eclesiásticos que clamam a Virgem Aparecida por ajuda, entregando a ela as “decepções amargas que assediam o coração dos Bispos”. Esse registro nos leva a supor que as dificuldades estariam relacionadas ao Estado e as relações políticas com a Igreja. Após esse comentário, Dom J. F. Braga mostra como essa uma só voz que brota que todas as regiões do país estende-se até o Sumo Pontífice que autorizando a coroação.

Ao relembrar a Independência do Brasil, o bispo buscou construir uma memória desse acontecimento histórico de forma entrelaçada com a visita de Dom Pedro I a Basílica de Nossa Senhora Aparecida poucos dias antes da proclamação. Buscando mostrar a permanência desse símbolo independente do regime político em vigência no país. Ao estabelecer uma associação entre as datas, Dom João Francisco Braga deixou nas entrelinhas que a voz unida e melodiosa do Brasil e que constituía a pátria era Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Mas, que digo!... **Ela vai ser ouvida, ouvida pela primeira vez, essa voz mimosa, sagrada, primorosa, suave, santa, chêia de patriotismo pelo nosso Brasil.** Essa voz é a voz queridíssima, baixada do maior trono do mundo, a voz do representante de Deus sobre a terra, a voz de Pio X, permitindo a coroação da Veneranda Imagem da Virgem Aparecida.<sup>278</sup>  
[grifo meu]

Além de reconhecer mais uma vez a unidade da Igreja Católica no Brasil com a Santa Sé, reconhecendo a importância de declaração do Papa Pio X, mostra Aparecida como a voz doce e suave, cheia de patriotismo e representante do povo. Dom João Francisco Braga declarou a união do clero, do povo e do país em torno de Aparecida e o catolicismo como sendo um sinônimo de patriotismo. Nesse discurso, Dom Braga apresenta claramente a disposição da Igreja Católica em ser a voz representante do povo brasileiro<sup>279</sup>.

---

<sup>278</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>279</sup> Para saber mais sobre esse tema, ler o 2º capítulo, p. 6-7.

Nas poesias e nos textos, tanto Nossa Senhora Aparecida como o catolicismo são retratados como componentes da identidade nacional e nos apresentam uma ideia de país total. Não importam as diferenças internas sociais, étnicas ou políticas, quando se trata de devoção todos são iguais perante a Mãe dos brasileiros independente da cor da pele ou da classe social. Acreditamos que as poesias por serem de fácil memorização e ritmadas podem ter auxiliado a fomentar a devoção e os valores da doutrina desejados, como a procura pelos sacramentos, forjando uma religiosidade brasileira que misturava as manifestações populares com a romanização e a catequese e o sentimento pátrio.

Portanto, essas publicações nos propiciam compreender como uma nova identidade foi sendo constituída para o catolicismo brasileiro. Por meio de cânticos, discursos e publicações em periódicos, o simbolismo de Nossa Senhora Aparecida como Mãe dos brasileiros e representante da pátria foi sendo elaborado. Essas produções nos mostram a partir de quais elementos foi sendo constituída a memória em torno do dia da coroação e da N. S. Aparecida. A maternidade, a virgindade, o perdão dos pecados, o sacrifício, milagres foram alguns dos fundamentos presentes no imaginário social que foram empregados nos escritos dedicados a Virgem.

### **3.3 Aparecida e seus múltiplos significados**

A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica.<sup>280</sup>

Uma simples devoção que surgiu em um vilarejo do interior alcançou o país inteiro, chegando a ser promovida como a nova identidade da Igreja Católica a fim de firmar seu prestígio diante do Estado. Nossa Senhora Aparecida, muito mais que um ícone religioso, passou a ser um dos símbolos que representavam a população brasileira.

Entretanto, o que levou essa imagem a constituir uma simbologia capaz de representar diferentes grupos sociais e fazer com que se submetessem, muitas vezes, as mesmas práticas de devoção, como beijar a imagem, fazer o caminho até a igreja de joelhos e levar esculturas de velas para alcançarem milagres ou pagarem promessas? Os elementos que compõem a figura simbólica de Aparecida nos interessam pois foram capazes de aglutinar, mesmo que superficialmente, uma sociedade que estava marcada por correntes de pensamentos que defendiam a separação das raças, o branqueamento da população e a exclusão dos negros.

---

<sup>280</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 55.

Os conflitos advindos do enfrentamento do racismo e da exclusão política econômica e social eram constantes ao longo de toda a Primeira República, foram muitas as revoltas sociais de grande ou pequeno porte envolvendo militares e civis, como a Revolta da Chibata e a Revolta da Vacina, talvez as mais emblemáticas.

Para compreender o sucesso de N. S. A. é necessário voltarmos ao princípio do catolicismo no país. A origem da composição simbólica religiosa está na colonização portuguesa, como observa o autor Emiliano Unzer Macedo:

O próprio catolicismo português já era delineado como sincrético. Ele era caracterizado como um catolicismo de forte apego aos santos e a eles nomeando forças da natureza. Práticas já observadas desde o século XV com forte ênfase nas procissões religiosas e missas, um catolicismo mais afeito às imagens e às figuras do que ao espiritual.<sup>281</sup>

Segundo Emiliano Unzer Macedo, Laura de Mello e Souza comenta como o catolicismo português era marcado pelo sincretismos, sendo muito inclinado a devoção dos santos. Essa característica da religiosidade portuguesa, passada através da colonização, adquiriu força no Brasil por meio das irmandades e confrarias, muitas dedicadas a devoções portuguesas.

Mesmo com a hegemonia colonial, o catolicismo não conseguiu instituir-se plenamente. Conforme Macedo, no Brasil houve espaço para o sincretismo visto que a religião não foi conservada como no local de origem, adquirindo novas características ao entrar em contato com as outras crenças. O autor destaca como espíritos africanos foram relacionados com santos católicos, havendo também uma modificação nesses cultos que adquiriram novos significados, diferindo dos cultos existentes na África.<sup>282</sup>

Ao catolicismo foi marcado de forma mais evidente pelo sincretismo chamado de popular, praticado, principalmente, por gentios, indígenas, escravos e mestiços. Esses grupos fizeram com que a religião estabelecesse novos contornos, valores e costumes, bem como desenvolveram manifestações religiões próprias. Por mais que todas as camadas sociais estivessem presentes nos principais eventos do calendário católico, existiam diferentes demonstrações de fé dependendo do grupo social a que se pertencesse. Os símbolos católicos eram apropriados e recebiam novos significados entre os distintos grupos que compunham a sociedade.<sup>283</sup>

---

<sup>281</sup> MACEDO, Emiliano Unzer. *Religiosidade popular brasileira colonial: um retrato sincrético*. Revista *Ágora*, Vitória: E.S., n. 7, 2008, p. 1.

<sup>282</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>283</sup> *Idem*.

Essa composição simbólica e religiosa portuguesa, indígena e negra produziu marcas no imaginário social brasileiro, levando a valorização de determinados elementos em símbolos nacionais. Antes de Aparecida, destacamos como exemplo Tiradentes. Diante das dificuldades para promover os personagens envolvidos no 15 de novembro, segundo José Murilo de Carvalho, com o tempo o mito de Tiradentes revelou-se capaz de atender as exigências do mito republicano.<sup>284</sup>

Desde 1870 existiam iniciativas de grupos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro que tentavam recuperar a memória do inconfidente, sendo celebrado pela primeira vez o 21 de abril em 1881. Entretanto, por que motivos a imagem de Tiradentes teria sido adotada e qual relevância heroica teria a sua figura? A princípio a exaltação dos inconfidentes e de Tiradentes gerava críticas ao sistema político vigente. Porém, a partir de 1860, Tiradentes começou a ser retratado como “o cristo das multidões”, associando-se a sua morte com o sacrifício de Jesus Cristo na Cruz. A morte de um por todo o país e pelo sonho de uma nação brasileira.<sup>285</sup>

Com a proclamação da República, o dia 21 de abril passou a ser feriado nacional em 1890 e a imagem de Tiradentes passou a ser retratada como a de Cristo, com barba e cabelos longos e com um rosto suave e sereno. “A simbologia cristã apareceu em várias outras obras de arte da época”, sendo o retrato mais famoso de Décio Villares.<sup>286</sup>

Além da tradição cristã presente no povo brasileiro, como afirma Carvalho, dois fatores que levaram o mito de Tiradentes a vitória como herói cívico: 1ª) Tiradentes era herói de uma área que já era considerada o centro político do país e cuja área representava as capitânicas que buscava torna independentes, tendo o fator geográfico um peso considerável; 2ª) O fato de ter morrido como vítima de um sistema opressor e que carregou consigo as dores do povo, morrendo como um mártir religioso, sendo o imaginário cristão importante para a fixação desse símbolo na memória nacional.<sup>287</sup>

Sobre o caso de Tiradentes é interessante destacar que “a formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa história”<sup>288</sup>. Percebemos que o mesmo ocorre com Nossa Senhora Aparecida, a tradição oral sobre a história e os milagres da santa são mais fortes que as

---

<sup>284</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 55.57.

<sup>285</sup> Ibidem, p. 57-58.

<sup>286</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>287</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>288</sup> Ibidem, p. 58.

evidências históricas encontradas sobre o fato. O primeiro documento sobre a aparição foi escrito apenas 40 anos após o fato ocorrido e com o objetivo de pedir autorização para a construção de uma capela dedicada a imagem.

Percorrendo o caminho inverso de Tiradentes que de patriota virou místico, Aparecida saiu da esfera religiosa para o panteão dos símbolos nacionais. Partindo da análise feita por José Murilo de Carvalho de Tiradentes, compreendemos que o projeto que envolve a construção simbólica de N.S.A. foi vitorioso por mobilizar as três características de um herói nacional: 1ª) ter a cara da nação; 2ª) responder a uma aspiração coletiva; e 3ª) apresentar um modelo de comportamento coletivamente valorizado<sup>289</sup>. Como seria possível um ícone religioso manifestar esses atributos?

O imaginário social influenciado pela religiosidade portuguesa deixou marcas profundas na sociedade brasileira, especialmente pelo trabalho dos missionários que elevaram elementos do catolicismo para todas as regiões do país. Por mais que não tenhamos uma unidade religiosa, conseguimos perceber como alguns princípios permaneceram vigentes e foram valorizados pela sociedade daquele período.

Por meio do conceito de hibridação cultural de Néstor Canclini<sup>290</sup>, compreendemos Aparecida como uma figura híbrida por representar em uma pequena imagem a mescla cultural e étnica, sendo um verdadeiro caleidoscópio da sociedade brasileira. Dependendo da perspectiva que é observada é compreendida, é vista de uma forma, como vimos nas imagens a cima. Cada grupo da sociedade via refletido nela algo referente aos seus princípios, aparecendo branca para as classes mais altas e representando visualmente os negros e mestiços pela cor escura da imagem, unindo em um só símbolo uma população muito fragmentada. Aparecida é uma representação da heterogeneidade cultural presente no mundo moderno.

Segundo Néstor Canclini, na América Latina a entrada e saída das culturais estrangeiras e a coexistência de hábitos e tendências gerou processos de mesclagem em diferentes momentos do século XX. No caso brasileiro, desde o final do Império, já se buscava e discutia-se o lugar do país diante da modernidade. Com a proclamação da República esse debate foi intensificado nos espaços de sociabilidade dos intelectuais, como apresentamos no segundo capítulo. A Igreja Católica percebeu a necessidade de modernizar-

---

<sup>289</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>290</sup> CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4ª ed. 6.reimp. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013.

se sem perder seus valores, mas reafirmando-se a partir de novas tradições, no caso do Brasil, construindo uma nova identidade a partir de Nossa Senhora Aparecida.<sup>291</sup>

Usando como base as devoções populares elaborou-se um projeto político e religioso para a construção de uma nova identidade para a Igreja Católica. Através da ordenação das manifestações de fé, da declaração de quais eram considerados milagres e da estruturação da história foi sendo articulado o imaginário social em paralelo, resgatando elementos de origem portuguesa e que permaneceram ao longo do século, como a valorização da figura da mulher virgem, mãe e obediente.

Foi por meio da multiplicidade de manifestações culturais que ocorreu a hibridação discutida por Néstor Canclini, e que se configura em processos socioculturais, nos quais estruturas que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas. No caso de Nossa Senhora Aparecida tivemos um entrelaçamento entre as estruturas da reforma ultramontana com as estruturas das devoções populares, que geraram uma nova estrutura, as peregrinações. Mesmo possuindo uma organização oficial, sendo acompanhada pelo bispo e possuindo um livro com normas e orações, as peregrinações tinham como objetivo principal estreitar os laços entre os devotos e a santa, auxiliando-os a “pagarem” suas promessas ou agradecerem por graças alcançadas.<sup>292</sup>

No que se refere a responder uma aspiração coletiva, a devoção a Aparecida foi a resposta encontrada por uma parte do clero brasileiro para reinstaurar o prestígio da Igreja Católica diante da modernidade e das mudanças políticas que aconteceram no país, como nos afirma Padre Júlio Brustoloni.

Foi grande a satisfação do povo, vendo sua querida imagem coroada e proclamada Rainha do Brasil. **Num pequeno povoado com cerca de 2000 habitantes, realizava-se a maior concentração de povo e clero jamais vista no Brasil.** Era o povo e a Igreja que reconheciam a misericordiosa intercessão de Maria de Nazaré, a Mãe de Deus. **Estava certo Dom Joaquim Arcoverde quando propôs utilizar-se do Santuário para firmar o prestígio da Igreja no meio do povo entre as autoridades do novo regime republicano.** O prestígio político-externo da Igreja fora abalado pelo Decreto 119 A, de 7 de janeiro de 1890, que colocava a Igreja Católica em pé de igualdade com outras igrejas ou seitas, perdendo também a proteção do Estado. **Se, de fato, a Igreja perdera seu prestígio político, que gozava quando unida ao Estado, a partir de então, ela conquistava o prestígio popular e os bispos, em vez do apoio do governo, já podiam contar com o apoio do povo...**<sup>293</sup> [grifo meu]

---

<sup>291</sup> Ibidem, p. 286-287.

<sup>292</sup> Ibidem p. 288.

<sup>293</sup> BRUSTOLONI, Júlio J. Op. cit., p. 335-336.

A veneração a Nossa Senhora Aparecida acabou sendo delineada pelo projeto político e religioso que propunha uma troca da relação Estado – Igreja pela relação Igreja – povo. A vitória dessa iniciativa deu-se por meio da construção do mito em torno de Aparecida, articulando o imaginário social com os anseios populares. Um povo que não participou do processo de transformação política e que buscava o mínimo de afinidade com o novo regime político por meio dos símbolos nacionais.

“A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica”<sup>294</sup>. A criação de símbolos nacionais não pode ser feito a partir do vazio social mas sim com base na memória e pelo que é valorizado no senso comum pela população.

Eric Hobsbawn argumenta que a invenção de uma tradição pode ser classificada dentro de três categorias: aquelas que simbolizam a coesão social, aquelas que legitimam instituições e aquelas cujo principal objetivo é a inclusão de valores e novos comportamentos. A invenção da tradição em torno de Nossa Senhora Aparecida objetivava alcançar os pontos expressos nas três categorias e também delimitados por José Murilo de Carvalho, encontrando uma base já existente de fixação no imaginário social.<sup>295</sup>

Podemos perceber a elaboração dessa nova tradição através de alguns elementos, como, a preocupação com a construção de uma narrativa oficial sobre N. S. Aparecida, o incentivo a romarias e peregrinações, fundações de capelas dedicadas a santa e constantes notícias sobre a Virgem nos jornais católicos e não católicos.

Mitos e tradições são importantes elementos que dão corpo ao imaginário coletivo de novos regimes políticos. O mito que conta como foi encontrada a imagem de Nossa Senhora Aparecida no Rio Paraíba, segundo Mircea Eliade, conta interrupções do sagrado (ou do sobrenatural) no mundo. Para ele, “o mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de múltiplas perspectivas e complementares”.<sup>296</sup>

No caso de Nossa Senhora Aparecida, temos as interpretações populares dos milagres, que são passadas através da tradição oral, reproduzindo valores e comportamentos que são considerados bons ou ruins pela Virgem, além de mostrar quais grupos sociais são protegidos por ela. De outro lado, temos uma interpretação oficial da Igreja católica, que seleciona quais dessas narrativas populares são consideradas “verdadeiras” para fazerem parte de uma história oficial da santa.

---

<sup>294</sup>CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p.55.

<sup>295</sup>HOBSEBAWN, Eric. RANGER. Op. cit., p. 17.

<sup>296</sup>ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva. 1972, p. 11.

A principal função do mito, como afirma Eliade, é “(...) revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas”<sup>297</sup>. As histórias que narram os milagres realizados pela Virgem Aparecida tem como principal objetivo propagar uma perspectiva maternal de sua história, mostrando como independente da raça e da classe social, todos os brasileiros são acolhidos pela Mãe Aparecida.<sup>298</sup>

Por meio da perpetuação do mito e dos relatos de milagre, tanto na forma oral como escrita nos periódicos e nos manuais dos devotos, Nossa Senhora Aparecida foi apresentada como um modelo de comportamento a ser seguido. Percebemos essa característica, especialmente, nas narrativas de milagres feitas pelos peregrinos que contam como através de uma mudança de comportamento, tornando-se mais piedosos, alcançaram os pedidos feitos a santa.

Mais uma faceta da bricolagem e união promovida pela devoção foi a apropriação de Aparecida pelas religiões afro-brasileiras. Segundo Rubem César Fernandes, Aparecida é N.S. da Conceição e Conceição é conhecida, no Rio de Janeiro, como Oxum, deusa das águas doces. Na Bahia, a sua identificação é com Iemanjá, deusa das águas salgadas.<sup>299</sup>

Essa orixá é carinhosamente chamada de Mamãe Oxum, conhecida por amparar seus filhos. Representa também o poder, a sabedoria e a força de evidência feminina. Além disso, inspira aos seus seguidores a buscar o amor, a prosperidade e a beleza, sendo conhecida pela sua grande sensibilidade e delicadeza.<sup>300</sup>

Percebemos como algumas características, valorizadas pela Igreja Católica para promover a devoção a Aparecida foram absorvidas por outras religiões como a maternidade, a representação feminina e a sua acolhida especial com seus filhos. Muito mais que uma devoção católica, Nossa Senhora Aparecida foi sendo acolhida e incorporada a outras manifestações culturais e religiões, isso nos mostra a sua profundidade simbólica e a capacidade de pertencer a múltiplas identidades.

Como afirma Carlos Rodrigues Brandão,

O que separa social e simbolicamente sujeitos, modos e identidades religiosas não é mais o tipo de confissão que os reproduz, mas a maneira como qualquer uma delas afilia-se, como religião e através dela, a um

---

<sup>297</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>298</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>299</sup> SACHS, Viola. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. tradução dos textos em inglês e francês: Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 104-105.

<sup>300</sup> Idem.

projeto imaginariamente libertador e socialmente popular de transformação de toda a sociedade e, por consequência, toda a religião.<sup>301</sup>

Podemos retratar Nossa Senhora da Conceição Aparecida como um caleidoscópio, dependendo da bagagem cultural, do círculo social e da aproximação ou afastamento que o indivíduo tenha com o catolicismo, ela apresentou e apresenta um significado diferente. A partir de um processo cultural de reconstrução de uma identidade, diversas estruturas da sociedade foram entrelaçadas, como nos mostra Canclini, fazendo surgir um símbolo que fosse uma bricolagem da sociedade brasileira. Cada peça representando um pedaço diferente da população e estabelecendo novas relações com a Virgem Aparecida, sendo a coroação da imagem o início de um processo de reafirmação constante do catolicismo dentro da sociedade brasileira.

---

<sup>301</sup> Ibidem, p. 57-58.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria, enfim, é uma figura polivalente que aparece de muitas formas. Um símbolo feminino, o ideal feminino católico personificado, um mito de dois mil anos que atravessa as culturas ocidentais.<sup>302</sup>

Por mais que sejam estruturados em torno de história, lendas e mitos, os símbolos nacionais apresentam significados diferentes para cada grupo social no qual é inserido, bem como as manifestações culturais que aconteceram em torno deles. Nossa Senhora Aparecida, a imagem negra de Maria que apareceu no Rio Paraíba do Sul foi adquirindo novos significados a partir do crescimento de sua devoção e dos círculos sociais nos quais percorriam suas histórias.

Pensar o sucesso do projeto político religioso da Igreja Católica em tornar Nossa Senhora Aparecida um símbolo republicano nacional é refletir sobre a união de uma cultura religiosa de origem europeia e professada pela elite marcado por uma identidade branca com religiosidade popular das camadas sociais compostas por negros e mestiços. Analisando a construção de um mito, sua inserção no imaginário social e os costumes que envolvem a renovação da tradição e a criação de uma nova identidade.

Ao disputar com o Estado no início da República, a Igreja Católica teve perdas e ganhos ao longo do processo mas continuou tendo destaque diante das demais religiões. Passando por um processo de modernização e de ordenamento, no qual o clero brasileiro e as devoção foram reorganizados e receberam novas instruções, por influência da corrente de pensamento ultramontana e por direcionamento da Santa Sé.

Ao apresentar os projetos de nação brasileira e o debate intelectual sobre o que é ser brasileiro e a viabilidade do país, buscamos mostrar como da Igreja Católica estava inserida nesse debate, principalmente por meio do sacerdote Julio Maria que estabeleceu um diálogo com os demais membros do Instituto Histórico e Geográfico sobre esse tema. Mostrando como os questionamentos da geração de 1870 estava presente no discurso da Igreja.

A estruturação do mito de Nossa Senhora Aparecida pelos redentoristas possibilitaram a criação de uma narrativa que contava como através de milagres a Virgem atendida aos brasileiros necessitados independente da classe social, bem como mostrando como deviam valorizar a tradição católica, construindo uma nova identidade para a Igreja em torno da Santa.

---

<sup>302</sup> SOUZA, 1996, p. 68.

Ao mesmo tempo em que era elaborada a história de Aparecida importantes transformações que ocorreram na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro com influência da Santa Sé, a chegada do Arcebispo Joaquim Arcoverde e o seu trabalho para expandir a devoção de Nossa Senhora Aparecida no estado. Bem como o advento das peregrinações oficiais que diferentes das romarias – que eram um movimento individual do devoto para com a santa – tinham como objetivo normatizar essa relação pessoal tornando-a uma experiência coletiva e mediada por um clérigo.

Percebemos como a demonstração popular de fé que eram as romarias foram incorporadas e institucionalizadas pelos bispo criando uma nova tradição de peregrinar. Sendo as manifestações populares utilizadas como justificativa para coroar a imagem de Nossa Senhora Aparecida ao mesmo tempo em que havia uma tentativa de formatá-las dentro de um padrão desejoso pelo episcopado.

As cartas pastorais, documentos escritos pelos bispos a fim de dar orientações ao clero e aos devotos e que tiveram grande influência nesse período, sendo responsáveis por divulgação da coroação e das peregrinações. Mais que breves orientações, as cartas tiveram como objetivo apresentar a política da Igreja Católica naquele período, cerceando e proibindo as o debate político dentro do espaço religioso.

Destaco, igualmente, a importância do periódico *Jornal do Brasil* como propagador do catolicismo nesse período. Encontramos em inúmeras edições, menções a coroação de Nossa Senhora Aparecida, divulgação das peregrinações e a cobertura de todo o evento da coroação. Além disso, como foi um divulgador da renovação pela qual a Igreja Católica estava passando naquele momento.

Ao analisarmos simbolismos religiosos que envolveram a data da coroação e a coroa utilizada pela imagem sacra, destacamos a sua relação de ruptura e continuidade com o passado da Igreja Católica e com a princesa Isabel de Bragança. No meio de tantas mudanças com o novo regime político, Aparecida representava a continuidade de valores que estavam presentes no Império, especialmente o fato de ser proclamada Rainha do Brasil em pelo regime republicano. A cerimônia da coroação, muito mais que um ato público de fé buscou reafirmar a importância da Igreja Católica da sociedade e como a sua capacidade de movimentar grande parte da população em torno de um símbolo. na relação entre Estado e Igreja. Procurando, por meio desse evento, retificar sua relevância dentro da política brasileira.

Concluimos que com a construção do mito de Nossa Senhora Aparecida ganha múltiplos significados a partir do ângulo de observação da análise histórica, como um

caleidoscópio. Sendo Aparecida um produto híbrido de uma sociedade que conciliar modernidade e tradição, não apenas para a Igreja católica mas também para a sociedade como um todo.

Portanto, a identidade católica foi composta a partir de textos de literatura, dos manuais de devoção, poemas e cânticos e peregrinações com o objetivo de reafirmar o poder e a unidade da Igreja. Através desses escritos e dessas manifestações culturais de fé a imagem de Aparecida materializou a sociedade com o passado colonial escravocrata com um presente que conta com uma elite branca e católica que ocupa dos espaços de poder, os espaços intelectuais de debate e uma população mestiça, negra e caracterizada pelo sincretismo religioso. Aparecida e a pátria se fundem, representando a mãe de todos os brasileiros, mostrando um discurso em defesa da união dos seus filhos independente da raça.

A coração da imagem foi apenas o início de um processo de reafirmação da Igreja Católica perante o Estado republicano. No dia 08 de setembro de 1904, o episcopado brasileiro iniciou uma disputa pelo imaginário republicano, reivindicando “espaço” no panteão cívico brasileiro. Nessa data, Aparecida foi proclamada Rainha do Brasil, conquistando o título de Mãe dos Brasileiros mas iniciou-se a batalha para permanecer sem fim à vista na memória brasileira, a busca pelo título de padroeira do Brasil.

A relevância de estudar todo esse processo de disputa do imaginário social pela Igreja Católica e pelos grupos políticos que constituindo o Estado Brasil é de mostrar a instituição do Estado Laico gerou uma resposta rápida e que se mostrou eficaz do episcopado que através da figura de Nossa Senhora Aparecida conseguiu marcar o imaginário social brasileiro e aprofundar as marcas do catolicismo na sociedade.

## **ARQUIVOS CONSULTADOS**

Centro de Documentação e Memória do Santuário Nacional – Aparecida/ SP

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

Arquivo da Cúria da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro – RJ

## **DOCUMENTAÇÃO**

Cartas Pastorais

Manual do Devoto

## **PERIÓDICOS**

Jornal do Brasil

Santuário D' Aparecida

Jornal O Apostolo

Revista da Semmana

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. *Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994.

ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. MOURO, Sérgio Lobo de. *A Igreja na Primeira República*. In: BORIS, Fausto. (org.). “História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano”. 7ª ed. São Paulo: BERTRAND BRASIL, 2004, Tomo III, vol. 2, p. 323-342.

AZZI, Riolando. *O Altar Unido ao Trono: um projeto conservador. História do pensamento católico no Brasil – III*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BACZO, Bronislaw. "Imaginação social". In: *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, vol.5. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa - Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Sobre história: imprensa e memória*. In: FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. (Org.). “Outras histórias: memória e linguagens”. São Paulo: Olho D’Água, v., 2006, p. 262-272.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a Redemocratização*. In: BORIS, Fausto. (org.). “História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano”. São Paulo: DIFEL, 1984, Tomo III, vol. 4, p. 273-341.

BÍBLIA JERUSALÉM. 1ª ed. São Paulo: PAULUS, 2012.

BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 5.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Imagem, o Santuário e as Romarias. Aparecida*. São Paulo: Editora Santuário, 1998.

\_\_\_\_\_. *Milagres da Senhora Aparecida: história popular do Santuário*. São Paulo: Editora Aparecida, 1985.

CÂMARA, Fernando. "A Arquidiocese do Rio de Janeiro e seus bispos". Revista do Instituto do Ceará, volume 123, 2009, p. 32-33. Disponível em: [https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2009/02\\_Art\\_AAquidiocese.pdf](https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2009/02_Art_AAquidiocese.pdf), acesso em 30/04/2018.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *Cultura popular: Revisitando um conceito historiográfico*. In: Revista Estudos Históricos, RJ, vol.8, no.16, 1995.

\_\_\_\_\_. *História Cultural*. Lisboa: Difel, 1990.

CORDEIRO, José. *Aparecida: devoção Mariana e a imagem Padroeira do Brasil*. São Paulo: Ed. do Autor, 2008.

DAMATA, Roberto; FERNANDES, Rubens Cesar. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. A essência das religiões. Lisboa: Edições "Livros do Brasil", s/d.

\_\_\_\_\_. *Mito e realidade*. SP: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. *Imagens e símbolos*. Ensaios sobre o simbolismo mágico-religiosa. SP: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. *Mito do eterno retorno*. SP: Mercuryo, 1992.

\_\_\_\_\_. *Tratado de história das religiões*. SP: Martins Fontes, 1993.

FERNANDES, Rubem César. *Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá!*. In: SACHS, Viola...[et al]. *Brasil & EUA: Religião e Identidade Nacional*. Tradução dos textos em inglês e francês Sergio Lamarão. – Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.85-111.

GINZUGURG, Carlos. *Mitos, Emblemas e Sinais; morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Edgar da Silva. *A Reaproximação Estado-Igreja no Brasil durante a República Velha (1889-1930)*. Revista de Cultura Teológica – v. 16 – N.62 – JAN/MAR, 2008.

GRUZINSKI, Serge. *A Guerra de Imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAUCK, João Fagundes. [et. al.]. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, século XIX*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

HAUPT, Heinz Gerhard. *Religião e Nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas*. Estudos Avançados 22, nº62, 2008.

HOBBSAWNS, Eric; RANGER, Terence. *Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 1º ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LEÃO XIII, Papa. *Encíclica Rerum Novarum*. 15 de Maio de 1891. Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html), acesso em 12 de julho de 2018.

LEITE, Marjore Socorro Farias de Vasconcelos. *Dom Arcoverde: o cardeal dos sertões, 1870-1922*. (Dissertação de Mestrado). Recife, Pe.: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Jornal O Apostolo (1866-1893): ações católicas na imprensa e na educação*. Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

LOPES, Antonio Herculano. *Do monarquismo ao “populismo”: o Jornal do Brasil na virada para o século XX*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online], Debates, posto online no dia 02 Maio 2006, consultado o 10 Outubro 2017. URL : <http://nuevomundo.revues.org/2239> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.2239.

LUCA, Tani Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2012.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo de. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1983.

\_\_\_\_\_. *A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso: 1889-1989*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991.

MACHADO, Padre. *“Aparecida” na história e na literatura. Livro I. História da Padroeira do Brasil*. Campinas, SP: Edição do Autor, 1983.

MARIA, Padre Júlio. *A Igreja e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasileira, 1981.

MICELE, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DpeA, 2003.

NEVEZ, Flávio. *A voz e a pena a serviço da Igreja: A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PETERS, José Leandro. *Nossa Senhora Aparecida do discurso da Igreja Católica no Brasil (1854-1904)*. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

PINHEIRO, Alceste. *O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um periódico católico do século XIX*. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Rio de Janeiro, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Identidade nacional, religião e expressões culturais*. In: SACHS, Viola (org.). “Brasil & EUA: Religião e Identidade Nacional”. Editora: Graal, 1988.

REIS, Elisa P. *O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 187-203, 1988.

SACHS, Viola. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. tradução dos textos em inglês e francês: Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

SANCHIS, PIERRE. *Peregrinação e Romaria: um lugar para o turismo religioso*. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, RS, ano 8, n. 8, outubro de 2006.

SANTOS, Lourival. *Igreja, Nacionalismo e Devoção Popular: as estampas de Nossa Senhora Aparecida – 1854-1978*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. *O enegrecimento da padroeira do Brasil: religião, racismo e identidade (1824-2004)*. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *A Identidade Posta no Altar: devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida e Questão Nacional*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense. 1996.

\_\_\_\_\_. *Uma Rainha para a República: a sagração de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, em 1931, foi o ponto alto de uma história que se inicia no séc. XVIII e envolve mistério, fé e política.* Nossa História. Ano I, Número 12, outubro de 2004.

\_\_\_\_\_. *Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo.* Tempo – Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, V. 6, N. 11, PP 77-92, 2001.

SOUZA, Luana Mayer de. *A tradição na modernidade: a Festa da Penha pelas letras de Olavo Bilac.* XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio, 2010.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou o silêncio da história.* Bauru, SP: EDUSC, 2005

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. *História das ideias religiosas no Brasil.* Editora Grijalbo: São Paulo, 1968.

VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira.* Revista Tempo, Agosto de 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *O modernismo e a questão nacional.* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. “O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente”. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VIERA, Dilermando Ramos. *História do catolicismo no Brasil (1889-1945): volume II.* São Paulo: Editora Santuário, 2016.

WEBER, Daniela Maria. *Metodologia para pesquisa em imprensa: experiências através do Paladino.* Revista *Signos*, ano 33, n. 1, p. 9-21, 2012. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwif5srCtvPNAhUHFJAKHaDvCD4QFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.univates.br%2Frevistas%2Findex.php%2Fsignos%2Farticle%2Fdownload%2F361%2F268&usg=AFQjCNG1PAqfXcHGtoGY\\_djcGRgVNJ\\_\\_oQ](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwif5srCtvPNAhUHFJAKHaDvCD4QFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.univates.br%2Frevistas%2Findex.php%2Fsignos%2Farticle%2Fdownload%2F361%2F268&usg=AFQjCNG1PAqfXcHGtoGY_djcGRgVNJ__oQ)

ZANON, Frei Darlei. *Nossa Senhora de todos os nomes.* SP: Editora Paulus, 6ªedição, 2011.